

Reunião Extraordinária do Conselho Curador
da Empresa Brasil de Comunicação - EBC
realizada em 14/05/2014

A Sra. Rita Freire – Vamos dar início à reunião extraordinária de maio/2014. Quero agradecer a presença de todas e todos e lembrar que esta reunião está sendo transmitida pela Internet, no endereço: www.conselhocurador.ebc.com.br/transmissaoavivo. Então, boa tarde aos internautas e às internautas que nos acompanham. Todas e todos entenderam a proposta de pauta da reunião de hoje? Podemos aprovar? (Pausa.) Bom, está aprovada. Passamos agora à aprovação da Ata.

O Sr. Mário Jakobskind – Em relação à ata, é importante ressaltar a oposição aos homofóbicos apontada pela ministra Marta Suplicy.

A Sra. Rita Freire – Está na Ata, né?

O Sr. Mário Jakobskind – Está na Ata.

A Sra. Rita Freire – Bom, a informação está na Ata. Então, fica registrado que a informação deve constar da Ata. Tem mais alguma observação ou podemos aprovar?

O Sr. Nelson Breve – Só que eu fiz alguns ajustes de declarações, mas acredito que já esteja na versão atualizada da Ata.

A Sra. Rita Freire – Já foram consideradas. Ok? Bom, podemos passar ao primeiro ponto de pauta?

O primeiro ponto se relaciona ao término do mandato de três conselheiros: um conselheiro presente, o Mário Augusto Jakobskind; dois conselheiros que não estão presentes, o Takashi Tomey e a Ana Maria da Conceição Veloso. Eles terminam no dia 28 de maio, e a decisão sobre a recondução do mandato por mais quatro anos, compete aos conselheiros. Então, devido à ausência do Conselheiro Takashi e da Conselheira Ana, eu gostaria de perguntar, então, ao Conselheiro Mário Augusto se ele já tem uma decisão em relação à recondução do mandato.

O Sr. Mário Augusto – Olha, eu consultei as bases, os meus pares, não é? A maioria achou que eu devo continuar. Então, nesse caso, eu vou acatar essa decisão que foi realmente pensada e foi consultada.

Quero dizer, também, que pessoalmente para mim está sendo um grande aprendizado toda essa participação aqui, além de dar algum tipo de contribuição para o fortalecimento da mídia pública, não é? Isso que eu acho importante a presença aqui. Espero dar continuidade nesse sentido, né?

A Sra. Rita Freire – OK! Bom, até a próxima reunião nós faremos os procedimentos para encaminhar o processo. E a Secretaria Executiva vai contatar os dois conselheiros para fazer a mesma consulta. Conselheira Rosane Bertotti... Nós vamos ter um problema com o microfone!

A Sra. Rosane Bertotti – Não! Eu sei que a Secretaria vai proceder às informações porque tem que ser, também, de forma documental, mas a Conselheira Ana mandou uma mensagem. Ela estaria agendada para vir a essa reunião, hoje. Eu vou ler, inclusive, na íntegra, a mensagem aqui, que ela mandou: *“Infelizmente não vou poderei ir para São Paulo. Minha mãe está internada, desde ontem, no hospital e não teve alta ainda. Não tenho como viajar, mas fruto da luta das companheiras, avise que me disponibilizo a permanecer no Conselho Curador da EBC neste momento.”* Só para comunicar que ela mandou isso, tá? Eu achei que era importante comunicar a todos os conselheiros. Ela mandou para a gente, ontem, no WhatsApp.

A Sra. Rita Freire – Bom, só observando que todos os conselheiros e conselheiras que não estão presentes, justificaram a ausência, inclusive o Conselheiro Takashi.

Seguindo a pauta, eu vou pedir para a Joseti Marques, atual Ouvidora da EBC, mas ela também está como coordenadora do Projeto da Escola Nacional de Comunicação Pública. É um projeto de extrema importância para a comunicação pública, para o Brasil e para a América Latina. E a EBC, em parceria com a UNESCO, está à frente dessa execução. Então, por favor, Joseti.

A Sra. Joseti Marques – Boa tarde a todos e a todas! Realmente é uma honra estar à frente desse projeto.

Eu gostaria, primeiramente, de esclarecer uma dúvida que sempre surge, desde o início surgiu, que o fato de estar ocupada nesse projeto, muitas vezes parece que é um cargo que eu assumi para cuidar desse projeto. Eu queria esclarecer, na verdade, que é uma missão. Eu diria assim, não é um cargo, é um encargo. Não acrescenta nada à minha função, à minha remuneração de Ouvidora, mas eu faço com muito orgulho, com muita gratidão por estar nesse projeto e com a seriedade de quem sabe que a Escola de Comunicação Pública futura vai, efetivamente, jogar um papel fundamental na consolidação da comunicação pública.

É um projeto da EBC com a UNESCO, que já está próximo dos dois anos, mas que terá uma prorrogação de prazo. Eu assumi entre fevereiro e março, exatamente. Então, eu vou apresentar o projeto em três etapas: primeiro, o que é efetivamente o projeto de cooperação técnica com a UNESCO; depois os modelos onde nós nos pautamos para idealizarmos uma proposta para nós, comunicação pública no Brasil, e depois ao longo desse período de gestar essa

ideia, o que é que nos ocorre como um modelo possível que contempla as nossas necessidades e também os nossos balizamentos. Um deles, efetivamente, de não onerar o que já temos, de não construir estruturas verticais de mandos, digamos assim, cargos e funções que se reproduzem e que não reproduzem grandes mudanças para além da gestão administrativa de um projeto.

Essa proposta, na verdade, já nasce com a provocação de que tenha de ser inovadora, inclusive no sentido da sua própria gestão e de seu pensamento. Então, desde março eu tenho me debruçado com muita acuidade sobre esse projeto. A primeira parte dele, não sei se já podemos colocar os slides para que vocês possam acompanhar, porque a primeira parte são os detalhes burocráticos desse projeto de uma maneira muito resumida.

Guilherme, podemos? Bom, o projeto ali embaixo é a descrição técnica dele, como ele é registrado na UNESCO e na Agência Brasileira de Cooperação, que faz a auditoria e a supervisão desse projeto. São os dados técnicos.

Por favor, a próxima. Aqui é o objetivo geral de criação dessa escola, como esse projeto descreve o que possa ser essa escola no futuro. Nesse lado aqui, em laranja, tem o resumo técnico. A duração do projeto prevista é de 24 meses, que se esgota agora no final de dezembro, mas teremos uma extensão de prazo. A agência executora é a EBC, a agência de cooperação internacional é a UNESCO. O valor estimado é R\$ 1.416 milhão e a origem dos recursos é o Tesouro da União.

Agora, ali os objetivos gerais para que vocês tenham uma ideia de quanto idealista, de quanto elevada é a ideia de um projeto como esse. *(Lê): Prevê, de uma maneira muito ampla, consolidar um sistema público de rádio e difusão plural, diversificado e independente com elevado padrão de qualidade e em linha com os padrões internacionais. Integram o escopo maior do projeto.*

E aí começa efetivamente o que é o nosso trabalho: *criar as bases conceituais e metodológicas para constituição de uma escola nacional de comunicação pública e desenvolver as condições para que seja uma referência no âmbito do Brasil, da América Latina e da África, sobretudo nos países de língua portuguesa.*

Então, já se vê que é um projeto ambicioso, mas que eu considero que tem plena capacidade, condição de cumprir o que aí está proposto desde o início, quando ele ainda era apenas um projeto de intenções.

A segunda, por favor, Guilherme. O objetivo específico delineado no projeto, o primeiro objetivo é *prover ao estado brasileiro de uma estrutura de formação técnica e profissional no campo da comunicação pública.* E o segundo, *desenvolver as condições para que a Escola Nacional de Comunicação*

Pública seja uma referência nacional e internacional, sobretudo nos países de língua portuguesa, a partir de uma avaliação consistente da implementação do projeto no contexto da EBC. Eu quero chamar atenção que esse objetivo, embora não esteja descrito, ele já aponta para alguma coisa que devemos fazer no futuro, alguma coisa do conceito mais, digamos assim, operacional do que vem a ser essa escola.

O resultado que se espera: *é a definição e estabelecimento das bases conceituais e metodológicas para constituição de uma Escola Nacional de Comunicação Pública. Um sistema de educação a distância criado e em funcionamento.* Empresas públicas de rádio e difusão de estados brasileiros e de outras nações fazerem uso dos serviços da escola, a partir de uma avaliação consistente da implementação do projeto no contexto da EBC.

Os beneficiários previstos no projeto são: *os profissionais concursados e comissionados da EBC, de emissoras do sistema nacional de radiodifusão pública, TVs, rádios educativas e universitárias, profissionais de emissoras de países latino-americanos e lusofônicos, ou seja, um projeto de cooperação internacional. Jornalistas e demais envolvidos na produção e veiculação de informações no país, oriundos de redes comerciais de radiodifusão, comunicólogos, pesquisadores em radiodifusão, estudantes brasileiros, cidadãos brasileiros.*

Na verdade, se pensa essa escola para muito além da mera capacitação profissional dos empregados da EBC. Se pensa uma escola que vá fazer diferença no conjunto das mídias, a partir do que são os princípios da comunicação pública e da mídia pública.

A estratégia de implementação é a articulação com instituições de ensino, centros e agências de fomento à pesquisa, convênios com universidades públicas, apoio de centros e agências de pesquisas nacionais, parceria com organizações e entidades não-governamentais com experiência em comunicação social e mídia pública, rede de emissoras universitárias educativas.

Auditoria - é outra pergunta também que sempre ocorre cada vez que internamente, por conta de todo andamento do projeto... É uma pergunta que sempre ocorre: quem é que está fiscalizando isso? É a questão da auditoria. No projeto a auditoria é feita... Nós temos auditorias anuais e auditoria final conduzida pelos órgãos de controle do Governo Federal e da UNESCO.

O órgão de controle do Governo Federal é a ABC - Agência Brasileira de Cooperação, que integra a estrutura do Ministério das Relações Exteriores e é quem... Todos os convênios internacionais passam por ali e têm mecanismos de controle virtuais onde temos que dar satisfações mensais a cada vez que fazemos algum movimento. Existe um órgão de controle que nos fiscaliza muito

de perto, nesse projeto. A ABC tem como atribuição, a Agência Brasileira de Cooperação: *negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais*. Então, é aí que estamos diuturnamente colocando as nossas ações, com relatórios permanentes.

Obrigações e pré-requisitos: *à ABC cabe a dotação orçamentária para o período de execução do projeto e disponibilização de recursos materiais, de infraestrutura e humanos, como forma de garantir adequadas condições de operacionalidade das ações constantes no documento*.

À UNESCO cabe dar apoio de caráter logístico, técnico e administrativo, propiciando as condições administrativas e operacionais à execução das metas destacadas dos objetivos, resultados e atividades do projeto. Cabe ao governo brasileiro, por meio da ABC, acompanhar a execução das ações e garantir, dos executores, o cumprimento de todas obrigações decorrentes do documento de projeto.

Da vigência: *a vigência do documento é de 24 meses, a partir da assinatura que foi em dezembro de 2012, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as duas partes*; o que deverá acontecer agora em julho, que é o prazo de revisão do projeto, onde a partir dos movimentos iniciais nós começamos a entender o que é efetivamente que queremos, que podemos e em que ponto estamos desse desenvolvimento.

Por exemplo, essa escola, quando esse acordo foi assinado, nós estávamos iniciando o projeto de educação corporativa, que evidentemente é parte de um projeto de escola. Não se pode pensar num projeto de escola onde educação corporativa esteja distanciada. Então, isso já é uma modificação que implica determinadas alterações na base, no projeto básico. (Pausa) Sim!

Então, onde estamos nos pautando para perceber o que seria o nosso modelo ideal dessa escola? As nossas observações, os nossos modelos estão, evidentemente, naqueles que começaram muito antes, mas sem perder de vista que começaram em contextos muito diferenciados, que até hoje são extremamente diferenciados, inclusive com os textos de legislação.

A BBC, com a sua escola que dá treinamento aos seus profissionais, porque atua de uma maneira muito ampla no mundo inteiro e tem como principal foco a questão da língua, de implementar e de fazer com que todas as bases da BBC no mundo, tenham afinidade com a língua inglesa muito grande. Aliás, é um projeto que desde o início a BBC sempre colocou para o mundo, mesmo quando não tinha todos os escritórios.

Mais uma, por favor. A próxima que nós também observamos para ver os nossos modelos é PBS americana, que tem um modelo extremamente administrativo. Cada uma delas pode nos oferecer algum elemento que vai contribuir para o nosso próprio modelo. Também olhamos a ZDF alemã, embora seja muito diferenciado do que nós... Mais uma, por favor, Guilherme.

Embora seja muito diferenciado do que nós pensamos, ela... Aqui, por exemplo, a ZDF alemã propõe que as pessoas interessadas em produzir para comunicação pública se aproximem, para fazer jornalismo na comunicação pública, venha fazer pequenos treinamentos e começar a atuar. Uma coisa que é muito diferente do que nós pensamos e que o nosso contexto indica.

A próxima, por favor. Aí, fomos para NHK japonesa. Essa NHK nos sugeriu uma coisa. Se vocês lembram naquele projeto que diz que nós temos que ser referência e que nos dá uma indicação muito forte do que precisamos fazer para o mundo, a NHK, em 1948, criou um centro de pesquisa em como a sociedade se comporta para que eles pudessem produzir um contexto de mídia, um contexto de comunicação pública; como fazer a partir do movimento natural da sociedade. Um projeto interessante que, evidentemente em um resumo muito curto, não dá para detalhar e nem dá para entender muito bem, a não ser mais dedicadamente e a nossa busca pretendia outra coisa e não foi a tal aprofundamento, mas tem esse movimento.

Criou também um laboratório de tecnologias, que diz a NHK que ainda é o único laboratório de tecnologias em radiodifusão do Japão, o mais bem aparelhado e de onde saem os projetos, as inovações para a mídia em geral lá. A NHK tem esse projeto de trabalhar sobre as competências, as competências da sociedade para a mídia pública, para o seu trabalho e de fazer essa mão dupla que nos ocorreu ser muito interessante e nos disse o seguinte: se a gente pretende mesmo ser referência, a gente tem que construir o que é a nossa referência. Por favor, a próxima.

E aí nos surgiu a pergunta: quem somos nós, afinal, nesse conjunto para construir uma escola que venha a ser referência? Nesse quem somos nós, fomos buscar lá dentro do projeto, o que o projeto já indicava o que nós somos. Somos, no cenário brasileiro, a principal corporação de mídia pública nacional em atividade. É a maior empresa pública de radiodifusão, tanto em termos de orçamento quanto em quadro funcional e infraestrutura, ainda que esteja aquém do desejado, se considerarmos os padrões internacionais. Isso é uma descrição do próprio projeto, das pessoas que se debruçaram sobre o nosso contexto para elaborar um projeto de escola.

A próxima, por favor. Então, quem somos nós? Aí, uma resposta que eu estava dando para mim mesma, a partir daquela provocação do próprio projeto. Somos a maior empresa pública de radiodifusão, tanto em termos de orçamento quanto em quadro funcional e infraestrutura. Temos mais de 2.400

peessoas praticando oito ou mais horas de comunicação pública, diuturnamente, porque nós não paramos. Administramos, advogamos, viabilizamos tecnicamente, levamos e trazemos documentos, tiramos cópias, puxamos fios. Lutamos, comemoramos, perdemos, ganhamos, enfim, produzimos conteúdos para os diversos veículos públicos e etc., há mais de seis anos.

Portanto, isso nos qualifica como a expertise de comunicação pública nesse país, em termos tácitos, em termos do que fazemos. Nós fazemos isso há mais de seis anos, nem que seja pelo método da tentativa e erro, porque nós criticamos permanentemente e a Ouvidoria é o lugar da crítica, se me permitem falar duplamente agora. Nos criticamos permanentemente, olhamos o que fazemos com olhar crítico, queremos fazer melhor, digladiamos, brigamos um com o outro pelos nossos pontos de vista, ou seja, estamos na verdade, pelo método da tentativa e erro, produzindo o que de melhor nós podemos para comunicação pública.

Portanto, temos um lastro importante de expertise e a expertise é o conhecimento. Vale a pena, todo mundo sabe o que é, mas vale a pena explicitar; *é o conhecimento adquirido com base no estudo de um assunto e a capacidade de aplicar tal conhecimento, resultando em experiência, prática e distinção naquele campo de atuação. Está relacionada com as habilidades e competências para executar algo, ao saber fazer.*

Nós sabemos fazer e estamos no caminho de saber fazer muito bem a comunicação pública e essa escola vem nesse sentido. E a pergunta é: ser uma escola ou fazer escola? Eu acredito que nós devemos começar a fazer essa escola, ao invés de simplesmente fazer um modelo de escola onde vamos produzir tudo isso que está previsto no projeto. Que seja, difundir conhecimento, fazer negócios com outros países vendendo os nossos modelos.

Para isso, nós precisamos criar os nossos modelos. Isso, para cumprir as expectativas que estão colocadas aqui. Nós temos que ser referência nacional, internacional em radiodifusão pública; temos que formar e capacitar profissionais da EBC, os demais atores do sistema público; atuar em países da América Latina e África, sobretudo em países de língua portuguesa; multiplicar o conhecimento em radiodifusão pública e áreas conexas; usar as mais modernas tecnologias de laboratórios em EAD.

O que é a proposta desta escola neste exato momento, que estamos próximos do final do primeiro semestre do ano? Fazer escola. E como fazer escola? (Pausa) Criando um centro, a partir do nosso conhecimento dos nossos laboratórios, porque nós somos um grande laboratório, criar um centro de pesquisa, desenvolvimento, inovação e capacitação em radiodifusão pública. Produzir conhecimento para poder ser referência e poder dialogar com toda

aquela expectativa que o próprio projeto impõe e que, de uma certa forma, nós sentimos que temos condições de fazer e que queremos fazer.

Eita! Ficou meio bagunçado, mas a Escola Nacional de Comunicação Pública pretende atuar em pesquisa, desenvolvimento, inovação e capacitação. Nós já temos um polo disso que é a educação corporativa. No segundo semestre, agora, nós vamos começar, dentro do projeto, com EAD – Ensino a Distância. Com a capacitação dos nossos futuros multiplicadores, que são aqueles que a comunicação pública tem chamado, para que eles trabalhem dentro de uma metodologia adequada a multiplicar conhecimentos e a produzir cursos que possam multiplicar o conhecimento que temos em comunicação pública.

Mas o principal desse projeto, que é o Centro de Pesquisa, depende fundamentalmente do apoio e da adesão dos nossos experts em comunicação pública. Esses, nós que fazemos, pelo método da tentativa e erro, que são os nossos profissionais que estão diuturnamente fazendo comunicação pública, efetivamente.

Eu quero aqui dizer que estamos abrindo um cadastro, porque nós temos mestres, doutores, especialistas, que estudaram na UnB e em diversas outras universidades, alguns até fora do país. E estão trabalhando aqui nas nossas diversas mídias, em várias funções, que nós estamos abrindo um cadastro, chamando aqueles que estão nessa linha de mestrado, doutorado e especialização, a aderirem a esse projeto para que sejam os futuros pesquisadores em comunicação pública, a produzir conhecimento que nós vamos mostrar para o mundo. A produzir a nossa base de conhecimento que vai, sim, dar corpo a essa escola.

Então, o que é a Escola Nacional de Comunicação Pública? Ela é um título que abriga um centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação, não apenas na área de jornalismo e programação, mas em todas as áreas que competem a comunicação pública; Administração, Direito, Gestão, Gestão de Pessoas. Enfim, todo conjunto de coisas que compõe a EBC de habilidades, de áreas que compõe a EBC, que contribuem para formação dessa comunicação pública, educação corporativa, que multiplica internamente esses conhecimentos e que poderá multiplicar o conhecimento saído do centro de pesquisa. É um centro, evidentemente que a UNESCO vai nos ajudar a elaborar, um centro de negócios para que a gente se relacione com os países que a gente quer influenciar com o nosso conhecimento, onde a gente quer multiplicar o nosso conhecimento.

Enfim, essa é a ideia de uma Escola Nacional de Comunicação Pública. Como ela vai ser a UNESCO vai nos ajudar, porque já está em andamento uma pesquisa de *benchmark* para saber as melhores experiências no mundo, que poderão ser aplicadas ao nosso projeto.

Como esse centro de pesquisa vai funcionar? A UNESCO vai nos ajudar a construir a metodologia de trabalho e como isso se dará. Como será a nossa relação com as universidades? Porque a universidade tem o conhecimento básico, importante, fundamental, mas nós temos os laboratórios e o conhecimento tácito. Então, unindo uma coisa à outra, sim, nós podemos formar uma Escola de Comunicação Pública que tenha alma e que seja efetivamente nossa e que possa concorrer no mundo, dentro dos melhores padrões.

Então, esse, a princípio, neste momento agora, é um sonho que dá os primeiros passos. Mas eu acho que se houver adesão geral para compreensão de que se for pensarmos a nossa comunicação pública com esse comprometimento geral com a sociedade, que é o projeto, a gente vai, sim, fazer escola. Escola não só para nós da EBC, mas para todo um conjunto onde as diversas mídias atuam com o respaldo de tantas universidades que formam para ela. Então, vamos formar os nossos e vamos fazer escola para formar, quem sabe, os outros que estão fazendo comunicação em outras mídias.

Esse é o projeto da escola para o qual agora eu chamo, os mestres, doutores, especialistas a formarem um cadastro e se comprometerem a ser esse corpo de pesquisadores da comunicação pública da EBC. Bom, era isso! A escola é isso!

A Sra. Rita Freire – Muito bem. (Palmas.) Conselheiros e conselheiras que quiserem falar, tá?

O Sr. Cláudio Lembo – Apenas um registro: no segundo ou terceiro slide, apareceu lá os convênios com as universidades e registraram públicas.

A Sra. Joseti Marques – Sim!

O Sr. Cláudio Lembo – E as confessionais e as eventuais privadas de qualidade? Seria oportuno, né? Você tem confessionais de muito boa qualidade e privadas, também, que merecem respeito. Algumas, não, porém... Aí, talvez, com uma pontuação do MEC, poderiam trabalhar com essa área lá. Você fala em convênios com universidades públicas, só públicas. Eu acho um pouco restritivo.

A Sra. Joseti Marques – Sim! É como está descrito no projeto, mas é o que está descrito no projeto. Nós vamos fazer a revisão do projeto agora em julho, que é a época que a UNESCO e a ABC propuseram para revisão.

O Sr. Cláudio Lembo – Claro! Eu acho que seria oportuno pensar nas confessionais e privadas de qualidade.

A Sra. Joseti Marques – Sim! Tem toda razão. Isso vai ser observado na revisão, com certeza.

O Sr. Cláudio Lembo - Está ok!

O Sr. Daniel Aarão – Bem, eu acho o projeto muito importante, muito interessante. Queria fazer algumas sugestões. São três sugestões. Em primeiro lugar, eu acharia que talvez fosse interessante, na formulação do projeto, está num momento muito embrionário, não é? Muito inicial. Exatamente por isso eu acho que deveria haver uma preocupação em associar, na formulação desse projeto, os parceiros da EBC, que hoje é a nossa rede pública, não é? Apenas constituída pela EBC. Você tem um conjunto de parceiros, que aliás, muitas vezes reclamam de não serem incorporados como sócios de pleno direito. Embora tenham menor amplitude, também contribuem para a... Enfim, para a televisão pública, a radiodifusão pública, a comunicação pública no Brasil.

Eu penso que, na formulação do projeto, esses parceiros deviam ser chamados, além dos departamentos de comunicação, das melhores faculdades, eu penso que esses parceiros também deveriam ser chamados, não é? Para que o projeto fosse uma expressão desse conjunto e não apenas da EBC.

Também, acho que a gente podia considerar a hipótese de não ser um empreendimento apenas brasileiro. Eu soube, outro dia, com prazer, da inauguração de uma universidade que pretende ser lusófona, e vai funcionar na Bahia, mas com perspectivas de integrar a lusofonia mundial. Já temos outra universidade em Foz do Iguaçu, com a perspectiva de ser uma universidade aberta para América Latina.

Por que não pensar nessa escola como fruto de algo, mais do que apenas brasileiro. Chamar, particularmente, os *nuestros hermanos* aqui da América do Sul, não é? Acho que enriqueceria bastante o projeto, se a gente tivesse uma escola que não fosse apenas brasileira. Ou seja, podia ser sediada no Brasil, podia ser... Não quero que o projeto seja paralisado para que outras instâncias possam ser convidadas, mas a meu ver seria interessante contar com a contribuição de outros parceiros.

Um conselho consultivo, talvez, onde outras... De outras procedências. Acho que um empreendimento ambicioso como esse, se ele for interinstitucional, internacional ele ganha... Inclusive do ponto de vista de uma parceria, de um financiamento eventual, internacional e pela UNESCO, ele conta com melhores condições de trabalho.

Em terceiro lugar, eu gostaria que se fosse possível a gente, no projeto, contemplasse na legislação que vai ser criada para esse projeto, que ele fosse considerado como um projeto de estado e não como um projeto de governo. As implicações disso, do ponto de vista do financiamento, são muito importantes. Eu creio que se a gente conseguisse fazer com que esse projeto tivesse

fundos, que independessem da vontade de eventuais governos, ele ganharia muito. O que me preocupa é a autonomia dessa escola em relação a eventuais governos. O que me preocupa é que essa escola não seja subordinada diretamente à vontade dos governos, que ela seja, realmente, pública e não governamental. Acho que a EBC sofre muito com isso.

A legislação que fundou a EBC imbrica demasiadamente a EBC. A gente já tinha levantado esse assunto, não depende de nós, depende do Legislativo. Depende de uma luta mais geral pela comunicação pública, mas eu penso que a gente deve, sempre que tiver ao nosso alcance, enfatizar essa coisa do público, independentemente, autônomo em relação aos governos. Que seja uma política de estado e não uma política de governo; não sei se estou me fazendo entender. Essa é a minha preocupação! Ampliar os parceiros e autonomizar o projeto em relação aos governos.

A Sra. Rita Freire – Rosane.

A Sra. Rosane Bertotti – Primeiro, de forma geral eu gostei muito da proposta, mas tenho algumas preocupações. Se nós vamos pensar uma proposta de um processo de formação em comunicação pública, eu achei a proposta bastante fechada em si mesmo. Não tem uma articulação muito aberta com a sociedade.

A gente viveu uma experiência da construção da Universidade Federal da Fronteira Sul, que é com sede em Chapecó, e quando começa a pensar os programas, o currículo, há uma participação mais dos atores que estão no processo envolvido. Então, eu acho que se nós queremos pensar um processo de uma comunicação pública, ela tem que envolver mais os atores da sociedade, inclusive no processo pedagógico.

Acho que os acadêmicos têm um papel e é deles, de pesquisa e tudo, mas acho que o movimento social, a sociedade, tem outro papel e eu não consegui perceber isso. Então, eu acho que tem que ficar mais claro qual é esse papel e não apenas...

Eu não estou dizendo que é o movimento social que tem que ir lá dar aula de como se faz uma programação; não é disso que eu estou falando! Mas, como é que se dá a participação? Como é que se constrói esse processo? Eu acho que isso ficou um pouco aquém. Eu acho que uma educação pública tem que olhar essa questão.

Porque eu penso que uma proposta dessa natureza, muitas pessoas que fazem rádio comunitária, que fazem televisão comunitária, vão querer se apropriar e fazer um curso dessa natureza. Então, acho que ela tem que se abrir mais. Acho que ela tem que ter as coisas mais específicas lá da EBC, acho que ela tem que se abrir mais.

Para isso, acho que em algum determinado momento ela tem que ter essa relação do curso acadêmico específico, mas ela tem que ter uma relação, também, com a construção de um outro conhecimento. Então, eu gostaria que fosse pensado melhor e, dentro disso, também a questão da participação nesse sentido.

Querendo entender um pouco, mas de uma certa forma o Daniel já dá um pouco, na sua fala... Eu queria entender um pouco como é que se dava a estrutura de financiamento dessa escola. Mas, se você trabalha ela como um projeto mais... De certa forma direciona, mas acho que é importante também discutir como é que se dá esse processo de financiamento dessa escola. Essas duas contribuições!

A Sra. Rita Freire – Ima; depois Eliane.

A Sra. Ima Vieira – Não! A minha dúvida... Assim, em geral a proposta é bastante interessante, mas eu me preocupo com a questão da institucionalização dessa proposta. Porque hoje a EBC não é uma instituição de ensino superior. Portanto, com mais dificuldade para implementar cursos de pós-graduação. Mas, já há no Brasil, na CAPES, a abertura para que ONG's, empresas, tenham cursos de pós-graduação. A EMBRAPA tem, que é uma empresa também pública e ONG's têm cursos de mestrado e doutorado.

Então, a ideia é que a EBC, com seu corpo de doutores, para um curso de mestrado ou corpo de mestrado para um curso de aperfeiçoamento, especialização, essa é uma estratégia. A outra seria montar uma parceria com uma **EAS** ou várias instituições e entrar na CAPES como instituição parceira.

Tem uma norma específica para isso, mas também é possível. Aí a EBC pode ser uma parceira, mas em algumas situações ela não dá o diploma, quem dá o diploma é a universidade. A não ser que ela se registre na CAPES; como isso é meio complicado, não é muito fácil. Eu vi que um dos resultados esperados é o mestrado. Talvez seja melhor começar com especialização e depois o mestrado. Quer dizer, depende também do corpo de professores dessa instituição.

Agora, eu não sei... Os funcionários da casa têm uma determinada função. Não seria desvio de função se eles passassem a ser professores? É algo a pensar, senão o TCU vai em cima do gestor, né? Ou se tem que chamar, realmente, um corpo de professores de fora da instituição. Por enquanto são essas dúvidas.

A Sra. Eliane Gonçalves – Acho que a proposta é bastante bem-vinda. Ela responde a uma ansiedade que tem aqui no corpo de trabalhadores e trabalhadoras da EBC, tanto de formação quanto também de compartilhamento

de experiências já construídas. Tem uma ansiedade que se reflete, por exemplo, no nosso núcleo de estudos dos trabalhadores; o espaço público.

Acho que é uma proposta bastante bem-vinda e tendo a concordar com a questão... Concordo, plenamente, com a questão da institucionalização. Como é o financiamento para além de um projeto UNESCO, mas como é um processo... Esses projetos UNESCO são mesmo projetos governamentais; sempre associados a estruturas governamentais.

Acho que é bastante pertinente a observação aqui, para institucionalização da escola. Mas, tendo a pensar diferente em relação à dimensão. Acho que é melhor começar, talvez, pequeno mesmo, ampliando no máximo para sociedade civil brasileira, mas não tenderia a levar agora, para a América Latina; começar passo a passo.

E aí, bem operacional, chama bastante a atenção essa questão de já começar a mapear as competências e os conhecimentos que se têm aqui. Queria entender melhor como vai ser esse cronograma para levantamento de quem tem as expertises na EBC. Acho que é uma demanda que vai ser cobrada por parte dos trabalhadores, quando eu sair daqui dessa reunião.

O Sr. Murilo Ramos – A proposta é ambiciosa. Concordo que ela pode ser uma proposta muito bem-vinda para EBC. Eu queria só fazer alguns comentários, seguindo na linha que a Ima já começou a destacar.

Uma escola tem por finalidade dar algum tipo de grau, seja o que se chama de escola, universidade ou o que seja. Do modo como está, eu tenho a impressão, não sei, tá? Estou tomando conhecimento. Eu já tinha ouvido falar no que estava sendo discutido, mas enfim, estou tomando conhecimento agora, com um pouco mais de detalhes, o que se pensa com essa escola... É escola que chama, né? O nome fantasia. O nome de fantasia, entendi, tá?

Ela me parece um pouco no viés, e isso é um pouco do viés que a UNESCO tem hoje; do meu ponto de vista. E que se molda a um tipo de iniciativa muito comum no setor privado, mas público também. Eu lembro que recentemente, até envolvia um prédio que a UnB queria aqui, da antiga Brasil Telecom, da Telebrás, que era a Universidade dos Correios. É a Universidade dos Correios, chama Universidade dos Correios, que funciona atrás da UnB, ali. Não sei como está funcionando hoje, mas enfim...

Ou Universidade de Algar, do Grupo Algar de Telecomunicações de Uberlândia, são escolas corporativas que são fechadas. Elas são interessantes, são voltadas para si, mas muito fechadas em si mesmo. Que no fundo são capacitações internas que se faz dentro das organizações; ali ela usa parte dos recursos da própria organização, eventualmente fora, faz

convênios, enfim... Mas, é nome de fantasia, ela não passa de um nome de fantasia, tá?

Do modo como está desenhada essa primeira aproximação da escola da EBC, me parece que ela quer ser um pouco das duas coisas, e talvez, já namorando a segunda, que é sair das suas fronteiras para se projetar; e isso me pareceu claro. Inclusive oferecendo graus ou não apareceria a ideia do mestrado, ali, certo? Muito bem! O que eu entendo que precisa, aí eu sigo no caminho da Ima, tá? O que precisa ser feito.

É buscar institucionalidade do projeto, com toda complexidade que isso vai acarretar. Eu não estou só falando econômico-financeiro, mas inclusive administrativa, na relação com nossos organismos de regulação e fomento do setor de educação em nível de pós-graduação ou mesmo graduação. O exemplo que eu conheço pouco, e aliás, eu tomei conhecimento mais próximo dele agora, porque fui à Universidade de Brasília, faculdade que, no caso, foi procurada, tá?

É o exemplo do mestrado profissional da Câmara Legislativa, dado por meio do CEFOR – Centro de Formação da Câmara dos Deputados. (Pausa) É que eu sou tão apegado a Brasília, ao DF, né? Que eu só consigo ver a Câmara Legislativa; me perdoem! Eu sou um nativo de Brasília. (Pausa) Não, Câmara dos Deputados, Evelin, me perdoe, mil vezes perdão, Evelin.

Câmara dos Deputados, Câmara Federal. Ela tem o CEFOR, tem o mestrado, professorado em Poder Legislativo, tá? Que é um mestrado que foi criado, eu não sei em quanto tempo, mas eu recomendo e posso depois, é até fácil descobrir, quem são os responsáveis e seguir todos os trâmites. De montar o seu corpo docente, de fazer a proposta, de encaminhar para CAPES, ter seu currículo lattes, tá certo? É só... As condições, é núcleo, enfim...

A Câmara, hoje, tem o mestrado profissional que é aberto para a sociedade. Então, se for procurar a UnB, agora, para fazer um primeiro convênio, inclusive atividades de extensão. Aí vai na linha... Busca a aproximação que a Rosane falou, que é sair das fronteiras do próprio projeto, buscar mais articulações com a sociedade, enfim...

Esse é um modelo que pode ser institucionalizado. Ele é um modelo no qual a EBC, como o caso da Câmara dos Deputados, Câmara Federal, faz, em que ela é o centro de um projeto, que é um projeto que tem um mérito grande. Porque ninguém melhor que, nenhuma instituição melhor do que o Poder Legislativo para pesquisar e tratar o Poder Legislativo, desde que tenha uma articulação mais ampla, senão fica aquela coisa fechadinha, dentro de si mesmo. Tanto que eles estão agora, indo para fora para buscar suas articulações, enriquecer o seu grupo docente e você não faz pós-graduação,

mesmo em nível de especialização, você não faz pós-graduação sem pesquisa.

A Sra. Ima Vieira – É mestrado em quê?

O Sr. Murilo Ramos – Poder Legislativo, chama-se. O mestrado é em Poder Legislativo, tá? Então, você não faz qualquer tipo de formação sem pesquisa. É um tripé, ensino, pesquisa e extensão, e não importa se é público ou privado. Aí, já que eu estou mencionando todo mundo aqui, temos o Dr. Lembo, mas é fato.

Se pegar o *ranking* lá, vou pegar da minha área, Comunicação da CAPES, nós temos três cursos nível seis, o top é sete. A Anhembi tem dois cursos sete, infelizmente, que é Matemática e Antropologia. Mas seis tem vários e a Comunicação, no país, tem três, quatro, três – UFRJ, Federal; agora o UFMG, Federal e a UNISINOS, Confessional, lá do Rio Grande do Sul. Então, de fato você encontra qualidade em instituições outras, que não apenas as públicas. Eu falo da perspectiva de alguém de universidade pública, certo?

Então, assim, sintetizando, mérito acho que é importante; acho que a questão da universidade não vai se resolver por si só, eu lido com isso há tantos anos, por si só nós temos inúmeras demandas, nós não vamos atender, especificamente, a questão da radiodifusão, da Comunicação. Ou melhor, do rádio e da televisão públicos, que é o que nos interessa, comunicação pública é um conceito mais amplo.

Mas eu recomendaria que se desse uma olhada nesses outros projetos, buscando, aí sim. E lembrando que a EBC será o centro, mas ela vai ter que ter essas outras articulações para poder oferecer algo mais concreto, senão, se você não der o grau, qual é a vantagem de fazer? Aí você faz capacitação interna, é coisa de Recursos Humanos, apenas... E eu não estou depreciando isso, não! Mas tem que ter algum tipo de grau para justificar e mesmo que seja uma especialização, um aperfeiçoamento, isso está regulamentado.

Por último, a questão do financiamento; claro, que tem que ser lembrado. O sistema de pós-graduação brasileiro é muito eficiente. Sinceramente, ele é, lembrando aqui do belo livro do Daniel sobre ditadura, esse é o livro mais recente do meu colega e amigo tricolor, Daniel Aarão Reis, sempre tem que lembrar isso, não é Daniel? Não é? Mas, enfim, sério, a questão de legados, alguns legados da ditadura, por exemplo. A ditadura militar, civil militar, na pós-graduação deixou um legado; não tem como deixar de reconhecer isso. Certo?

O sistema CAPES e CNPQ são modelares na Ibero América, eu não tenho dúvida. Então, você tem sistema CAPES, CNPQ, tem que ser buscado sistema CAPES e CNPQ e o sistema das FAPES – fundações de apoio. Com o EBC nacional, a FAPESP, que é a mais rica de todas, né? Com apoio do Dr. Lembo

que pode nos ajudar a fazer o lobby lá para a CAPES buscar dinheiro lá FAPESP.

A FAPE Rio Grande do Sul, a FAPE DF que agora está tentando ressurgir. Enfim, as FAPES são excelentes fontes de financiamento para isso, além de outras entidades. Mas, se pegar a CAPES, CNPQ, só MEC direto, só CAPES, CNPQ, CAPES Bolsas, CNPQ Bolsas, pesquisa, né? E as FAPES que são muito importantes para isso, você consegue fazer um projeto nessa perspectiva. Vai dar muito trabalho, vai exigir uma dedicação, aí é questão da EBC ver como é que vai resolver isso, porque quem estiver da EBC nesse projeto vai ter que ser dedicado, porque para se ter... Eu estou falando demais, enfim, talvez seja a última chance que eu tenho, porque eu estou no estertor do meu mandato, certo?

Então, para ter institucionalidade via CAPES/CNPQ, isso exige dedicação e uma série de requisitos que são fundamentais. Senão vai virar esse projeto de universidade ou escola corporativa que cabe numa empresa como a EBC, mas eu acho muito pouco para o que se pretende fazer. Obrigado!

A Sra. Evelin Maciel – Oi! Eu, também, queria dar uma contribuição. Há muitos anos, quando a gente realizou o 2º Fórum de TVs Públicas, um dos resultados do fórum era uma preocupação; o Coelho deve lembrar disso, da criação de um instituto de pesquisa para comunicação pública. Naquele momento, a maior preocupação era a criação de uma métrica própria para avaliar a comunicação pública que fosse independente do IBOPE, que é uma nova lógica. E na época, aqui, eles estavam envolvidos com isso, o Jorge Cunha Lima e outras pessoas em São Paulo, fizeram reuniões e tudo.

Eu acho que valeria a pena resgatar um pouco disso, porque quando a gente fala Escola Nacional de Comunicação Pública, para que ela não fique... Ela seja liderada pela EBC. Eu parablenzo a iniciativa, acho importantíssimo. Há muitos anos a gente tem essa vontade de que isso se concretize e a EBC é, realmente, a empresa que tem que liderar esse processo, mas que também, então, resgatem um pouquinho dessas necessidades, dessas discussões. De outras, inclusive, TV Cultura, TV Educativa do Rio Grande do Sul, essas outras emissoras que já contam com décadas de trabalho, na comunicação pública.

No nosso caso lá, na Câmara, a gente tem o CEFOR funcionando e nós tínhamos uma necessidade de fazer um treinamento. Nós estávamos muito voltados para a TV Digital, a questão da interatividade, começar a entender o que era isso. Nós conseguimos fazer uma pós-graduação em parceria com a Universidade Católica, mas eu fiquei muito frustrada, porque aí é uma necessidade que eu sinto, é um foco, também, na regulação. Uma pós-graduação voltada também para isso, porque eu acho que falta profissional com preparo. Então, que isso, também, fosse considerado, tá bom? É isso!

A Sra. Rita Freire – Agora, o Mário, depois o Paulo, depois eu. Tem mais alguém inscrito? Não? Então, aí depois é a Joseti.

O Sr. Mário Jakobskind – Eu queria saber, Joseti, se na América Latina, os nossos *Hermanos*, como diz o Daniel, têm projetos desse tipo, parece na Argentina ou em algum outro país da América Latina.

Sobre o projeto, a gente parabeniza. Eu até falei na audiência pública, sem ter mais detalhes sobre o projeto, que é bem mais amplo do que eu falei. Eu tinha dito que seria muito interessante que as novas gerações se voltassem para a mídia pública. Nós somos de uma geração que passou por... O objetivo era estar num caderno cultural do Jornal do Brasil, segundo caderno e depois participar da Rede Globo.

Esperamos que os jovens de agora façam opção pela mídia pública, porque é muito importante para o Brasil, não é? E para América Latina. Eu não sei, mas me parece que na Argentina teria algo próximo ou não, não sei. Então, acho que é isso.

O Sr. Paulo Derengoski – Queria parabenizar a nossa Joseti pelo trabalho que ela fez. Acho que para início de trabalho está muito bom. É verdade que algumas observações que foram feitas são muito pertinentes, principalmente vindo do Conselheiro Daniel, que não se confunda em qualquer instância o governo com estado. A televisão deve ser do estado, uma coisa é o governo que é passageiro, pode estar nas mãos de outra pessoa, outra coisa é o estado e outra coisa é a nação, que é permanente.

Mas, eu gostaria de lembrar e sugerir que existem escolas de comunicação de caráter público, sim. Em Cuba tem uma escola de comunicação de caráter público e a Argentina, também. Então, eu sugeriria que ela procurasse, se é que ela já não o fez, procurar contato com... Como eles formaram essas escolas para subsidiar o teu trabalho, tão importante que ele é. E que deve estar, conforme disse a nossa representante da Câmara dos Deputados, certamente sob a orientação da Empresa Brasileira de Comunicações, afinal o nosso trabalho aqui é esse, para que as novas gerações, os novos estudantes que venham aí, tomem contato com outro tipo de realidade que não exatamente a que se ensina em muitas escolas de comunicação. Obrigado.

O Sr. Mário Jakobskind – Só um adendo. Me parece que tem algo bem mais recente que é na Venezuela; alguma coisa assim.

A Sra. Rita Freire – Bom, eu queria acrescentar uma questão que me tocou na apresentação. Me sinto contemplada, observar as experiências na América Latina é fundamental, né? Abrir para sociedade, também. Agora, já na formulação... O projeto, evidentemente, aspira a mais do que uma proposta corporativa, mas talvez ela tenha nascido daí. Algumas coisas contaminaram a

formulação do projeto. Eu senti, por exemplo, quando se trata de quem somos nós, que somos pessoas que estamos trabalhando diuturnamente. Esse “nós”, eu acho que se nós estamos falando da comunicação pública brasileira, que deve ser formulada, construída, que deve ser a essência dessa Escola de Comunicação, eu acho que esse “nós” está faltando um ingrediente, que eu acho que é cultural, que é ingrediente de povo. O que é?

Nós vimos várias experiências e outras vamos consultar, mas público diz respeito a um povo, né? Então, público é do Japão? Os da América Latina são mais públicos, mais os nossos públicos do que os que nós consultamos, que têm experiências técnicas e conceitos de empresa técnica de comunicação muito interessantes.

Nós precisamos avançar nisso, porque é isso que essa escola vai ajudar a construir; o que é uma comunicação pública brasileira. Então, na formulação eu acho que isso tem que estar mais claro, como isso vai ser buscado. E o “nós”, eu acho que tem que ter essa alma, como você disse, mas uma alma brasileira, além da alma EBC.

E resgatando, também, na formulação, uma questão que a Rosane trouxe de conhecimentos que devem ser incorporados. Talvez tenha me passado um pouco a formulação do que é conhecimento, deve ser uma formulação intelectual assim, que talvez nem deveria estar contestando, mas conhecimento não é só fruto de um assunto estudado. Ele é fruto da experiência, também, e é isso que essa comunicação pública das comunidades, da sociedade, vai trazer, também, para essa escola de comunicação. Então, incorporar, reforçando isso que a Rosane trouxe, eu acho que já na formulação a gente deveria estar contemplando.

De resto, é um projeto muito ousado. Eu fiquei aqui, feliz de estar vendo essa apresentação e de poder contribuir, também. Agora, a palavra é sua, Joseti, sobre dar um retorno aos nossos comentários e... Espera aí! Rosane, você quer fazer uma proposta agora? Porque depois ela fala...

A Sra. Rosana Bertotti – Vamos ouvir ela, depois eu falo.

A Sra. Joseti Marques – Bom, eu acho melhor começar de trás para frente, né? Do mais atual para o... Sobre faltar povo e tudo, na verdade, isso é uma proposta, é uma apresentação para o Conselho e... Antes de qualquer coisa, eu gostaria de dizer que está aqui o representante da UNESCO, na plateia, Adauto Cândido, que desde o começo esteve nesse projeto e que eu convidei para estar na plateia do Conselho para presenciar, enfim. Nós trabalhamos juntos, a UNESCO e a EBC, assim representados. Bom, mas em relação ao público, é efetivamente isso que se espera. A ideia de uma escola, o nome escola foi como nasceu o projeto. Não quer efetivamente dizer que será uma escola nos moldes tradicionais. Evidentemente, como falou o Professor Murilo,

é preciso certificar, ao final. O certificado, o grau, tem sim um valor, um valor acadêmico, um valor importante, muito efetivamente importante. Mas, eu espero, porque eu também fico nessa posição de *eu espero dessa escola*, nós estamos caminhando na construção de um projeto. Os modelos ainda não estão definidos, é todo o trabalho que a UNESCO vai nos ajudar a descobrir com as preocupações que surgiram aqui, efetivamente. Porque eles são desafiados a nos ajudar a fazer isso que está saindo daqui.

Mas a escola, eu também penso uma escola aberta, que dialogue com a sociedade e que traga para a EBC uma maneira de fazer comunicação pública que contemple essa sociedade e os seus diversos segmentos, numa linha de discurso que esteja afinado com o que é o grande objetivo que está previsto em lei, mas que nem sempre é simples de se colocar em prática, de se traduzir nos produtos comunicacionais que nós fazemos.

Mas o grau que eu imagino que também, como todos nós aqui imaginamos e queremos, que ele seja uma contribuição para elevação do corpo funcional, também, para que se produza conhecimento. Que não seja apenas um grau que vá propiciar aos nossos funcionários fazer concurso público para universidades públicas no futuro, mas que seja alguma coisa que retenha o conhecimento adquirido e construído aqui e que possa servir para parâmetro de elevação funcional, também.

Sobre formulação intelectual não é fruto só do estudado, sim, é por isso que nós estamos aqui considerando que o conhecimento básico produzido nas universidades deve ser unido à experiência que nós temos aqui. Isso inclui as reuniões de Conselho, os aconselhamentos que saem dessas reuniões como sendo conhecimento tácito. Aquilo que nós temos e que unido ao conhecimento básico da universidade vai produzir o diferencial dos nossos discursos de comunicação pública.

Sobre a experiência que o Mário Augusto e o Conselheiro Paulo, desculpe, Mário Augusto, porque nós somos... O Conselheiro Mário Augusto e o Conselheiro Paulo falaram, na verdade, as experiências; eu tenho conversado muito proximamente com a Argentina, principalmente, porque eles estão produzindo... Estão fazendo uma série de reuniões para fazer uma associação latino-americana de ouvidorias. Embora seja pela porta de ouvidoria, mas nós temos conversado, porque eu vou participar de um congresso onde eu pretendo apresentar também, só o projeto da escola; a minha fala vai ser sobre isso. Então, nós temos dialogado sobre escola.

Na verdade, existe muito mais uma questão de treinamento do que propriamente de uma escola. Não conheço o modelo de Cuba, fico devendo, mas vou imediatamente me informar. Então, não existe, não nesses moldes que nós estamos pensando, mas eu pretendo conversar lá sobre esses moldes

e trazer para cá, fazer esse diálogo, essa interlocução, que é o que o projeto inclusive prevê.

Sobre o CEFOR, eu conheço a experiência porque eu fui, inclusive, diretora da escola do Legislativo do Rio de Janeiro e vinha muito. E conheço a gênese desse projeto de mestrado do CEFOR. Realmente, é um centro estudos e de pesquisas muito forte, muito bem estruturado. Eu vinha sempre aqui e conheço, mais ou menos, a gênese. Vou voltar lá, para saber mais coisas, mas de qualquer modo, nós fizemos consultas ao MEC de como poderíamos nos encaixar, dentro do que a nossa legislação e o que nos seria mais pertinente.

A Agência Brasil noticiou, há pouco tempo, que o MEC daqui a alguns meses estará fazendo uma regra que os centros de pesquisa ligados a empresas, que trabalhem sobre as especificidades da empresa, poderão ter o reconhecimento de suas especializações e mestrados profissionais. Então, eu estou acompanhando muito de perto isso para que a gente possa ter, também. Mas, eu tenho uma esperança muito grande que as titulações desses níveis não propiciem que os nossos façam concursos.

Eu sei de alguns, aqui, que se doutoraram, que fizeram mestrado e que têm a pretensão de dar aulas. Era bom que eles estivessem aqui, na pretensão de construir modelos discursivos e narrativos de comunicação pública que contribuam para o que é o nosso objetivo, que é influenciar na sociedade com vistas a uma consciência crítica.

Professor Murilo, já de uma certa forma respondi a questão do grau que, sim, temos que ter. A universidade não atende à demanda; a universidade atende à demanda no sentido da pesquisa básica, que é muito forte e necessária, mas nós temos que contribuir com o que fazemos, com o nosso dia a dia, com o nosso fazer, né?

A escola, sim, fala dos financiamentos, a escola tem que ser autossustentável. Isso está previsto no projeto, e os modelos de gestão nos serão ajudados a construir a partir da contribuição da UNESCO. Porque, os modelos nós sabemos o que queremos, e a UNESCO tem o compromisso de nos ajudar a encontrar a forma de fazer, de realizar e de implantar. Portanto, a escola não é uma escola fechada.

Escola é apenas o nome que ela ganhou no projeto, não quer dizer que ela tenha que se chamar, efetivamente, escola. Pode ser um centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação, que na verdade, eu acho que é o modelo que mais se aproxima do que nós precisamos e do que nós consideramos. No meio do caminho, entre uma formação de escola convencional e na universidade corporativa; o meio do caminho, que contemple tanto um lado quanto o outro, mas não seja exatamente um nem exatamente o outro.

A Conselheira Ima deu aqui sugestões importantes de mestrado, estamos procurando, estamos indo ao MEC, e enfim, são informações importantes e que nós vamos buscar.

A Conselheira Rosane fala de uma escola sem abertura para sociedade. Ela não existe ainda, ela é um modelo e vai agregar todas contribuições advindas daqui. Ela pretende ser aberta, ela pretende ser para a sociedade, não para os funcionários, porque seria uma demasia pensar uma escola voltada para 2.400 pessoas, dentro da comunicação pública.

Nós pretendemos, mais do que ensinar a fazer televisão, rádio, agência, notícia, programa, mais do que isso, nós pretendemos ajudar que essa escola seja distanciada de governos, mas esteja ligada a um projeto de estado para contribuir para a construção de uma sociedade mais autônoma, mais empoderada dos seus direitos, inclusive, de comunicação. Mas, a comunicação no sentido, não esse que temos hoje, que é adestrado por uma mídia unívoca, digamos assim, né? Mas, não é bem o caso.

Sobre as universidades confessionais e privadas, já está incorporado, já tinha respondido. Os parceiros, todos eles são atores desse processo. A ideia é que seja realmente em parceria com todos que possam contribuir, enfim, mas é um modelo que ainda está para ser construído a partir dessa apresentação. Não tomamos nenhuma medida de, está aqui a UNESCO para dizer, que nós temos um prazo a cumprir. Mas eu fiz questão de esperar essa apresentação na reunião de Conselho. Foi muito oportuno, porque podemos incorporar todas essas orientações para dar início, efetivamente, agora no segundo semestre, a tudo que é previsto no projeto.

A Sra. Rita Freire – Ok! Agora os comentários do Presidente da EBC, Daniel...

O Sr. Nelson Breve – Só para complementar. Tem algumas coisas que a Joseti até compreensivelmente não se sentiu à vontade de colocar. Mas é assim, se pegar um pouco de tudo que foi falado aqui, são coisas que a gente vem discutindo desde o início e que até chegar, mais ou menos, a essa proposta que a gente está apresentando para o Conselho, são as preocupações que a gente vinha tendo.

Só quero fazer uma retrospectiva, sim, até o fato de que esse é um projeto que já deveria estar em andamento, ter sido concluído. (Pausa) Dois anos. Mas isso fez parte de um processo de construção e de confusão. Acho que o que a Joseti traz aqui, foi muito bem percebido por todos vocês, que foi o processo de confusão como escola corporativa, o que ela não era desde o princípio. Porque a preocupação que nos trouxe em relação a ser algo capaz de trazer conhecimento, formar o conhecimento e formar uma referência em comunicação pública vinha de quatro ou cinco demandas que eu percebia, antes mesmo de assumir a presidência da EBC.

Tanto que assumi a presidência com o compromisso de dar seguimento a essa proposta, que foi uma proposta da UNESCO, ainda na época do Guilherme Canelas, que ele havia trazido para a EBC e eu achava que era o que precisava para formar um tripé institucional que transformasse a EBC, efetivamente, em um meio público e não governamental. O que é esse tripé?

A autonomia financeira, uma independência financeira, uma carreira que seja atraente, capaz de manter os seus talentos e formar novos talentos, e essa capacitação de conhecimento necessário para que ela esteja sempre em evolução, sempre inovando como uma empresa. Mas, tinha todo... Não só uma empresa, mas tinha todo o redor da comunicação pública, porque a demanda pela Empresa Pública de Comunicação foi uma demanda da sociedade, em função não só da empresa, mas em função de toda comunicação pública e do projeto de democratização da comunicação.

Quais eram essas demandas? Rádios e Tevês universitárias, muitas técnicas de conhecimento que não precisam de mestrado, que às vezes, é o... No nível técnico, no sistema “S” existem esses cursos, mas que por falta de recursos, muitas vezes as pessoas enxergam no corpo técnico da nossa empresa a expertise que eles não têm.

As educativas, que também, sempre nossos parceiros de rede recorrendo a nós para que eles pudessem ter evolução nas suas competências para fazer conteúdos cada vez melhores, para resolver problemas internos que muitas vezes eles tinham. E das demandas que tínhamos, dos países, principalmente os luso-africanos, né? Mas também outros que não só. Nós demos curso para Botswana sobre TV digital, porque eles adotaram o nosso padrão, recentemente. E os latino-americanos, dentro desse processo de integração, que nós entendíamos que faz parte, é nossa obrigação. Ele vinha em primeiro lugar por conta do nosso padrão de TV digital, que foi adotado por vários países da América Latina. A gente tem obrigação de fazer essa capacitação, fizemos com o Equador recentemente, e queremos ter à disposição em construir algo.

O que acontece com essa confusão é que, no nosso plano estratégico a gente previu as duas coisas: uma escola corporativa, uma escola nacional de comunicação pública para mostrar que são coisas diferentes; não é a mesma coisa. E toda vez que alguém fala em escola, as pessoas primeiro pensam: *poxa vida! Onde vai ser a sede? Eu preciso das salas de aula, das cadeiras, entendeu? Do servente, do professor, de não sei o quê... Uma estrutura...* Eu digo o seguinte: nós não somos... da estrutura do MEC. Eu não estou aqui para fazer uma escola, isso não é missão minha, mas a minha missão estará incompleta se eu não der início a um projeto como esse. A educação corporativa é importante, ela começou dentro da empresa a se colocar,

primeiro, muito concentrada na parte da gestão, na parte administrativa, porque são as preocupações das escolas corporativas logo de início.

Eu venho tentando, nesses últimos dois anos, puxar isso mais para as áreas de operação, as áreas que entregam o resultado do nosso trabalho, e dois anos atrás, um ano atrás acho que foi na altura, um ano atrás, mais ou menos, na altura daquilo que foi um curso que teve aqui em São Paulo. O professor lá formatou, ele estava na transição da Ouvidoria para fazer só o programa e tal... Isso foi uma coisa que a gente sentiu que era importante e a gente imaginava que a ACERP, em terminando o contrato de gestão, pela expertise, pela experiência que ela tinha de estar fazendo comunicação pública há mais de 10 anos, há quase 15 anos, que ela poderia ser o embrião dessa escola, formar essa escola lá dentro. No entanto, a gestão da ACERP antiga, não entendeu.

Quando falamos assim: *vocês precisam ser o embrião. Vocês precisam criar mais esses cursos, fazer, nos dar oportunidade de fazer o curso no Rio de Janeiro, Brasília, etc... No exemplo daquilo que foi feito em São Paulo.* Não! Eles se preocuparam mais em registrar a Escola Nacional de Comunicação Pública, fazer a logomarca, montar as salas lá, para ter um grau de escola, o registro de escola, que não era de nível superior, apenas de nível técnico, ou seja, não era isso!

E hoje, o que é? Nós estamos meio que juntando um pouco das duas coisas, aquilo que na educação corporativa a gente já vinha trabalhando, para não ter que as coisas serem absolutamente independentes. É uma sinergia de momento, para começar pequeno, ampliar para toda sociedade e ela ser esse projeto com o qual a gente sonha, imagina e acha fundamental para o projeto.

Acho que um pouco de tudo, só duas coisas: uma em relação ao que o Professor Lembo falou, lembrar que a Universidade Católica de Brasília já foi parceira nossa no desenvolvimento de aplicativos, que acho que as confessionais e as privadas, também, podem ser incorporadas.

E em relação à regulação, Evelin, a OAB do Distrito Federal, eu estive com o presidente da OAB, está disposta a nos apoiar na formação de conhecimento, para que a gente trabalhe o sistema da regulação com o nosso corpo de advogados, e também, que isso se torne uma referência para outros demais. Era só isso que eu queria falar.

A Sra. Rita Freire – Bom, a Rosane tem uma proposta de encaminhamento, é isso?

A Sra. Rosane Bertotti – Deixa eles responderem primeiro, qual é o próximo passo? (Pausa) Não! Não da pauta, da escola.

O Sr. Nelson Breve – Então, há um *benchmarking*... Aqui, a questão de apresentar os modelos, são os modelos que eu disse o seguinte: *não adianta a*

gente querer inventar sozinhos; isso é uma coisa que eu falo muito aqui. Tem muita gente que já trilhou caminhos e nós não precisamos imitá-los, mas nós precisamos conhecê-los para a gente, a partir da experiência deles, a gente não errar tudo que eles erraram. Isso encurta caminhos.

Vai ter um *benchmarking* para conhecer alguns desses modelos de escolas, portanto, que a Ouvidora, junto com a UNESCO, vão lá para conhecer esses modelos, como é que eles funcionam na prática, qual é o resultado que em alguns desses casos são obtidos.

Vamos pedir a prorrogação, porque não teremos condições de... O prazo que a gente se propôs a fazer, nós não teremos condições de cumprir com isso. Nós pretendemos, no segundo semestre, já estar com alguns cursos disso. A institucionalização não está prevista, embora por conta de todos os motivos que estão sendo falados aqui, a Joseti já foi ao MEC, já conversou, todas essas preocupações a gente tem.

Primeiro, a gente precisa fazer, eu acho que essa que é a visão. Antes de institucionalizar, de ter qualquer situação é fazer. E o resultado, nesse momento, nós precisamos fazer para nós, porque nós estamos devendo para o nosso corpo de funcionários isso, que deveria já, desde os anos anteriores, a gente estar fazendo mais.

E estamos atendendo, na medida do possível, as demandas externas, que atenderemos, que vamos atender. Não sei se conseguiremos já no segundo semestre, eu gostaria que sim. Atender demandas externas, principalmente das rádios comunitárias, porque nós assinamos um convênio com o Ministério das Comunicações, só que o dinheiro deveria vir de lá. Como eles não conseguiram colocar dinheiro no orçamento, no Ministério da Comunicações, até hoje nós não conseguimos viabilizar esse acordo que nós fizemos com as rádios comunitárias.

Então, acho que devemos começar esse projeto com os cursos, com os nossos formadores internos, em princípio, pegando, prospectando nas universidades onde tem... Por exemplo, eu sei que está sendo criado um curso de comunicação pública na Universidade Federal de Santa Catarina. Eu acho que é o primeiro em universidades federais que está tratando disso, é um mestrado, salvo engano, em Comunicação... Desculpa, era para tentar dizer os próximos passos. Então, é isso!

A Sra. Rosane Bertotti – É que eu acho que teve um esforço muito grande da apresentação. Acho que a gente tem um esforço de colocar o processo na prática, de colocar em funcionamento. Mas eu parto do princípio que, ou você amplia o processo de participação da construção pedagógica desse processo, porque não importa, não existe um ser humano, seja ele quem for, capaz de

contemplar essa diversidade que precisa uma escola dessa natureza; seja ele quem for.

Não adianta a gente querer fazer um processo público de participação e dizer assim: *oh! Vocês venham aqui que a nossa proposta está pronta*; e ninguém participou de nada nesse processo. Não existe! As pessoas têm que se sentir parte desse processo, as universidades têm que se sentir parte desse processo. Não adianta nós chegarmos e dizermos: *esse é o pacote, essa é a nossa proposta*. É isso que eu... Desculpe a minha angústia, aqui.

Acho que teve um trabalho valoroso, riquíssimo, que eu acho que a gente tem que continuar a ampliar. Agora, você vai dar amplitude a esse processo pedagógico se você criar um corpo para isso. Eu acho que não existe achar que uma pessoa vai dar conta para isso. Qual vai ser essa participação? Qual vai ser essa relação com a universidade? Qual universidade vai participar? Qual movimento vai participar? Senão vai ser...

Eu, em momento algum, pensei essa escola, quando falou na escola, como um espaço físico de cadeira. Eu pensei uma escola com um processo de formação, que em algum momento vai ter formação acadêmica específica, técnica e prática, gestão, política.

Agora, isso vai se dar se tiver um núcleo pensador nesse processo. Desculpem-me, mas eu não consigo ver, não consigo sentir isso. Eu acho que tem de pensar melhor esse processo da conjunção. Ou um grupo de trabalho ou convidar algumas outras pessoas para incorporar esse processo. Essa é a minha opinião.

A Sra. Rita Freire – Bom, as contribuições foram dadas aqui, inclusive as demandas. Então, eu acho que a gente poderia ter um retorno disso numa próxima reunião do Conselho, como é possível contemplar as propostas que foram feitas aqui, para ter mais um tempo para reflexão.

O Sr. Daniel Aarão – Eu entendi, posso estar equivocado, porque, afinal, houve múltiplas intervenções, mas eu entendi que houve aqui uma preocupação que a gente poderia aprovar.

Na fala do Nelson, eu acho que entraram duas coisas bem distintas: uma é a preocupação legítima e altamente elogiável de criar um processo permanente de formação de quadros aqui dentro da empresa; a outra é criar uma escola. Claro que as duas coisas não se excluem, mas elas são autônomas.

Você pode desencadear um processo de formação autônoma aqui na empresa, com os recursos disponíveis. Isso é uma reivindicação dos trabalhadores, já sensibilizou a direção. Então, acho que isso é uma coisa própria e que pode se combinar, mas é autônoma em relação a uma escola.

Eu compartilho muito as preocupações que a Rosane está defendendo. Eu acho que um projeto desse tipo, desde o início, desde as suas preliminares, ele tem de ampliar, ele tem de ter a preocupação de ampliar as suas parcerias, porque se você chega a um nível de amadurecimento determinado e quer ampliar, aí as pessoas já não se entusiasmam tanto, as pessoas vão considerar que têm um prato feito, entendeu?

Eu penso que a gente está em um estágio muito preliminar. Tudo bem, chegou-se a esse estágio, basicamente, através de uma elaboração autônoma, mas daqui para diante, eu penso que elaborações seguintes deveriam integrar – acho que isso deveria ser uma orientação do Conselho Curador – deveriam integrar parceiros aqui nossos, públicos, da nossa comunicação pública.

Eu insisto nisso, porque houve há muito tempo um encontro com esses parceiros e a reclamação foi grande. Que eles se sentiram marginalizados, excluídos.

A Sra. Rita Freire – Daniel, a sua proposta é aprovar o projeto, aprovar as recomendações do Conselho de incorporar nossos parceiros.

O Sr. Daniel Aarão – Eu acho que esse projeto deve ser estimulado, mas deve haver uma orientação geral, para que nas etapas seguintes, a partir de agora, ele inclua as parcerias que foram aqui propostas. É isso.

A Sra. Rita Freire – A proposta do Daniel foi feita e da Rosane foi feita. Eu acho que incorpora a maioria das falas. Apontou para a necessidade de algumas parcerias ou de ampliações. Eu acho que a gente pergunta aí ao Conselho se nós aprovamos essa recomendação.

A Sra. Rosane Bertotti – Continuidade do debate e tudo para construir toda a proposta.

A Sra. Rita Freire – A proposta em si não. (Pausa.) Não, não é a aprovação. A proposta em si não está sendo decidida aqui, se a proposta é um projeto que já está em andamento. O Conselho está aprovando as recomendações de abrir o projeto à participação dos atores que foram mencionados durante esta reunião; atores sociais, acadêmicos, internacionais, não é?

A Sra. Ima Vieira – Contempla?

A Sra. Rita Freire – Sim.

A Sra. Ima Vieira – O tema não é diretamente ligado ao Conselho, é um tema da EBC, que trouxe para o Conselho para ser apresentado, discutido.

A Sra. Rita Freire – Tem o microfone aí, gente.

A Sra. Ima Vieira – Não, era isso só.

A Sra. Rita Freire – Mas não é o projeto que está em votação. O que está são as recomendações do Conselho para que na construção, que eu acho que diz respeito ao Conselho, sim, porque está construindo um conceito de comunicação pública que vai expressar, vai dar mecanismo para a sociedade brasileira se manifestar.

A Sra. Ima Vieira – Não tem conteúdo. Não pode ser qualquer um. É o que eu falei.

A Sra. Rita Freire – É, mas é a formação de pessoas para produzir conteúdos. Joseti, eu até te dou a palavra, mas isso significa a gente reduzir um pouquinho o tempo que você tem como ouvidora, porque hoje, esta primeira parte é toda sua, mas o que nós estamos avançando aqui, nós já estamos diminuindo na parte da Ouvidoria, ok?

A Sra. Joseti Marques – Eu concordo com tudo o que foi explanado, concordo com o que diz a Conselheira. Estou aberta a que a gente convoque reuniões, enfim, para dar início a um processo organizado dessa participação. Estou completamente aberta e desejosa dessa participação, para que se amplie o grupo de trabalho da escola, sem nenhum prejuízo a nada que o projeto já contempla e as penas no sentido da evolução para uma proposta maior.

A Sra. Rita Freire – Ok. Está aprovada a proposta? (Pausa.) Está aprovada. Vamos seguir agora. Joseti, esquece agora um pouquinho a escola. Você vai apresentar para a gente o relatório da Ouvidoria. Na última reunião, houve um compromisso da presidenta Ana Fleck de que essa apresentação viria para o começo desta sessão, porque ela foi prejudicada na sessão anterior. Mesmo assim, você consegue fazer essa apresentação em até 10 minutos?

A Sra. Joseti Marques – Vou me esforçar.

A Sra. Rita Freire – Depois, a gente terá um tempo quase equivalente para comentários, ok?

A Sra. Joseti Marques – Não é necessário muito mais tempo do que isso, porque como o relatório é enviado com antecedência, acredito que todos leram. Então, eu fico mais aberta a qualquer manifestação em relação ao que está no relatório do que propriamente uma apresentação, o que seria meio redundante.

Mas, na primeira parte – Análise crítica, uma contribuição – eu chamo a atenção para o fato da incoerência do nosso discurso quando os instrumentos de participação popular são, digamos, colocados em segundo plano ou são até mesmo rejeitados de alguma forma.

Não podemos, na verdade, fazer comunicação pública se não nos comprometermos, efetivamente, no nosso dia a dia, em respeitar instrumentos e rotinas que na verdade não são comuns na nossa vida, porque nunca nos

foram exigidos nas nossas práticas profissionais anteriores, mas que são importantes agora.

Porque se nós não fizermos de acordo com o discurso que nós vendemos para fora, ou seja, o discurso autorreferencial, nós estaremos devendo a nós mesmos. E muito certamente as nossas atitudes internas, os nossos procedimentos internos, vão se refletir no produto que a gente faz e ficaremos devendo em termos de comunicação pública naquele discurso final que sai pela televisão, pelo rádio, pela agência.

Vamos cometer erros pela falta de hábito de respeitar alguns instrumentos que são os descritos como os instrumentos de participação popular, entre eles, evidentemente – é o que eu reclamo aqui –, a Ouvidoria.

Quando eu digo que para se livrar dos reclamos da Ouvidoria são fornecidas informações rápidas, inexatas, só para se libertar do incômodo da reclamação do cidadão e cumprir o papel que a lei diz, que a Ouvidoria exige.

Omissão de informações também. Arranja-se uma resposta, há uma profissionalização nas respostas à Ouvidoria. E as informações ficam perdidas, elas não são relatadas com compartilhamento com a sociedade. É a sociedade que nos cobra, e a Ouvidoria, que faz essa mediação, na verdade, quer um diálogo, um diálogo para produzir melhorias.

E é preciso que as informações que vêm das diversas áreas sejam informações corretas, até porque, quando as respostas não são exatas, a Ouvidoria cumpre o papel de passar propaganda enganosa, em última instância, ou de passar coisas inverídicas, que poderemos ser cobrados disso.

Dou aqui alguns exemplos que todos certamente leram e conhecem. Alguns já foram referidos em reuniões anteriores, não é preciso retornar. As respostas indelicadas também mostram uma falta de hábito, vamos dizer assim, ou de disposição nossa de dialogar com o cidadão, que muitas vezes não tem o preparo para nos perguntar.

Por exemplo, sobre a grade de programação. “Ah, por que botou isso? Eu preferia aquilo”. Tem de se respeitar até isso e explicar para ele como é que se compõe uma grade de programação, para ele poder cobrar das outras emissoras privadas por que fizeram isso e não aquilo.

Nós temos um compromisso pedagógico para fora, mas também deveremos ter para dentro, porque se a gente não se alinhar com esses procedimentos, nós não estamos fazendo comunicação pública. Estamos fazendo a mesma coisa que fazíamos em outros veículos, com o incômodo de ter o cidadão no nosso calcanhar. E a Ouvidoria lá, junto com o cidadão, fazendo um papel de repasse de informações que nem sempre são as adequadas, as mais corretas, que possam contribuir para soluções.

Por quê? Porque se o que vem para a Ouvidoria não é o correto, não é o reencaminhamento, não é exatamente o que está acontecendo, a Ouvidoria não pode contribuir em nada para melhorar os nossos serviços. E a obrigação da Ouvidoria é essa: contribuir para a melhoria dos serviços que prestamos ao cidadão e à sociedade.

Eu levo isso muito ao pé da letra. E para isso é preciso que a gente saiba o que está acontecendo. Não pode ser uma resposta diplomática para a Ouvidoria. Tem de haver um diálogo mesmo, a gente encontrar solução e oferecer respostas mais adequadas.

A invisibilidade da Ouvidoria é a questão de... A Ouvidoria sumiu de tudo. Não existe nem um “banner” ou uma coisa como: “Fale com a Ouvidoria”. Tem uma coisa lá, no pé do portal, uma letrinha miúda, e tem de rolar tantas vezes a página para chegar na Ouvidoria que nenhum cidadão chega lá. Mas lá em cima tem o “Fale Conosco”. Ouvidoria não é “Fale Conosco”, não é “0800”, não é “Call Center”, e ali está o “Fale Conosco”.

Um repórter aqui de São Paulo, o Felipe, que eu até relatei aqui, ele queria fazer na matéria dele uma menção à Ouvidoria, dizer como falar com a Ouvidoria, porque a pauta dele foi sugerida por um cidadão, ele se deu ao trabalho de fazer. Mas quando chegou nessa parte de dizer como é que se fala com a Ouvidoria, ele se viu tão perdido que não dá para relatar de maneira objetiva, como exige o jornalismo, como é que se chega na Ouvidoria.

Então, a Ouvidoria padece de uma invisibilidade. Na agência, tinha lá: “A Coluna da Ouvidoria”. Sumiu com o novo design, enfim, sumiu, não existe coluna.

Os programas estão sendo feitos; dependem de uma série de coisas. Então, a Ouvidoria está padecendo de uma invisibilidade, que é uma coisa que nos deixa fragilizados como comunicação pública, empresa pública de comunicação. Nos deixa fragilizados!

Eu digo até que a Ouvidoria é uma peça de marketing positivo. Aqui, o cidadão pode falar com cada um dos gestores, pode dar opinião, a sua opinião será respeitada. E se a gente não tornar isso visível, nós somos os outros fazendo o pior, vocês me desculpem a força da expressão.

A reação à Ouvidoria é outra coisa. Na lei, diz o seguinte (Lê): “A EBC contará com uma Ouvidoria dirigida por um Ouvidor, a quem compete exercer a crítica interna da programação por ela produzida ou veiculada, com respeito à observância dos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, bem como examinar e opinar sobre as queixas e reclamações de telespectadores e radiouvintes referentes à programação”.

Isso significa que quando nós fazemos a crítica nós estamos apenas cumprindo a nossa obrigação. Não é que estamos contra. Muito pelo contrário, estamos a favor da melhoria e da qualidade. E se vocês observarem, é dentro de um estrito respeito aos profissionais, mas consideramos que temos o papel de contribuir para a melhoria do serviço.

E como o nosso lugar é de uma observação privilegiada, porque podemos pegar os nossos programas que nos permitem ver a programação de 30 dias, exaustivamente, olhamos e olhamos novamente, para ver se não estamos equivocados. Discutimos internamente: Será que a minha opinião não está atravessada por uma ideologia, por uma experiência pregressa, que me leva a fazer sempre assim?

Discutimos entre nós. Estão ali dois Ouvidores: Tom Gomes, Ouvidor de agência e Márcio Bueno, Ouvidor da TV Brasil. A Rute Helena, Ouvidora de rádio, que está doente, não pôde comparecer. Mas nós discutimos entre nós, para fazer o trabalho mais correto possível.

Não quer dizer que a gente não vá errar, eventualmente. Mas por isso nós entregamos o relatório com cinco dias, para que possam assistir junto conosco o que nós olhamos de maneira crítica. E isso é contribuição positiva.

Então, a reação à Ouvidoria significa uma reação ao cidadão, que nós só estamos fazendo o que a lei manda em nome do cidadão, e não porque nós gostamos de fazer assim ou assado. Até preferiríamos fazer de outra maneira, mas a lei indica que é assim.

E dentro desse projeto está aqui uma análise da TV Brasil sobre as transmissões da Série C. Se vocês observarem o que foi analisado, vocês vão observar que nós precisamos, sim, de um olhar de supervisão sobre o que estamos fazendo, porque estamos fazendo coisas que jamais faríamos na emissora privada.

E por quê? A pergunta é: Por que é assim? É porque falta supervisão? É porque falta uma punição, digamos, que é um absurdo pensar assim? Porque na iniciativa privada, se você faz alguma coisa, você pode ser demitido, porque você errou, ou errou ou fez assim.

Não é isso, não é esse o modelo. Mas nós precisamos fazer melhor. E não podemos admitir que nós, com competências de currículos fortes, como têm muitos aqui, que a gente erre em relação ao básico, que é a comunicação pública.

Se fazemos algumas coisas de uma determinada maneira, é preciso que alguém olhe e pergunte: “Mas por que foi assim”? E a Ouvidoria contribui nesses termos, porque ninguém tem. Vocês, os gestores e os profissionais não têm o tempo e a disponibilidade para olhar como a Ouvidoria olha.

Então, isso é uma contribuição. E vêm para a Ouvidoria por quê? Porque se repete. Essa questão da Série C, eu lembro, como Ouvidora-Adjunta de TV, de ter falado nisso pelo menos duas vezes. E as coisas continuam exatamente iguais.

Isto aqui foi baseado numa demanda de telespectador, numa reclamação de telespectador. E quando o telespectador responde, reclama, a resposta que vem da área é quase chutando o telespectador. Aqui está, em um dos momentos fala disso. Então, significa que nós precisamos nos educar para a comunicação pública. E é o que nós estamos apontando quando apontamos isto aqui, que no geral o que nos falta é a qualificação para agir como gestores de comunicação pública, jornalistas de comunicação pública, radialistas de comunicação pública.

Isso é geral, sabe? Sabemos que cada um tem suas obrigações e seu tempo a cumprir e a Ouvidoria tem o tempo de só ficar olhando e dizer: “Olhe, falhou ali. Fale aí com o seu apresentador; fale aí com a sua apresentadora; fale aí com a sua gerente; fale aí com o seu redator, porque tem alguma coisa que está muito ruim e que a gente precisa ver como resolve”. Resolver, nós temos educação corporativa, pode ser demandada. Tem uma série de coisas.

Aqui no rádio, se faz menção à notícia que seguimos, toda a imprensa, deu todo mundo igual. Um relatório da ONU que colocava o Brasil – três cidades brasileiras – como as mais violentas numa lista. A lista, na verdade, não foi publicada pela ONU. E a ONU diz que o que a imprensa deu com essa classificação nós não fizemos. Só que ninguém deu a correção da própria ONU. Então, nós temos de prestar atenção. Isso aí foi no rádio.

Alguma coisa que está acontecendo que nós precisamos alinhar os nossos redatores, repórteres, editores, enfim, para um novo modelo, um novo modelo que vai nos evitar correr esses riscos, não é? Insisto em dizer, a comunicação pública se realiza naquilo que sai no ar. Não é antes. Nós fazemos tudo muito direito, mas o que vai para o ar é o que traduz o que nós somos.

Linguagem inclusiva. É uma questão de cuidado, de treinamento, que também houve aqui. Comunicação pública deve agir dessa maneira, mas é uma questão de capacitação.

A inadequação de pautas. Este caso aqui, do erro do IPEA em pauta inadequada, foi o seguinte: o IPEA, naquela pesquisa sobre violência contra a mulher, errou na divulgação dos dados; errou no índice. E o que acontece? De repente, num determinado programa, foi uma psicóloga especialista em hipnose e mais alguém e não se tratou, na verdade, do trauma da mulher que sofre violência, mas se tratou do erro do IPEA com situações inadequadas. Não se pode tratar do erro do IPEA com especialista em hipnose. Então, o que

acontece? A pauta, a matéria, fica absolutamente atravessada por um sentido ideológico, o que a comunicação pública não deve ter.

Como disse a vice-presidente ontem, a comunicação pública não pode ser um mero direito de resposta à comunicação privada. E é nessas observações, é no trabalho de preparação de cada um, que a gente deve cuidar para fazer, efetivamente.

Erros, descuido. Genocídio não se celebra nem se comemora. Foi assim que saiu o título numa matéria da Agência Brasil. Saiu como, deixe-me ver aqui (Lê): “Ruanda celebra genocídio que matou 800 mil pessoas há 20 anos”. Isso é um descuido que também não deve acontecer e que não acontece na mídia privada. É isso que eu quero indicar.

X.X.X

Os participantes falam simultaneamente.

X.X.X

A Sra. Joseti Marques – Não, mas o genocídio, a palavra “genocídio”. Veja, tem aqui todo o relato. Houve a correção imediata, mas ainda a tempo, porque é uma agência, a tempo de se expandir. Aí, recebemos a seguinte coisa de um demandante: “Credo! Como alguém pode celebrar um genocídio”? E aí, fomos olhar novamente, porque já estava corrigido, mas dentro do texto permaneceu.

Nós precisamos ver o que ocorre. Pode ser uma pressa, uma pressão na rotina de trabalho, pode ter um milhão de motivos. Aqui se pôs um erro de tradução. Seria menos grave do que um erro de descuido.

São Paulo não tem fotos. As matérias de São Paulo estão sendo ilustradas com fotos de arquivo que se referem a outras circunstâncias. Faz dois meses, pelo menos, que não há foto atual do evento que está sendo noticiado. Parece que não tem fotógrafo, eu não sei.

A Sra. Rita Freire – Não, não tem.

A Sra. Josete Marques – Não tem fotógrafo? É o que parece, foi um levantamento do ouvidor de agência.

Aqui é uma sugestão que foi dada por um demandante, que nós já conversamos até sobre isso. Todos os órgãos públicos que têm espera, têm lá a sua televisão e passam o tempo todo programa policial, porque a maior parte do dia, enquanto nós passamos desenho animado, os outros passam programas policiais. E os órgãos públicos, todos, fazem aquilo. Aqui eu já fui a três; no Rio eu já fui a uns três ou quatro. Todo mundo repete a mesma lógica.

Se a sociedade está policializada ou se há uma criminalização de determinadas coisas que vêm pela sociedade, é porque há um processo pedagógico de policialização da sociedade através disso.

Eu estou em conversa com a Ouvidoria Geral da União, para que a gente arrume um jeito de fazer uma recomendação, para que os órgãos públicos ponham lá, nas suas TVs, a TV Brasil ou no máximo a TV Escola, que é mais útil nesse processo. Eu acho que deve ser um compromisso de todos, não apenas da EBC.

Ainda se reclama a questão das editorias que sumiram da agência. É uma situação que já foi falada em outra reunião e que é meio técnica. Não convém aqui, mas está relatado.

E nesse relatório nós trazemos também o monitoramento de conteúdo na cooperação técnica com as universidades. Dos aspectos que demandam investimentos na TV Brasil, que é feito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, eu acho que o mais interessante de se relatar – todo ele está aqui no relatório – mas o mais interessante de destacar é que eles consideram que há uma inadequação de se colocar um jornal entre dois blocões de desenho animado, porque isso fala com o público específico de desenho animado, que não é o público de jornal. Então, a gente perde a audiência de jornal aí. Isso é uma coisa interessante de se observar.

As rádios. O monitoramento deverá ser feito pela UnB, mas que ainda não alinhou totalmente a sua metodologia de análise. Por isso não veio, mas virá, eu espero, no próximo relatório. Nos destaques da manifestação do público continua a questão do sinal da TV, da rádio.

Esse período também, a partir deste relatório, nós inauguramos, até no sentido de que a Ouvidoria possa trazer resultados, soluções justificativas e encaminhamentos. Aqueles casos da reunião passada já têm, praticamente, o acesso à manutenção do **Mendanha**. Já sabemos todo o processo e no próximo relatório a gente traz uma solução definitiva.

O cartão QSL. Descobrimos também que houve, na verdade, aquele processo de não priorizarmos o cidadão. O cartão QSL não tem a menor importância para o trabalho que nós realizamos. Mas, atrás do cartão do QSL, tem os cidadãos, aqueles que nós nos comprometemos priorizar. Foi por isso que colocamos isto aqui. Os qualitativos de atendimentos estão referidos no final do relatório.

Eu gostaria de chamar a atenção para uma coisa, como última, presidente. A questão da invisibilidade, tratar a Ouvidoria como incômodo, ou seja, tratar o instrumento do cidadão como um incômodo que nos atrapalha o trabalho, se reflete muito aqui, numa situação que desde que eu cheguei eu pergunto isso. Eu era Ouvidora-Adjunta de TV; vivo perguntando, mas nunca tive resposta.

E agora, como Ouvidora, eu insisti na pergunta, mas também não teve resposta, que é a seguinte coisa: logo que eu cheguei, tinha uma organização não-governamental que aparecia no interprograma. Aparecia sempre.

Como Ouvidora de TV, eu me perguntei: Mas nos interprogramas têm sempre organização? Achei muito legal que tivesse, mostrando trabalhos de educação com crianças, uma série de coisas. Pensei: Que bom, não é? Mas nunca vi outra. E aí, cobrei isso no relatório. Sumiu, mas, de repente, eu vi de novo. Mas eu me perguntei por quê. Porque, de repente, pode ser uma estratégia em que cada mês uma aparece muito e eu não vi aquele mês onde outras apareceriam.

O que acontece? Eu perguntei como é a questão das organizações não-governamentais na interprogramação. Temos perguntado há dois meses; a resposta não veio. O que acontece? Quando a resposta para a Ouvidoria não vem, a gente pode pensar, inferir, que na verdade a gente estava certa na observação, que há privilégio de apenas um, que não poderá ser. Mas como não há resposta, como a Ouvidoria é ignorada nas suas questões, a gente não sabe.

Eu trouxe aqui não para dizer que, provavelmente, só tem uma, mas para dizer que é preciso dialogar, que não é no sentido de apontar erros ou nada, não é isso. É no sentido de colaborar, de contribuir, que a ideia é muito boa, mas tem de ser ampliada de um aconselhamento.

Para resolver essas questões, que a gente traz todas aqui para a reunião de Conselho, nós estamos nos preparando para emitir boletins diários de crítica à programação apenas para a diretoria executiva, de forma que todos possam dialogar com a Ouvidoria, contestar, observar, para a gente trazer o material mais filtrado para os relatórios, e para a Ouvidoria, e muito mais com soluções do que como meramente reclamamos. Muito obrigada, presidente. Desculpe-me por ter me excedido.

A Sra. Rita Freire – Bom, a Eliane se inscreveu logo que ela começou a falar, não é? Quem quiser comentar...

O Sr. Cláudio Lembo – Se me permite, por favor. Eu gostei da atitude da senhora, apesar de ela ser muito amarga, mas isso é próprio da humanidade. O grande problema é o seguinte: a senhora pulou um texto aí, sobre o futebol na TV Brasil.

E o paraibano tem razão. A TV Brasil tem uma visão carioca do futebol brasileiro e o Brasil hoje é um pouco mais amplo do que o Rio de Janeiro. E aquelas pessoas só pensam no futebol carioca. No entanto, tem o paraibano, tem de todo o Nordeste, tem de todo o Brasil hoje, tem no Oeste. A senhora não registrou, mas é bom que a presidente ouça o que eu estou dizendo.

A Sra. Rita Freire – Mas está no relatório que ela mandou.

O Sr. Cláudio Lembo – É, o paraibano tem razão. É muito carioca aquele programa, particularmente aos domingos. Eu, como palmeirense derrotado e destruído, fico muito angustiado. (Risos.)

A Sra. Joseti Marques – O texto do relatório foi minucioso. Está ali o Ouvidor de TV Brasil. Foi minucioso! Durante dias, olhando e olhando aquela partida, decorou cada lance, para poder fazer um relatório muito criterioso, que nos ajude a corrigir exatamente essas distorções que incidem fortemente sobre aquilo que são as recomendações que estão na lei da comunicação pública.

A Sra. Rita Freire – Ok. Vamos passar a palavra às Conselheiras e aos Conselheiros. Senão, nós vamos sacrificar o nosso “coffee break”.

A Sra. Eliane Gonçalves – Bom, eu queria começar justamente por isso. Eu sou usuária de transporte público. Eu viajo por este Brasil; sou usuária de transporte público. Num ônibus, lá na Paraíba, eu vi seguinte pichação: “Odeio sudestinos”.

A Sra. Rita Freire – Sudestinos?

A Sra. Eliane Gonçalves – Achei ótimo, porque pôs na caixinha Rio, São Paulo e Minas Gerais. Imagino o que significa então a expressão “nordestino”. Colocar na caixinha todo mundo, do Maranhão à Bahia. Essa parte que trata do futebol é exemplar.

Tratar como redução de gastos, fazer a CLC no Norte, Nordeste e Centro-Oeste como se fosse uma caixinha só, para o “cara” que sai de Campo Grande ter de viajar 3.540 quilômetros, que é muito mais do que de São Paulo para Buenos Aires, gente, pelo amor de Deus, é para ter muita raiva de sudestino.

Eu já tinha falado no relatório anterior, Joseti, na última reunião eu já tinha colocado, eu achei que foi muito precisa a forma, a mudança no relatório da Ouvidoria. Acho que ele está muito mais objetivo, acho que trazer esses exemplos muito concretos da nossa vida, do nosso cotidiano, dos nossos afazeres é bastante pedagógico. Espero que sejam muito bem aproveitados os relatórios.

Nos meus últimos relatos, eu já estou tentando divulgar ao máximo esses relatórios, porque, no final das contas, eu, que sou trabalhadora, acho que estou contribuindo com isso. Todos nós contribuimos com isso. Acho que a gente tem muito para aprender. Espero que seja absorvido, espero que não sejamos refratários a esses relatórios. Que seja usado para refletir o nosso trabalho.

Acho fundamental, acho que é uma mudança marcante. Tem vários momentos aqui em que se relata o preconceito que nós temos, seja preconceito com relação ao doente mental, que aparece aqui na rádio, à história dos nordestinos.

Fiquei muito feliz ao ver a constatação da Ouvidoria em relação à fotografia aqui em São Paulo, que é uma questão que a gente vem martelando há muito tempo. Como é que uma cidade do tamanho de São Paulo não conta com uma equipe? A gente tinha um fotógrafo para cobrir todo mundo; agora não tem mais nenhum fotógrafo.

(Pausa.) Você viu o exemplo que a Ouvidoria resgata dos três moradores de **Marcilak**, sendo amarrados em frente à Prefeitura, que poderia ter sido uma imagem fantástica. Eu fico muito feliz em ver esse relatório. Vou contribuir para divulgar e espero que cada vez mais a gente possa aproveitar. Acho que é um bom proveito.

O Sr. Murilo Ramos – Ainda é o futebol. Eu era mais ou menos recém-chegado ao Conselho e tive a felicidade. Eu me orgulho muito disso. Foi circunstancial, nada do que eu fiz é excepcional, mas eu tive a sorte de cair na minha mão o relato sobre se a EBC deveria fazer ou não um contrato com a CLC. Fui eu que relatei no Conselho esse processo, favoravelmente, e entendendo claramente naquele momento que era, sim – como está aqui no relatório –, um gol de placa. E é!

Realmente, está primoroso isto aqui. É muito interessante o modo como... Mas ele não é um problema da EBC, quero deixar claro, TV Brasil, assim. Eu já toquei nesse assunto em reuniões do Conselho.

Futebol na televisão é entretenimento, não é jornalismo, o que é um tremendo de um pecado. Tem importância cultural, política, econômica. O futebol é, eu sei que ele é nominalmente jornalismo. Aliás, na Globo, é só pegar a Globo, a nossa referência. É jornalismo e esporte. Era e assim é. Diretor de jornalismo já separa. Esporte é uma coisa; jornalismo é outra. E o futebol está dentro. Veja bem, é jornalismo! Não são os locutores aqui. O que me parece é que estão em tudo quanto é canto.

Outro dia, falando em casa, eu falei assim: Esse é o sonho da minha vida, ser contratado para dar palpite na televisão sobre futebol. Era uma maravilha, porque você vê essas Mesas Redondas – eu vejo todas, porque eu adoro – é um monte de sandice, de asneira. Não tem produção, não tem pesquisa, não tem investigação séria. Você trata do futebol como se fosse... O apelo que eu faço, viu, Nelson, Eduardo, Nereide, Rogério, ao longo do tempo é a gente começar a criar uma tradição na EBC de dar um outro olhar sobre futebol, nas coberturas, nas transmissões, nos debates. Colocar numa Mesa de debate

político essa questão do futebol, porque ele é sério demais para só virar assunto de protesto na época da Copa do Mundo.

Eu sei, porque eu comecei a minha curta vida jornalística na mídia impressa anos atrás, no Paraná, em Curitiba, como jornalista esportivo. Eu fui setorista do Ferroviário Futebol Clube, hoje Clube Atlético Paraná.

Da dó! Amo o futebol! Mas era isso, não tinha lugar para fazer coisa séria no jornalismo. Era política, tanto que no jornal onde eu comecei – Tribuna do Paraná – o que era? Era crime e futebol, certo?

Eu queria aproveitar esta história aqui, que é engraçada porque é engraçada, mas ela reflete não problema nosso, do jornalismo da TV Brasil, é problema geral. Futebol tem de ser tratado com superficialidade, piadinha e um monte de palpite. Rasguei um monte de dinheiro para dizer um monte de palpite sem nenhuma pesquisa sem avaliação nenhuma sobre isso que estão falando.

A Sra. Eliane Gonçalves – Só uma informaçãozinha, porque tem o Felipe, de São Paulo. Ele está aqui, assistindo. E é muito engraçado também quando a gente lê a parte dele, que fala assim: “Como é que vai falar na reportagem www.ebc.br/_a-ebc/ouvidoria”? Imagine o que é esse endereço, gente!

A Sra. Rita Freire – Eu queria aproveitar a fala do Murilo, na verdade, para falar que a revista do Conselho Curador vai tratar sobre a cobertura esportiva. E ela está em produção e a participação do Conselho está aberta. Os Conselheiros que quiserem se manifestar...

O Sr. – Sai antes da Copa.

A Sra. Rita Freire – Ela vai sair no dia 27 de junho, online.

O Sr. – Sai no meio da Copa.

A Sra. Rita Freire – Ela vai ser lançada no Conselho em agosto, porque a gente não vai ter sessão nesse período. Mas eu acho que até essa reflexão, Murilo, poderia ser um artigo para a revista. Ela vai ser apresentada pela jornalista **Priscila**.

A Sra. Rita Freire – Quem está inscrito agora?

O Sr. – Você matou a charada. Nós temos de descariocar, despaulitizar e desbrasilizar o noticiário de modo geral. Isto aqui é válido para todo o Brasil. Futebol é cultura brasileira. Agora, não deixam desenvolver a cultura brasileira.

E quanto ao Nordeste, eu me lembro – não sei se você se lembra – tinha o personagem do Henfil, que falava, quando o Henfil morava em Natal, ele falava do Sul Maravilha, justamente porque lá há o preconceito do Sul Maravilha em relação ao Nordeste e também em relação à etnia negra. Faz parte do papel da

mídia pública acabar, romper com isso. E não é só no futebol. De modo geral, acontece em todos os setores da vida nacional, na política, na economia e tudo. É um desafio romper isso.

O Sr. – Posso falar?

A Sra. Rita Freire – Estava inscrito aqui o Conselheiro José Martins; o Daniel também se inscreveu. Eu não tinha visto a sua inscrição. Contamos com a cortesia dos Conselheiros.

O Sr. Paulo Derengoski – A minha observação é a seguinte: me parece que o trabalho da nossa Ouvidora, comparando com os anteriores, além do trabalho profundo de ouvidoria, ela, na verdade, faz também, se bem observo, um verdadeiro trabalho de ombudsman, no caso, de ombudswoman, porque ela analisa muito a questão interna da empresa. Essa é a observação que eu faço, mas não a critico por isso. Obrigado.

O Sr. José Antonio Martins – Presidente, eu queria fazer uma observação. Eu tenho lido sempre os relatórios. Este aqui não, porque eu recebi agora. Todos eles são muito bem feitos, com bastante visão, bastante profundidade e acuidade.

Esse relatório, comparando ao que nós temos na indústria, ele vem a ser um trabalho de controle de qualidade. Quer dizer, é uma inspeção. Na indústria, cada produto que se põe é inspecionado qualitativamente.

No início, quando se formou a qualidade, antes da guerra, seu objetivo era separar as peças boas das ruins. Com o tempo, em função da velocidade, que aumentou nos veículos, no armamento, tudo, a qualidade começou a assumir um aspecto extremamente importante, que passou a definir o grau de competitividade melhor ou pior que as empresas tinham.

Não adiantava mais inspecionar um canhão ou uma metralhadora depois de eles estarem prontos, porque aí estava o erro; o parafuso que não funcionava ou a mira que não estava na posição correta. Criou-se, então, o que se chamou de inspeção volante, a inspeção que acompanha a peça. Desde que ela começa, ela vem correndo até chegar na parte final, na montagem.

De tudo isso são feitos relatórios. E esses relatórios são exatamente o que você coloca aqui. Aqui tem as reclamações, as sugestões e aponta os erros. E esses erros é que têm de servir, Presidente, para a EBC, como um painel para correções, porque a coisa que mais desestimula um controle de qualidade, que mais desestimula uma equipe empresarial é você apontar uma falha que você levou dias de pesquisas, incomodando, até ter a verdade na mão, e ninguém toma nota daquilo lá.

Eu já disse dentro da fábrica: eu não admito erro duas vezes. Eu já disse para o cara: mande o ônibus sem o teto, mas aquele painel com o velocímetro errado eu não quero mais que aconteça, porque aquilo já foi reclamado.

Erro repetido é burrice, é abusar do cliente. Isso destrói uma equipe. E toda a providência, Presidente, que não é tomada, quando não se cria uma equipe paralela que vai fazer com que isto aqui seja como 6 Sigma ou como Zero-defeito, reduzir isso para um volume muito pequeno, a equipe, primeiro vocês que fazem, e a equipe que está construindo se sente altamente frustrada.

Tanto que a gente fala: qualidade não corrigida é, dentro de uma empresa, a estratégia mais broxante que existe. É a qualidade que não é corrigida, porque hoje qualidade não é mais argumento de venda. Qualidade é uma obrigação. Eu não posso vender estes óculos aqui sem uma perna. A coisa mínima que meu cliente exige é que ele tenha duas, a não ser que eu tenha uma orelha só.

Esses detalhes qualitativos – não, porque o produto nosso é melhor do que o outro, tem de cobrar mais caro – qualidade não é mais argumento. Qualidade é obrigação.

Então, nós temos obrigação, na EBC, de zerar estes defeitos todos aqui. E para isso, criar exatamente um grupo de trabalho que possa fazer com que a luta que elas estão tendo em montar um negócio desses, que é exaustivo, que não é fácil de compilar tudo isso, que elas comecem a sentir resultado, como o nosso amigo, Sr. Márcio Bueno, que disse: “Transmissões da Série C”, é preciso mudar.

Esse pessoal que aponta os erros de qualidade tem ideias fantásticas. As empresas se formam. Quase todo o nosso processo industrial foi alavancado no sistema de qualidade, que surgiu no Japão, pelo Deming e o Juran, quando o Japão foi demolido e que se produzia e se dizia: “É bonitinho, mas é ordinário”.

O Japão não tinha matéria-prima, não tinha nada e precisava exportar. Deming, americano, e o Juran criaram no Japão o sistema, o conceito do controle de qualidade, que hoje é um negócio fundamental nas empresas, mas onde a qualidade não é mais argumento de venda.

É uma necessidade, é uma obrigação, isso no modo de a gente vestir, no modo de a gente proceder, no modo de a gente tratar as pessoas. É na telefonista, quando atende dar bom dia etc. Educar, esse é o controle de qualidade que a gente tem. Começa nas pessoas, começa na maneira de como se dirigir a todo mundo que trabalha dentro da companhia. Isso é fundamental.

Eu queria cumprimentar vocês pelo bellissimo relatório. Eu acho que isto aqui, Presidente, é o pontapé inicial de nós começarmos a criar dentro da EBC um sistema, uma equipe que vai corrigir isso. Aí, você vai atender a tudo isso:

inovação, ética, cidadania etc. E aí, dá para falar mil vezes mais em universidade corporativa. Obrigado.

A Sra. Rita Freire – O Daniel vai falar?

O Sr. Daniel Aarão – Queria, Presidente, inclusive para falar que incorporo perfeitamente as críticas e os cumprimentos, naturalmente, à nossa Ouvidora.

Eu queria aprovar uma recomendação aqui, para que, primeiro, a gente mude imediatamente o acesso ao endereço da Ouvidoria e acabar com essa história da invisibilidade. Ela tem de ir para um lugar nobre, em todas as nossas páginas, em todos os nossos programas. Que sejam disponibilizados, os recursos da Ouvidoria têm de aparecer num lugar nobre e a gente tem de facilitar.

E os leitores, os ouvintes e os espectadores têm de ver na EBC a diferença. Porque a maioria desses “fale conosco”, eu já falei várias vezes “conosco” e não aparece nada, não vem resposta nenhuma. Aquilo é mera formalidade. Acho que a gente deve, também nesse particular, aparecer como alternativas, não é?

Reiterando os cumprimentos aqui, eu acho que a gente podia aprovar essa coisa da visibilidade máxima e da acessibilidade rápida. Gostei muito dessa proposta do Conselheiro, de a gente criar uma equipe que, realmente, inviabilize a repetição dos erros.

Por outro lado, e finalmente também, eu lembraria que talvez fosse necessário uma divulgação dentro da empresa, para a gente ir alterando esse comportamento, porque é uma cultura, realmente, que a gente tem no país, de uma certa irritabilidade – que não é só aqui no Brasil – uma irritabilidade quando aparecem críticas.

E essa cultura você pode modificar com campanhas destinadas a esse fim específico, de modo que as pessoas vão se educando, porque é uma questão de educação.

O Sr. José Antonio Martins – Cultura e qualidade.

O Sr. Daniel Aarão Reis – Pois é. É a pessoa não sentir como impertinência uma reclamação ou uma crítica, mas como uma contribuição. Há tantas pessoas que veem uma falha de qualidade e não têm paciência de reclamar. Apenas giram o botão e vão procurar outros programas, outras empresas etc.

Essa pessoa que reclama tem de ser fidelizada, ela tem de ser celebrada, cumprimentada pela reclamação que fez. A gente tem de primar por tudo isso. Eu queria aprovar estas recomendações aqui, para dar apoio à Ouvidoria.

A Sra. Rita Freire – É uma proposta de recomendação pela visibilidade e acessibilidade. A isso eu acrescento que inclui simplificar aquele procedimento intermediário, que é preencher um formulário onde você coloca se você já está formado pela Escola Nacional de Comunicação Pública. Você tem de informar, dar detalhes. Eu não consigo chegar até o fim daquele formulário. E divulgação de um e-mail.

E também tem um “Fale Conosco”, mas também tem de ter o “Fale com a Ouvidoria”, mesmo que os dois conduzam à Ouvidoria. Mas eu acho que também tem de ficar explícito. Eu faço também minhas as palavras de cumprimento pelo seu trabalho. E queria colocar em votação.

O Sr. Daniel Aarão – Colocar em votação essa proposta do Conselheiro, do grupo de trabalho que iria trabalhar sob o provérbio romano “Errare humanum est, perseverare diabolicum”. (Risos.)

A Sra. Rita Freire – Eu só queria perguntar se a Ouvidoria em si não é um grupo que poderia estar fazendo esse trabalho.

A Sra. Joseti Marques – No próximo relatório?

A Sra. Rita Freire – Não, a formação de um grupo para trabalhar a questão de controle de qualidade, que é uma coisa que estaria separada da atividade da equipe da Ouvidoria. É isso? Seria um grupo adicional?

O Sr. José Antonio Martins - Vai começar a estabelecer uma meta. Colocar uma meta. Temos 45% de reclamação junto com a Ouvidoria. E esse grupo de trabalho coloca, vamos baixar 2%. Vamos ter a próxima auditoria com 43%. Aí, você começa a colocar metas de enobrecimento da qualidade, porque senão, tudo fica ao acaso, vai todo mundo empurrando com a barriga.

A Sra. Eliane Gonçalves – Porque esse caso, por exemplo, eu posso diminuir essa meta simplesmente escondendo ainda mais o acesso ao “Fale com a Ouvidoria”. Eu estou colocando esse exemplo, Eduardo, eu comecei a colocar esse exemplo só para tentar falar assim: olha, tem uma nova coluna.

O Sr. Eduardo Castro – Não é uma boa ideia. Se está escondido...

A Sra. Eliane Gonçalves – Posso terminar de falar, Eduardo? Obrigada. O trabalho de comunicação é um pouco diferente do processo mecânico em que a pessoa está com a peça concreta ali. E às vezes você diminui o acesso, ou esconde o “Fale Conosco”, ou caiu a audiência. Enfim, não sei se essa meta pode se encaixar tão bem, se esses parâmetros podem ser transportados para o meio da comunicação.

Eu quero lembrar que a Joseti trouxe aqui uma coluna nova, que são Soluções, Justificativas e Encaminhamentos. E quem leu o relatório todo, vê que tem

também uma cobrança ao Conselho Curador, que recebe antes, mas que acaba não enviando os comentários que são feitos pela Ouvidoria.

A gente já tem os instrumentos, já tem a Ouvidoria, já tem o Conselho Curador, já tem uma estrutura que pode fazer essa cobrança. Eu tenderia a reforçar essa proposta do Soluções, Justificativas e Encaminhamentos em vez de criar um novo grupo.

A Sra. Rita Freire – Conselheira Rosane, Conselheira Ima.

A Sra. Rosane Bertotti – Eu não me referi ao trabalho primeiro, porque eu também concordo. Eu acho que a forma com que foi apresentada a Ouvidoria está muito boa. Apresenta, dialoga, sistematiza, levanta, problematiza. Então, acho que está muito bem apresentado o relatório.

Eu parto do princípio de que acho que é importante acompanhar erros que se repetem, porque tem erros que são mais técnicos, mais fáceis de resolver, e tem erros que são parte da cultura.

Não vai ser simplesmente dizer que nós temos de fazer uma mudança de passar a mostrar o Rio, São Paulo e Brasília. Vá que fosse, que isso se resolvesse como problema técnico, que seria super fácil. Mas isso não se resolve como problema técnico. Isso é muito mais complexo. Acho que a gente pode continuar. Acho que não dá para a gente ficar sempre avaliando, avaliando, avaliando, e sempre voltar e olhar.

Os mesmos erros, as mesmas dificuldades que estão aqui, mas também não vai ser criando um grupo de três ou quatro pessoas, que vai ficar monitorando, que vai resolver isso. Eu acho que é uma coisa mais complexa. Eu acho que a gente deveria continuar acompanhando o processo da Ouvidoria, continuar fazendo o debate no Conselho e apontar junto com a Ouvidoria quais são os elementos que a gente deve construir de forma coletiva. Criar um grupo que vai monitorar eu acho difícil neste contexto complexo que é o fazer comunicação. Tem a meta do fundo de trabalho também.

O Sr. José Antonio Martins – Começa por aí, porque a qualidade tem de ser pregada, tem de criar a cultura da qualidade. Agora, cultura da qualidade se cria começando a apontar os erros e chamando o pessoal. Como é que nós vamos corrigir isto aqui?

Isso chama-se “Quality Control Circle”, que o japoneses fizeram na administração participativa. E o Japão é mestre em matéria de qualidade e de administração participativa.

Hoje, todas as empresas de sucesso no Brasil, tanto comércio, como indústria, como serviço copiaram essa administração participativa do Japão. É um negócio fantástico!

Então, nós temos é que criar. Senão, todo o trabalho que ela fez de que adianta? Alguém providenciou para que isso não aconteça? Foram estabelecidas metas de correção? Como enobrecer a qualidade? Como vender essa ideia para o pessoal?

Eu fiz lá. Eu participo do Conselho do Grupo Mãe de Deus, lá em Porto Alegre. Há cinco anos, nós tínhamos duzentos e pouco. Nós temos 1.600 leitos hoje. E o setor de qualidade dentro do Mãe de Deus, que eles nem sabiam o que era, eu fiz palestras, dei instruções, levei os caras na fábrica. Hoje, o Mãe de Deus em matéria de qualidade é um hospital sensacional.

Você olha o chão, tudo é feito como padrão de hotel. No leito, lá dentro, tem todas aquelas escovinhas de dente, pastinha, não sei o que, caderninho. Se transformou! A pintura do hospital foi transformada, alegre. Isso tudo é qualidade. Tem de se criar a mentalidade. Senão, daqui a dois anos nós estaremos sentados, com este mesmo relatório aqui, e ninguém fez nada sobre ele.

A Sra. Rita Freire – A Conselheira Ima e depois a Joseti quer fazer um comentário final. Nós vamos encaminhar para decidir.

X.X.X

Os participantes falam simultaneamente.

X.X.X

A Sra. Rita Freire – Não, mas é sobre o tema.

A Sra. Nereide Beirão – É só dizer o seguinte: a informação, porque como está sistematizado de outra forma, ficou parecendo que houve aumento de erros que não houve. Pelo contrário, a gente está reduzindo as reclamações e ampliando os elogios. Existem metas no plano de trabalho com relação a erro, a problema e reclamação.

Todas as reclamações são enviadas. Esta reclamação aqui, por exemplo, do esporte, saiu nesse tom porque o esporte a gente mandou para Esportes e eles responderam direto. A gente mandou outra resposta, mas ficou a resposta que tinha sido enviada pelo...

A gente concorda plenamente sobre a questão do esporte, a questão nordestina. A gente tem um trabalho, um olhar muito atencioso com relação a essa questão do Sul, do futebol carioca; a gente reclama, a gente vê, a gente sempre tem essa atenção. É só para deixar claro para o Conselheiro que a gente está reduzindo e que a gente tem meta. Só isso.

A Sra. Rita Freire – A Conselheira Ima está inscrita. E o diretor de Jornalismo Eduardo Castro quer também fazer um comentário.

O Sr. Eduardo Castro – Diretor Geral.

A Sra. Rita Freire – O diretor geral Eduardo Castro também quer.

A Sra. Ima Vieira – Depois de ouvir e ler atentamente esse relatório da Ouvidoria, concordo com todos, da melhoria e, mais do que isso, se tornou algo bastante propositivo, tem uma coluna de soluções.

Mas eu acho que ao Conselho cabe pegar essas soluções, debatê-las exaustivamente, para levar a recomendação. Acho que o nosso papel está ainda um pouco, digamos assim, capengando.

Talvez o ideal fosse destacar sugestões da Ouvidoria. Eu não sei se um GT ou uma pessoa de cada GT do Conselho se desdobrar sobre as sugestões, especificamente, debater. E se isso vai à recomendação ou não, a gente decide. Aí, reforço o apoio à Ouvidoria.

Com relação ao acompanhamento, a minha sugestão é que dessas recomendações do Conselho, das sugestões da Ouvidoria, que se transformariam em recomendação do Conselho, o acompanhamento pudesse ser feito com um relato da Diretoria Executiva, no início da reunião, sobre essas questões que o Conselho colocou como recomendações etc., para a gente ver o aprimoramento da qualidade, se permanece ou não os erros, esse tipo de coisa. Duas recomendações para o Conselho, que eu estou dando, para a nossa atuação.

A Sra. Rita Freire – Antes de se transformar em recomendações, que a gente tenha um tempo, um debate e também a posição da empresa sobre essa proposta de recomendações. Inclusive, as recomendações que já foram feitas aqui pelo Conselheiro Daniel, pelo Conselheiro José Martins. É isso? A sua proposta é que a gente não votaria as recomendações agora. É isso? Vamos ouvir o diretor de jornalismo, isto é, o diretor geral.

O Sr. Eduardo Castro – Segunda vez. Segundo erro, o mesmo erro. Está vendo como a gente às vezes cai e não é de propósito, muito pelo contrário?

A Sra. Rita Freire – O controle de qualidade vai cair.

O Sr. Eduardo Castro – A ponderação que eu faço é no seguinte sentido: é uma sugestão para a Ouvidoria. Ninguém gosta de ter seus erros apontados. Não gosta! Há crítica construtiva e há crítica negativa. Quando a crítica é para arrasar com você, você nem ouve. Mesmo quando a crítica é construtiva, ninguém gosta de saber que errou.

É muito difícil você pegar um documento que tem 56 páginas que fala fundamentalmente dos seus erros. Sendo que aqui têm informações que denotam que a Ouvidoria também recebe informações, em igual número ou

muito equivalente, com relação aos nossos acertos. Da mesma forma que nós não conseguimos ver tudo o que erramos, não conseguimos ver tudo o que acertamos. Sendo que aqui tem – está na página 37 – (Lê): *“Das comunicações. Atendimentos à Ouvidoria. Os elogios, sugestões, comentários, pedidos de informação e serviços totalizaram 81,8% dos atendimentos/mês contra 18,2% de reclamações”*.

Ou seja, de cada cinco ligações que nós recebemos só uma está reclamando. De cada 10, duas estão reclamando. É bom saber onde a gente acertou também. E é bom que venha aqui.

Eu não estou falando para ser incensado. Não quero confete. Mas onde é que nós acertamos? Nós também não reparamos. Do mesmo jeito que a gente não assiste à programação, não ouve todas as rádios e nem lê agência ou portal o tempo inteiro para achar erro, porque é impossível – são 24 horas no dia; oito programações de rádio; três programações de televisão e duas agências de notícias e um portal – do mesmo jeito que eu não vejo erro, não vejo os acertos.

Então, a minha sugestão, para que seja mais palatável sob o ponto de vista da aceitação, até minha, é que também venham aqueles que foram considerados os principais acertos nesse período. Aqueles que surpreendam. O acerto – vou chamar de corriqueiro – esse é nossa obrigação.

Mas onde que a gente surpreendeu positivamente? Onde é que recebeu uma quantidade. Eu não recebo isso, por exemplo. A maior quantidade de elogios foi para quê?

Olhando o quadro aqui, a gente vê que são 18,2% de reclamações. Como a cor aqui está difícil na cópia sem cor, ou são 29% de sugestões ou são 15%. Ou seja, ou é muito mais do que 18% ou é muito perto de 18%. A gente está recebendo a mesma quantidade de reclamações acerca de erros do que elogios.

Uma vez que o esforço é fazer um controle de qualidade, nos ajudaria muito também saber onde nós estamos acertando, porque eu não sei. Quer dizer, eu sei o que eventualmente eu vejo, eu sei o que eventualmente chega para mim ou o que eu me preocupo por este ou aquele motivo de ver. E não sou só eu! Evidentemente que não sou só eu! Não são só os diretores; são os gerentes, são os gerentes executivos e são os próprios funcionários.

Eu gostaria de fazer essa sugestão, no sentido de tornar esse documento crítico mais palatável para quem lê. Palatável no sentido de: se ela está me considerando certo, o errado também vou considerar com mais facilidade. Eu acho que seria uma forma de tornar ainda mais efetivo o trabalho que, eu já disse em uma reunião, eu considero que está muito mais útil, é um documento

mais útil. Você encontra erros, você encontra sugestões e talvez a gente encontre acertos também. “Ah, eu vou elogiar o sujeito aqui, porque daí ele vai repetir esse procedimento a semana que vem e no mês que vem”. É uma provocação positiva que eu faço.

A Sra. Rita Freire – Joseti, um comentário final para a gente encaminhar, tá?

A Sra. Joseti Marques – É muito rápido. Na verdade, eu só pretendia dizer que o relatório apontando erros – erros não – coisas a se investir, fragilidades que nós devemos cuidar, embora não relate, ele não desconhece o esforço de qualidade.

Por exemplo, o jornalismo tinha uma crítica diária aqui. Era feita pelo hoje Ouvidor de Agência TV Brasil, Ouvidor-Adjunto de TV Brasil. Era um esforço de qualidade. Agora, o que acontece aí, já na direção do que recomenda o Eduardo, é um esforço de qualidade, sim. É que a Ouvidoria tem a obrigação de apontar aquilo onde nós devemos trabalhar, para melhorar a qualidade.

Teve um único relatório, até pensando que é preciso trabalhar também nesse aspecto, eu fiquei me perguntando, como Ouvidora-Adjunta de TV Brasil, para que serve exatamente o elogio que não seja para tornar as coisas mais palatáveis. Mas que tipo de solução um elogio encaminha?

Eu fiz uma análise de um programa que estava recebendo muitos comentários elogiosos, que era um caminho da reportagem. Foi sobre “Os Cem Anos do Gonzagão”. Eu fui olhar o programa, para ver. Eu me emocionei com o programa na primeira hora. Falei: Puxa vida! Realmente, não é? Olhei pela segunda vez, para fazer um olhar mais crítico.

O programa era perfeito! Tinha três erros. Ele era tão perfeito que eu não podia colocar os erros no meio dos elogios. Botei como nota-pé. Era um erro de narrativa na passagem do repórter, que estava editada com corte inadequado; era o vamos e voltamos, que estava confundindo, tinha duas vezes “vamos”, e era “Aza Branca”, que era com “Z”, que ficava todo o tempo com aquele letreiro atrás e o repórter não explicava por que era com “Z”. Então, eu fiz isso como nota-pé.

E no arrazoadado, eu pensei: Mas para que serve o elogio? Eu recomendei que situações como essas, de um programa tão premiado, fosse usado para estimular os outros a fazerem melhor e que se fizesse naquela “Sessão Pipoca” um talk show com os profissionais que fazem tão bem, que são premiados, e que fizeram um programa tão bom.

O público, quando nos manda elogio, não está avaliando a qualidade técnica do que fazemos. Ele só está dizendo gostei ou não gostei. Por exemplo, muita gente pode ter gostado do futebol da maneira como ele se apresentou, mas o

nosso compromisso é de observar tecnicamente se aquele futebol que nós apresentamos cumpre o que é o nosso compromisso.

O comentário que a Ouvidoria faz, o nosso trabalho, embora não cite, não desmerece o esforço que é natural e que nós sabemos que todos vocês, que todos nós, empreendemos no sentido de cumprir o melhor do que nós podemos no que é a missão da comunicação pública.

Só não cita porque se eu disser que foi lindo, vai ficar bom, vai ser bom, palatável, agradável, mas não vai fazer, por exemplo, que eu trabalhe o erro, que é 1%, mas ainda é o erro, ainda é o problema, ainda é alguma coisa que eu preciso investir positivamente.

Eu quero dizer que é apenas a função da Ouvidoria. Se por acaso isso está inadequado no relatório, eu peço minhas desculpas, mas, infelizmente, é o trabalho que nós temos de fazer, que contribui com o de vocês, sem desconhecer que vocês têm empenho pela qualidade, sim. É o caso que eu citei do jornalismo, que o Ouvidor-Adjunto de TV Brasil era o controle de qualidade de jornalismo diário.

A Sra. Rita Freire – Foram feitas algumas propostas e uma outra proposta da Conselheira Ima, que a gente não vote recomendações do tipo de solução a ser dada agora, mas que se remeta ao Conselho a responsabilidade por estar avaliando e estar retornando com propostas de encaminhamento.

Também me parece uma demanda da Ouvidoria que as questões que são trazidas para o Conselho que o Conselho também se posicione, fazendo recomendações que sejam necessárias, priorizando temas que sejam necessários nas suas reuniões. Quer dizer, que não seja uma mera apresentação, para a gente saber o que o público está achando, o que a população está achando, dos programas.

Eu não sei se as propostas que foram feitas, dos grupos de trabalho, a gente encaminhar isso imediatamente. A gente consulta o Conselho se devem se encaminhar já. Eu quero perguntar aos autores das propostas se querem encaminhar já como solução. Aí, a gente abre à votação. Do contrário, a gente encaminha a proposta da Conselheira Ima, que o Conselho avalie todas as recomendações que foram feitas e traga uma proposta para o Conselho, na próxima reunião.

O Sr. Paulo Derengoski – Eu gostaria de apoiar a proposta da Conselheira Ima.

A Sra. Rita Freire – Sem microfone fica mais difícil.

O Sr. Paulo Derengoski – É mais prática, mais razoável e feita com mais calma, até porque me parece que o próprio trabalho da Ouvidoria,

respeitosamente falando, não pode se sobrepor ao trabalho do Conselho. O Conselho dará a última palavra sobre as questões conteúdo.

A Sra. Rita Freire – Querem votar individualmente ou está votado? As câmaras temáticas e os grupos de trabalho às vezes precisam de um estímulo para se organizar e cumprir determinadas tarefas. Então, eu queria, como encaminhamento, propor que a Conselheira Ima, que tem a ideia de como seria esse grupo, conduzisse esse processo. Quem estiver interessado em participar do grupo que informe a Secretaria, não é?

A Sra. Ima Vieira – Seria interessante um representante de cada câmara.

A Sra. Rita Freire – É, seria interessante um de cada câmara, mas eu acho que...

A Sra. Ima Vieira – É melhor que se resolva agora.

A Sra. Rita Freire – Quem quer participar desse grupo de controle de qualidade? Porque se não houver candidaturas aqui, eu acho que tem de ser encaminhado. As câmaras têm de indicar alguém para participar. Eu acho que o Conselho tem a responsabilidade de fazer isso funcionar.

A Sra. Ima Vieira – Rita, talvez uma proposta melhor. Não sei se melhor, mas mais prática, seria que a Ouvidoria entregasse no início do mês seguinte. Ela faz a análise de abril, nos entrega antes da nossa reunião e nós discutimos isso por e-mail ou colocamos as prioridades ou coisa assim. Eu tenho medo que o GT não funcione.

A Sra. Rita Freire – Tem de ser consenso, porque senão nós vamos voltar ao que acontece hoje. Nós recebemos, deveríamos estar fazendo. Quer dizer, eu acho que está em discussão um pouco o papel e a responsabilidade do Conselho na relação com esse relatório. Eu insisto na proposta inicial, que cada câmara indique uma pessoa para estar trabalhando sob a sua coordenação e responsabilidade, para trazer esse retorno na próxima reunião.

O Sr. Daniel Aarão – O Conselho vai se encarregar, vai constituir esse grupo de trabalho?

A Sra. Rita Freire – Não é o grupo de trabalho. É para avaliar as propostas que foram feitas aqui. É para ver as propostas para a próxima reunião.

O Sr. Daniel Aarão – Ah, sim!

A Sra. Rita Freire – Está encaminhado então? Está aprovado?

A Sra. Ima Vieira – Por enquanto só tem eu nesse grupo. Falta gente. Por enquanto só tem eu no grupo.

A Sra. Rita Freire – Não, mas é que ninguém levantou a mão. Isso vai ter de ser resolvido.

X.X.X

- Os participantes falam simultaneamente.

X.X.X

A Sra. Rita Freire – Tem uma queixa aqui, da Secretaria. Que as comissões ficam encarregadas de fazer o encaminhamento, porque as comissões depois não fazem, as câmaras temáticas...

Isso, uma pessoa. E, se não houver essa indicação, eu acho que a coordenadora pode chamar de cada câmara, com a ajuda da Secretaria. Bom, eu acho que está encaminhado. Ninguém levantou a mão; não dá para forçar agora.

Antes de a gente sair para o “coffee break”, eu vou dar a palavra, rapidamente, para o Rogério Brandão, que é diretor de produção da EBC. Ele vai exhibir o vídeo promocional do “História das Canções”, o novo programa que vai estreiar na TV Brasil, sobre música romântica.

O Sr. Rogério Brandão – Boa tarde a todos. Na verdade, esse projeto “promo” que vamos exhibir, a “História das Canções”, é um dos projetos oriundos do banco de projetos, selecionados pela diretoria de produção, para atender à demanda da grade de programação.

Ele foi concebido junto com o produtor e a ideia dele é de formar acervo. Por ocasião da questão dos 50 anos do golpe militar, nós pensamos – atendendo até um pouco à sugestão do Conselheiro Daniel Aarão Reis –, nós trabalhamos com compositores que àquela época fizeram grande sucesso, venderam milhões de discos, mas foram marginalizados em função da questão da MPB, de uma elite da MPB, que predominava na programação musical das rádios e das televisões.

E a ideia também era de resgatar artistas extremamente populares não só na região Sudeste, mas no Norte do Brasil. Muitos deles vindos do Norte, do Nordeste, do Sul e atuando na região do Rio e de São Paulo, onde as gravadoras se instalam, isso é inerente.

Esse projeto, a ideia dele é que ele atenda a uma demanda popular. Ele foi um programa feito com a estética popular. Eu diria, entre aspas, o brega, que eu já não considero pejorativo, eu já considero até uma forma de gênero e com estética bastante popular. Nós conseguimos localizar e resgatar artistas importantes, como Amado Batista, a dupla Antônio Carlos & Jocaí, o sambista Bebeto, o Odair José. Nesse “promo” que nós vamos exhibir, nós escolhemos dois artistas bastante conhecidos.

Um não tanto conhecido do público, porque é um grande fazedor de sucessos, que é o Mike Sullivan, que compôs para Tim Maia, para Gal Costa e para outros grandes artistas e até mesmo para a Xuxa, fez várias músicas para o Show da Xuxa. O outro é o Odair José, que nós resgatamos no interior de São Paulo e que continua em atividade.

A ideia também é que a gente construa um acervo grande e que no futuro fique para pesquisadores e para interessados na história da música popular brasileira e que não trabalhe só com aqueles grandes ícones, com os grandes artistas.

É um “promo” de sete minutos e que eu espero que o Conselho goste. Foi feito com um formato bastante ágil, a um custo de produção muito baixo e com perfil para atender um público popular. A gente entende que a TV Brasil, por ser uma TV pública, precisa também falar com a base popular. Essa foi a intenção. Eu espero que vocês gostem.

Pode rodar a “História das Canções”, cujo porte é que os artistas contem a origem das canções, uma coisa bastante atrativa e curiosa, que normalmente o ouvinte não sabe. Gosta da música, mas às vezes não sabe o motivo pelo qual ela foi feita. Então, é isso. Muito obrigado.

A Sra. Rita Freire – Só um instantinho, antes da exibição. Tem algumas pessoas que estão com problema de horário, querem acelerar o “coffee break”. Eu quero saber se você prefere que a gente passe enquanto as pessoas estão indo para o “coffee break” ou prefere deixar para o final da reunião.

O Sr. Rogério Brandão – Eu acho agora, para não dispersar. São seis minutos apenas. (Palmas.)

x.x.x

– É exibido o vídeo.

x.x.x

A Sra. Rita Freire – Olha, gente, temos pautas bem importantes que vêm na sequência. Temos o plano de trabalho, monitoramento e também o plano editorial. Quero propor que o nosso café fosse bem rápido. Em 10 minutos a gente tem que estar aqui de volta. Ok!

x.x.x.

- É feito intervalo para o café.

x.x.x

A Sra. Rita Freire – Bom, vamos começar então a nossa sessão da tarde. O microfone está funcionando? (Pausa.) Tem um microfone que não está funcionando aqui.

O Sr. Daniel Aarão – É o seguinte, Presidente: eu queria fazer uma questão de ordem para dar conhecimento ao Conselho de uma questão que não queria deixar para o final, porque muitas vezes o Conselho se esvazia, muita gente tem que se retirar em função do aeroporto e tal. É o seguinte: já conversei inclusive com os meus colegas que estão na mesma situação que eu, que é a situação de encerramento de mandato. O nosso mandato já foi encerrado, e a Presidente Ana pediu para que a gente continuasse vindo até os novos conselheiros tomarem posse. Só que essa situação pode se prolongar de modo indefinido.

A Presidente da República pode, eventualmente, não queremos que seja assim, mas ela pode protelar isso. Ela está envolvida em sua campanha eleitoral, tem outros dados para chicotear, como nós dizíamos antigamente. E para nós isso pode criar uma situação constrangedora, e para o Conselho uma situação também delicada, porque amanhã a gente faz uma votação aqui importante, complicada, alguém pode levantar, sendo ou não do Conselho, e temos uma situação ilegal, porque cinco conselheiros estão votando já com o mandato encerrado. Isso pode criar uma situação.

A Sra. Rita Freire – Não é uma situação ilegal.

O Sr. Cláudio Lembo – Me permita um aparte. Eu acho que ele tem toda razão no que está colocando. Mas enquanto a Presidente não escolher os novos membros, a presença dos atuais conselheiros com o mandato vencido, é oportuna pelo conhecimento que têm e pela possibilidade de diálogo e debate. O que eventualmente se pode fazer é que vocês não votem nas matérias. Tenham voz e deixem de ter voto, mas mantenham-se no Conselho até o momento em que a Presidente escolher os novos.

O Sr. Nelson Breve – Posso dar uma sugestão? É porque como eu tenho muita segurança de que não tem nenhum problema jurídico, até porque a gente viveu essa situação no Conselho de Administração e fizemos essa coisa. Eu vou solicitar uma consulta à Procuradoria Jurídica, ou seja, a Presidenta do Conselho encaminha a consulta para a Procuradoria Jurídica, e a Procuradoria Jurídica responde, e aí eu acho que fica mais tranquilo.

O Sr. Daniel Aarão – Porque se configurar-se uma situação de ilegalidade, como eu acho que configura-se, se não configurar tudo bem. Mas se configurar a minha proposta é que a gente se despedisse do Conselho em agosto, que é a nossa próxima reunião.

Acho que até lá, temos tempo. Eu já conversei com o Murilo sobre isso, com o João Jorge, com o Conselheiro José Antônio Martins, e todos estão de acordo com essa atitude, digamos assim. Para nós fica muito constrangedor ficar participando do Conselho tendo o nosso mandato sido encerrado.

Então acho que a gente devia, o Presidente da EBC e a Presidente do Conselho Curador, pressionar as instâncias hierárquicas, as listas tríplices estão encaminhadas, que ela resolva, escolha, até para não colocar o Conselho em uma situação difícil, porque o Conselho não pode funcionar sem um terço dos seus membros indicados pela sociedade civil. Nós sabemos que o Conselho tem 21 membros, mas dos 15 escolhidos pela sociedade civil, indicados, a gente só ficaria com 10, se os cinco se retirassem.

Então, eu compreendo que a situação é delicada. Todos sabem que, como eu aprecio essa participação aqui no Conselho, todos os outros também apreciam, e não é isso que está em jogo, é uma situação realmente, que amanhã, inclusive, pode colocar em risco se juridicamente a gente não estiver muito bem apoiado. A gente manter um prazo assim de agosto, caso essa consulta não se resolva.

A Sra. Rita Freire – Bom, você queria falar sobre a mesma coisa, não é?

O Sr. Murilo Ramos – Eu não quero deixar de reforçar a preocupação que o Daniel tem. Eu não tenho dúvida de que juridicamente não há problema. Está na legislação, no estatuto, enfim, está expresso de que, mesmo encerrado o mandato até a nomeação do sucessor, ou sucessora, você pode participar com plenos direitos. Só que é no mínimo uma situação incômoda, porque você sente, quer dizer, há uma perda, existe uma perda de legitimidade, quer dizer, do ponto de vista político não tenho dúvida de que é complicado.

Eu só queria reforçar esse ponto de que a Presidência, a Presidente do Conselho, a Presidência da EBC, ajam junto ao Secretário da SECON, no sentido de tentar convencer a Presidenta da República a fazer essa nomeação até agosto. Até porque eu concordo, a partir de agosto, com a aceleração da campanha eleitoral, aí esse assunto vai se levar, vai se prolongar até o próximo governo, até o próximo mandato, que não se sabe qual vai ser o resultado da eleição.

Isso pode gerar inclusive uma crise mais institucional, no sentido de que, em uma eventual mudança que pode acontecer, é o regime democrático, alternância de poder, isso pode até criar um problema mais sério. Então, para não haver uma descontinuidade na ação, no trabalho do Conselho Curador, é fundamental que essa nomeação saísse até agosto.

A Sra. Rita Freire – Ok. Então são dois encaminhamentos.

O Sr. Murilo Ramos – Eu, por circunstâncias profissionais, eu acompanhando desde o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, das agências reguladoras, são situações não iguais mas semelhantes, e este governo tem certa prática, apesar de ali envolver questões partidárias, mas tem certa prática de deixar essas questões se prolongarem durante anos às vezes. Então, eu acho fundamental para a saúde institucional da EBC, é fundamental que isso pudesse ser resolvido, e para o nosso conforto pessoal que isso pudesse ser resolvido até agosto.

A Sra. Rita Freire – Então, eu acho que são duas providências. Eu também tenho a convicção de que não há ilegalidade, mas que de fato é preciso solicitar à Presidência, através também do nosso conselheiro, ministro da SECON, que acelere esse processo para a gente ficar em uma situação mais estável. E também, apesar dessa convicção de que, por lei, a situação está assegurada, eu acho que nós solicitamos do Jurídico da EBC um parecer que dê segurança também aos conselheiros e às conselheiras que estão saindo.

O Sr. Paulo Derengoski – Aproveitando justamente o tempo, porque é curto e nós temos muita coisa para fazer, eu também queria fazer uma rápida comunicação. Dizer para o conhecimento apenas dos colegas, companheiros do Conselho, que a Associação Brasileira de Imprensa entregou ao Embaixador do Equador uma medalha para ser levada ao jornalista Julian Assange, que está exilado na Embaixada do Equador, em Londres, com o apoio, porque está em dificuldade lá, em uma casa não adequada, dificuldades até de saúde. Então, eu queria comunicar isso, mas isso não foi da parte do Conselho, e sim o Mário Augusto conduziu a medalha e eu o acompanhei lá.

O Sr. Mário Jakobskind – Medalha Chico Mendes de Direitos Humanos que foi concedida ao Julian Assange, que nesse momento passa dificuldades, e com problemas de saúde, porque está em um local há mais de sete meses sem poder tomar sol, e foi o site Wikileaks, por pressão dos Estados Unidos, foi cortado porque ele recebia doações de várias partes do mundo. Por pressão, foi cortado, para ver se eles acabam com isso.

A Sra. Rita Freire – Ok. Registrado. Algumas pessoas têm voos, vão ter que deixar a sessão aqui do pleno com antecedência. Então, nós estamos fazendo e propondo uma alteração na ordem da pauta, que seria o primeiro ponto: o monitoramento estratégico do plano de trabalho, com uma fala inicial do Presidente Nelson Breve, e a apresentação pelo Diretor Geral da EBC, o Eduardo Castro, do plano para a apreciação do Conselho.

E na sequência a gente debateria então o plano editorial da Copa do Mundo. A Copa do Mundo é um problema que está aí, amanhã. Amanhã a gente tem **15M**, e tem que discutir a questão da Copa do Mundo; é algo que está urgindo, então eu acho que seria importante discutirmos logo.

Bom, quem tem que se ausentar daqui cedo? (Pausa.) Às 20h50 ou um pouquinho antes, porque São Paulo não é assim. Eu acho que a pauta será enfrentada. As duas pautas eu acho que serão enfrentadas, as duas são importantes.

O que a gente pode fazer é assim: o Presidente Nelson Breve quer fazer uma proposta com relação à construção do plano que vem, e se todos concordarem, então, ele faz essa pauta, porque ele tem que sair agora. E a gente entra então no debate da cobertura da Copa, do plano editorial da Copa, e em seguida nós voltamos ao plano de trabalho. É uma forma de acomodar. Então, nós temos que escolher.

A Sra. Ima Vieira - Que eles falem, mas a gente volte a Copa, e como eles entregaram ontem o plano e tem o GT, nosso GT não deu tempo de analisar, que o GT analise e na próxima reunião a gente traz inclusive o debate de como esse GT viu essa questão do plano de trabalho, do relatório deles na próxima reunião.

A Sra. Rita Freire – Só um instantinho. Gui, a próxima reunião será em agosto? Então, aí nós já temos que estar discutindo também o semestre. Então, eu acho que essa proposta... (Pausa.) Sim, é só uma intervenção dele e a gente recomeça pela Copa. Ele vai fazer apenas uma proposta, a gente começa pela Copa, só no encaminhamento é que, o grupo de trabalho que ficou de fazer o acompanhamento, como está com dificuldade de avaliar o plano, foi recebido às vésperas da reunião, que a gente receba então, a nossa próxima reunião vai ser em agosto, que em meados de julho a gente esteja recebendo então o relatório.

O Sr. Nelson Breve – Vocês me desculpem. Só porque assim, eu tenho que estar embarcando em Cumbica, Guarulhos, às 19h30. Por isso que eu preciso sair agora. Eu não queria deixar de falar, porque além da parte do monitoramento, no final da apresentação que o Eduardo vai fazer, tem uma parte sobre a questão das diretrizes para a elaboração do Plano de Trabalho de 2015, que nós acordamos lá atrás, que em maio a gente iria buscar as diretrizes dos nossos Conselhos; Conselho Curador, Conselho de Administração. Porque em junho é que a gente apresenta a nossa proposta orçamentária para o governo, e a partir disso, depois que vem o ajuste, sei lá, se aprovado ou não aprovado a nossa proposta, reduzida, a partir dessas diretrizes, a gente apresentar a proposta de Plano de Trabalho lá em outubro, novembro, quando o Conselho deverá deliberar sobre ações, etc. no detalhe.

Aqui a gente está falando apenas de diretrizes, e lá no final o Eduardo vai apresentar, a Diretoria apresenta uma proposta em dar prioridade a alguns dos objetivos estratégicos do nosso Plano Estratégico, que nós consideramos fundamentais. No ano passado, a gente priorizou objetivos demais, e como o Professor José Martins, que eu digo professor porque sempre nos ensina a ação empresarial, e agora mesmo falava uma frase similar a essa, quem tem muita prioridade acaba não tendo nenhuma. Então, nós estamos enxugando as prioridades; no Plano Estratégico tem quatro eixos, a gente quer no máximo que haja dois objetivos estratégicos prioritários por eixo.

Nós estamos fazendo uma sugestão, e aí a gente gostaria de receber a sugestão do Conselho até no máximo o início do mês que vem, quando a gente vai estar negociando a proposta orçamentária com a Presidência da República e o Ministério do Planejamento. É apenas isso, depois o procedimento de acolher essas contribuições, aí o Conselho define como vai ser, como vai encaminhar. Apenas lembrando: não são ações, não é detalhamento do plano, são apenas diretrizes, qual rumo tomar. Na hora que eu estiver em dúvida entre duas coisas, o que eu coloco na frente como prioridade. Apenas essa questão.

Desculpem-me, realmente, mas acho que não há prejuízo da sequência da pauta da forma como estava, apenas que a gente tinha achado que poderia ficar descasado falar de um assunto, e depois voltar ao outro. Mas eu preciso realmente sair. Desculpem-me.

A Sra. Rita Freire – Obrigado, Nelson.

X.X.X.

- Retira-se da reunião o Sr. Nelson Breve.

X.X.X.

A Sra. Rita Freire - Bom, então, nós vamos passar à apresentação do plano de cobertura da Copa do Mundo.

A Sra. Nereide Beirão - Gente, considerando o adiantado da hora, eu pergunto se vocês não querem comentar, se eu preciso apresentar o plano, o que a gente vai fazer. Ou se vocês querem já fazer os comentários sobre o plano, não sei. Se vocês quiserem que apresente, eu apresento.

Olha, a cobertura evidentemente já começou, que a gente já está até, a gente já participou do Prêmio Tim Lopes, por exemplo, fizemos uma proposta de cobertura sobre a questão da criança/adolescente, a prostituição, as nossas séries já entraram no ar, foi comandada pela Radioagência, e o Programa Caminhos da Reportagem, na quinta-feira, a gente já exibiu um programa sobre a questão da exploração da criança/adolescente. A gente vai ter dois diferenciais fundamentais, assim, em resumo, a gente vai bem além do evento esportivo. A gente quer aproveitar o evento esportivo para discutir a questão da saúde, educação, mobilidade e segurança.

A questão do que foram as pautas das mobilizações no ano passado, acompanhar as questões das mobilizações desse ano, dentro do possível. A gente quer discutir as questões dos gastos, explicar direito o que foi gasto, o que não foi gasto, como foi a questão da infraestrutura, a gente vai discutir a questão dos direitos. A questão dos direitos divide um pouco a nossa cobertura na relação do rádio e da TV. No rádio a gente tem direito de transmissão, a gente tem um subfomento de transmissão.

Então, vamos transmitir na rádio os jogos da Seleção Brasileira, em rede. A gente fez uma reunião em Brasília, assim como fizemos uma reunião para discutir as eleições, a gente discutiu também a questão da cobertura da Copa, e no caso das rádios a gente tem uma união grande. A gente relacionou, aí no plano, as emissoras parceiras que vão participar, e elas vão nos ajudar muito também na própria cobertura na rádio, não só durante os jogos, mas antes dos jogos, depois dos jogos.

E a rede vai transmitir 56 jogos, das emissoras da EBC, a MKM do Rio de Janeiro, e a Nacional FM de Brasília, transmitirão apenas os jogos do Brasil, e as rádios MEC FM do Rio de Janeiro, e a MEC AM de Brasília não irão

transmitir os jogos da Copa. Enfim, são as duas únicas que não vão participar dessa transmissão.

A gente está fazendo no rádio uma série de programas já, boletins, flashes. Aí vai ter repórter credenciado dentro do estádio, porque a gente tem direito. Vai ter um acompanhamento mais próximo do evento futebolístico. Além de ter essa cobertura também como a gente vai fazer na TV das outras questões.

Na TV a gente não tem direito de transmissão, a gente vai ter direito só a alguns minutos das imagens dos jogos com prazo, assim, os jogos mais tarde, por exemplo, eles vão passar três minutos e a gente só vai poder utilizar 30 segundos dos programas jornalísticos esportivos. E depois a gente não pode usar, por exemplo, ao final do campeonato, da Copa, você não pode usar os gols que levaram o time a ser campeão da Copa.

Então, vamos discutir bastante, deixar bem claro para o telespectador essa questão das nossas restrições, discutir a questão dos direitos. A gente já até fez no Observatório, mas fazer no Observatório no ReTV, a gente discutir essa questão, explicar como é que funciona essa questão de direito de transmissão, dessas restrições que existem com relação a transmissão do esporte e as dificuldades que vamos ter. Evidentemente a gente pode usar, criar formas de utilizar, de noticiar, mas a gente vai ter essa restrição grande em termos de cobertura na televisão.

Estamos fazendo uma programação especial também para os programas, para todos os programas, além do Repórter Brasil dos jornalísticos, e a gente está com uma programação para o visual, para o Observatório em teste que eu já falei, e o caminho de reportagens também vai ter programa, independente desse que já foi ao ar, a gente vai fazer um programa falando um pouco do evento em si, ou questão de história, do que é Copa do Mundo, fazendo uma informação mais em cima da Copa do Mundo. Acho que, resumidíssimo, é isso.

A Sra. Rita Freire – Com a palavra então, os conselheiros; o conselheiro Murilo.

O Sr. Murilo Ramos – Isso é vício de aficionado do futebol e jornalista. Vai ter Mesa Redonda? Na Copa passada tinha.

A Sra. Nereide Beirão – Não. Programa especial não, mas no rádio tem.

O Sr. Murilo Ramos – Não, na TV.

A Sra. Nereide Beirão – Na TV a gente vai ter comentário nos telejornais, e tem o Mundo da Bola, aos domingos, que a gente tem, que é a nossa Mesa Redonda.

O Sr. Murilo Ramos – Que é Mesa Redonda.

A Sra. Nereide Beirão – É. Aí vai ter a Mesa Redonda no domingo.

O Sr. Murilo Ramos – O que eu estou perguntando é isso.

A Sra. Nereide Beirão – A gente não vai ter isso em especial, entendeu? Um programa especial, diário, para discutir não vai ter.

O Sr. Murilo Ramos – Porque as limitações todas nós conhecemos. Eu li a sugestão da Eliane, e disse: então vamos misturar os assuntos um pouquinho, mas eu li a sua, é sua né? Aquela do Piratear. (Pausa.) Desculpa.

Enfim, a FIFA é extremamente rígida. A FIFA, enfim, seja quem for, Globo. Tá bom, eu entendo essas restrições todas de uso de imagem. Agora, eu lembro que na Copa passada eu cheguei a tomar uma iniciativa, e depois eu perdi a noção do que ocorreu depois, mas até me foi sugerido, entre outras pessoas, pelo ex-Ministro Franklin Martins na ocasião; o que se pode trazer de novo para tentar puxar um pouquinho a atenção para a TV Brasil durante a Copa.

A verdade, apesar do que eu falei há pouco aqui, as Mesas Redondas são interessantes porque é senso comum. Todo mundo pode ouvir aquilo e; poxa vida, eu podia estar dizendo aquilo. Eu acho que é meio por acaso, mas enfim, eu estou tentando fazer uma análise séria sobre isso. Mas certas Mesas Redondas é por conta disso.

Então, quem gosta de futebol vai buscar a Mesa Redonda. Vai buscar. Não importa aonde. Vai na ESPM, vai na Globo, vai no Sport TV, vai na Fox, Band Esportes, não falta, e tirando a Globo, todos vão ter a mesma, tirando a Globo, e acho que até o próprio Sport TV eu acho que vai ter a restrição. Acho que não, enfim.

A Sra. Nereide Beirão – Sport TV pode.

O Sr. Murilo Ramos – Mas assim, eu lembro que na ocasião, vai parecer que eu vou fazer um comercial aqui sim, mas eu não vou fazer pergunta agora para vocês, mas assim, o melhor comentarista de futebol do país hoje, chama-se Eduardo Gonçalves.

A Sra. Nereide Beirão – Nós o chamamos já.

O Sr. Murilo Ramos – O que ele falou?

A Sra. Nereide Beirão – Ele falou que está fazendo um monte de colunas para vários jornais, escrevendo, e que ele gosta de escrever, prefere escrever. A gente convidou para o espaço público, que era a grande figura que a gente queria...

O Sr. Murilo Ramos – Não, porque a pedido, eu liguei para ele, falei com ele na Copa passada. Então talvez, depois disso ele voltou atrás então, o danado.

O Sr. Eduardo Castro – Não, ele chegou a comentar alguma coisa.

O Sr. Murilo Ramos – Não, isso ele falou. Ele teve uma experiência ruim na ESPM, por um negócio de merchandising e tudo, aí ele fugiu da TV.

O Sr. Eduardo Castro – Não se negava a dar entrevistas, mas era uma luta para encontrá-lo.

O Sr. Murilo Ramos – Então, esqueçam do que eu falei.

O Sr. Eduardo Castro – Só para complementar. Na outra Copa, nós fizemos um programa especial diário, porque nós tínhamos material para colocar no ar diariamente, porque nós fomos para a África para fazer a África. A África era um assunto de nosso interesse, diferenciado. Então a gente fazia no programa, falava de futebol e ilustrava com África, que era algo que no nosso entender, confesso que eu não vi o programa, eu estava lá fazendo, então eu não sei se nós chegamos a esse intento de maneira em 100%.

Mas era falar de África, porque você tem 24 horas para colocar os lances que a detentora dos direitos, que é a Rede Globo de Televisão, libera. Então você não pode usar imagens de ontem, ela libera, na Copa passada era Jornal Nacional, 20h30, quando começava o Jornal Nacional. Então a gente tinha até às oito e meia da noite do dia seguinte para usar aquelas imagens. Já no outro programa você não podia usar os gols da véspera. E agora, Brasil todo mundo vai ter.

A Sra. Rita Freire – Conselheiro Murilo, eu queria propor só que as perguntas que forem encaminhadas para a empresa, que a gente reúna para depois dar o retorno. Pelo tempo, porque o debate é maravilhoso.

O Sr. Murilo Ramos – Não, mas era só isso que eu queria falar.

A Sra. Eliane Gonçalves – Eu li o plano, é interessante, é bom saber que não vamos fazer, não vamos ficar restrito às linhas, às quatro linhas, até porque a gente não pode ficar muito restrito às quatro linhas, vamos ter que ficar muito mais do lado de fora do que do lado de dentro.

Acho bem legal a história do Tim Lopes. Não assisti o Caminhos da Reportagem da semana passada. Queria, mas eu tenho algumas questões em relação ao plano, e algumas questões fora do plano, mas a respeito da Copa.

Em relação ao plano, eu fiquei curiosa para saber quantas são as pessoas que foram credenciadas da agência para cobrir, pelo que eu entendi a televisão, eu queria entender exatamente como foi essa questão do credenciamento. Televisão não entra, a agência entra, quantas pessoas entram ao todo, quem vai cobrir, enfim, um pouco para pensar nessa estrutura.

Em relação à comunicação no Brasil, e Copa, eu acho que essa é uma oportunidade, e eu já falei isso em outro momento. A Nereide já viu assim, essa questão da comunicação, esse processo em que depois do investimento público que foi feito nessa Copa, a emissora pública de comunicação não poder sequer ter acesso como equipe de reportagem para dentro do estádio, é

algo que me parece, é tão bizarro, é tão violento que eu acho que isso tem que ir para além de uma mera informação em alguns programas específicos sobre a imprensa.

Eu acho que isso tem que ser repetido, reiterado. Assim, na verdade, eu acho que isso tem que ser escrachado, isso é motivo de escracho, eu já tinha falado antes, assim, acho que vale programa de humor você não poder mostrar depois de todo esse investimento, a comunicação pública não poder entrar no estádio.

Eu gostaria de colocar aqui, no Conselho, a recomendação de que isso, que o Conselho passasse essa recomendação de que fôssemos muito enfáticos, repetitivos e criativos nesse processo, e como uma oportunidade não em relação de futebol, mas em relação à comunicação pública. Acho que é um momento muito rico para se discutir a comunicação pública, os desafios que a gente tem que enfrentar nesse país.

Ainda em relação a essa questão da comunicação, eu queria saber também, e aí foi um pouco o e-mail que eu passei para os outros conselheiros, eu queria entender o que foi feito, quais foram as instâncias que a EBC procurou para romper essa limitação. Procuramos o Congresso Nacional? Fomos falar com a Rede Globo? Houve algum esforço para romper essa limitação? E aí, o outro comentário, e aí foi outra pergunta que é assim: nós teremos emissoras públicas transmitindo a Copa, temos a NHK, temos a Tele Sul, temos a CVC, e a minha pergunta é se nós não podemos, como parceiros de emissoras públicas, pegar o sinal dessas emissoras públicas.

Essas são as questões que eu estou colocando, e a outra é o seguinte: para fora dos estádios, que é aonde nós teremos de fato a grande força nossa, porque estamos do lado de fora, nós temos os protestos. E aí, em relação aos protestos, eu tenho a primeira pergunta. Como vamos cobrir os protestos onde não temos sede? Isso pensando que os protestos, muitas vezes, são ações contrárias também aos governos estaduais, aos governos locais. E aí como que vai ser essa relação nossa com conteúdo que vem desses governos. E talvez pensar em uma proposta que é algo que já vem sendo muito adotado, inclusive pela mídia comercial, que é a parceria com mídias livres. Então essa é a reflexão.

E a terceira é como vamos cobrir os protestos nos locais onde temos sede, porque amanhã tem **15M**, vai mobilizar São Paulo inteira, vai mobilizar o país inteiro, e seguimos sem os equipamentos de proteção individual para os trabalhadores. E aí, eu queria colocar uma questão aqui para o Conselho, e não para a empresa, eu queria dividir aqui com os conselheiros, o que nós vamos fazer com isso, porque foi uma recomendação do Conselho, foi uma recomendação que foi reiterada, e que segue sem solução. Então eu gostaria de discutir aqui entre os conselheiros, o que nós vamos fazer em relação a essa questão, que já foi recomendada. Então, são esses os comentários que eu tenho para fazer.

A Sra. Rita Freire – Bom, está inscrito o conselheiro João Jorge, e ele pediu a palavra que é sobre o mesmo assunto.

O Sr. Mário Jakobskind – Em relação à mídia pública, cobertura, queria só lembrar o seguinte: no México, um Presidente Peña Nieto, que é um Presidente conservador, mexeu em toda a legislação nos meios de comunicação, e lá no México tinha uma emissora, que esqueci, no momento, o nome, uma emissora muito poderosa que tinha exclusividade de transmissão de futebol, Tele Visa na época. E o Peña Nieto simplesmente mexeu com isso e acabou com a exclusividade. Na Argentina a mesma coisa. É uma preocupação muito justa, mas transcende aqui, para a gente. É isso. Só lembrar isso. Teria que ter vontade política para se fazer uma mudança. Agora nós aqui não temos esse poder. E quem manda aí, é o primeiro Ministro da FIFA.

A Sra. – Foi um pedido da EBC negado?

A Sra. Rita Freire – Não, gente. A resposta a gente vai ter na sequência, porque foram várias perguntas. O Conselheiro João Jorge, por favor.

O Sr. João Jorge Rodrigues – Boa tarde a todos e todas. Os contratos normalmente de uma forma geral precisam ser cumpridos. Os contratos sobre isso foram em 2007. Em 2007, o Brasil assinou uma série de contratos, obrigando os estados, os municípios, as entidades privadas a seguir essa legislação ampla.

Nós podemos agora pedir para que a EBC, na realidade, entre numa briga para alterar esses contratos, e mudar esses contratos. Agora o que temos que fazer? Temos que ser mais criativos. A minha sugestão é de que durante a Copa do Mundo a EBC possa falar muito sobre o futebol, possa pesquisar muito as raízes do futebol, no Brasil, do Rio Grande do Sul ao Amapá, do Mato Grosso ao Litoral de Maceió. Essas raízes do futebol são pouco visíveis para os brasileiros. Temos uma pergunta bem simples, que a EBC pode no mês da Copa ter o que falar; qual foi o primeiro time de futebol que permitiu negros e mestiços em um país?

Bangu, Ponte Preta. (Risos) Nós formamos aqui a primeira Mesa Redonda. A participação dos brasileiros no futebol trazido pelos ingleses para o país. Então o futebol inglês chega ao país com roupas inglesas, com torcidas inglesas, e em vários estados; falamos aqui de São Paulo, Rio de Janeiro, vários estados, de alguma forma as pessoas começam... Então você vai de 1890 até 1927 com essa tentativa de populações diferenciadas de dominar esse esporte. Alguns times eram tão ligados à Itália e à Alemanha, e foram obrigados a trocar de nome e de camisas. (Pausa.) Não. Eu estou falando; eu não citei o nome dos dois times nem vou citá-los.

Então imaginem, nós teremos aí o segundo tema do futebol. Como é que os times brasileiros evoluíram de representações, de totalitário, de países totalitários para às vezes ser amado por um estado inteiro, ou mais que um estado. Quer dizer, eu penso que a fala do Conselheiro Murilo Ramos traz um dado interessante. Digamos que não tenhamos as imagens dos gols, mas se

soubermos juntar diferentes pessoas, a gente pode a cada final de jogo, somente os da seleção mais importantes, abrir rodadas interessantes. Até porque assim, nas outras TVs a informação que eu estou tendo é de que toda grade vai cair. Por exemplo, a programação das novelas vai cair, e muitos programas deixarão de ser exibidos. Então, há a prevalência do futebol nesse período.

E uma coisa que me pareceu interessante, que a Eliane fala aqui, que seria a questão dos gastos. Bem, é importante citar que todos os grandes esportes brasileiros têm apoio do dinheiro público, nos últimos 50 anos; o voleibol, o basquetebol, a Fórmula 1 cobra do Brasil, do estado de São Paulo para fazer lá. A Stock-car, que é feito na Bahia, recebe seis milhões entre a Prefeitura e o Governo do Estado, e a Fórmula-Indy pediu para vir ao Brasil 11 milhões de reais do estado que quiser aceitá-la, e o dobro do governo brasileiro.

Então, a gente também precisa dizer que essa Copa do Mundo agora não é o único evento que recebe dinheiro público do Brasil. É o Pan-americano, todos esses eventos recebem dinheiro público, sistematicamente, e no caso da Fórmula 1, que existe em países pobres, em países emergentes como a Índia e tudo, todos os acordos são semelhantes aos acordos da FIFA.

O que eu estou dizendo é: o sistema da EBC, além das rádios, a TV, pode fazer coisas que ninguém está tocando; as raízes, as identidades, o crescimento, a decadência de vários clubes. Eu vi uma programação na televisão de um time indígena indo enfrentar o remo, até que foram pesquisar dentro da aldeia e depois foram pesquisar o empate que foi 1x1, mas a tribo voltou comemorando.

A tribo voltou comemorando por ter empatado com o time com o remo. Motivo de futebol indígena que inclusive, já nossos antepassados também praticavam esse tipo de esporte. Claro que não era um esporte poliesportivo. Então eu acho assim, a EBC pode e deve pensar em algo do debate, está faltando no futebol brasileiro, no futebol mundial o debate.

O racismo brasileiro não é novo no Peru, nem nos times brasileiros, nem no futebol brasileiro, nem no futebol mundial, desde que esse tipo de esporte se organizou, ele é permeado por racismo. O grande jogador inglês era um escocês negro, um dos primeiros. Os jogadores brasileiros nos ex-países socialistas também, na Ásia, e não são só os jogadores brasileiros, africanos, jogadores asiáticos com estatura baixa. Então assim, o esporte mundial é o esporte mundial com 201 países, e a ONU tem 196 países, ele é permeado por desigualdade e por uma série de coisas, que eu acho que a EBC pode explorar e propor lá.

A Sra. Rita Freire – Bom, Conselheiro Daniel.

O Sr. Daniel Aarão – Eu acho que deveria ter Mesas Redondas diárias, só que ao invés da gente discutir os jogos, a gente vai discutir os assuntos. O João Jorge tem toda razão, o Brasil vai estar inteiramente voltado à Copa ou/e para os protestos, se tomarem vulto, sobre a Copa ou contra a Copa.

E eu acho que a gente tem que estar preparado editorialmente para cobrir a Copa, e eventualmente, emergencialmente, os protestos se eles adquirem grande relevância. E você tem meios de eleger assuntos, temos que estudar os horários para não competir, evidentemente, com as Mesas Redondas, que vão estar discutindo os jogos que acabaram de acontecer. Se a gente jogar uma mesa sobre um assunto qualquer, no horário em que o pessoal está discutindo o jogo que acabou de acontecer, a gente não vai ter audiência. Mas se a gente entrar em outros horários, como as pessoas só estão pensando em futebol, a gente tem amplas condições de atrair audiência.

É elencar um conjunto de temas, o João Jorge falou alguns, eu acho que a gente tem que procurar personalidades, não pode o Tostão vir, não quer vir, mas tem muitos outros. Tem José Besnik, que por exemplo é um grande cronista de futebol. Você tem várias pessoas que estão escrevendo sobre futebol atualmente, não só jornalistas esportivos, mas também historiadores, sociólogos, antropólogos.

Você tem condições de reunir Mesas que vão suscitar um grande interesse, pelo menos em meios mais intelectualizados, e mesmo assuntos como, por exemplo, o do racismo, e meios populares podem ser atraídos também para essa discussão, sobretudo se essas mesas não estão competindo com os jogos, claro, ou com comentários imediatos pós-jogos.

Eu penso que a gente tem que fazer um esforço de criatividade. Acho que tem toda a razão uma mesa sobre a FIFA, é uma corporação que faz negócios escusos em todo mundo. Isso tem que ser discutido, denunciado, sabe? Então não uma coisa de chutes, mas chamar pessoas que tenham estudado o assunto.

Então, gente, eu acho que a gente tem que repensar esse plano editorial e sermos mais criativos, mais agressivos para assegurar uma presença alternativa, aquilo que sempre o Conselho diz: a gente não vai fazer mais do que eles na área deles, a gente vai fazer alternativas a eles. E com os nossos pequenos recursos, mas com muita criatividade e inteligência a gente pode criar uma pauta diferenciada.

O Sr. Mário Jakobskind – Eu tenho até uma sugestão de pauta já. Vem aí com a Tele Sul um comentarista muito importante: o Maradona. O Maradona vai estar aqui, nós não temos um acordo com a Tele Sul? De alguma forma ele poderia ser acionado, pelo menos, mais do que uma entrevista, participar de alguma, sei lá.

A Sra. Rita Freire – Bom, está inscrita também...

O Sr. Cláudio Lembo – Presidente, só uma palavra, é rápido. O Eduardo lembrou muito bem, que na última Copa nós não pudemos transmitir os jogos, porém se fez matéria sobre a África. E por que nós não fazemos matérias sobre cada cidade/sede, porque o Brasil é tão complexo, tão diferente, tão repleto de culturas, as culturas locais; tem que conhecer o Brasil melhor.

A Sra. Rita Freire – Bom, agora é minha vez, né? Criatividade para construir pautas alternativas eu tenho certeza de que a EBC tem, e que o Conselho tem muitas sugestões. Eu, particularmente, num Conselho da principal mídia pública brasileira, eu me sinto assim humilhada de estar discutindo como é que a gente vai compensar o fato de que, a mídia pública não vai poder transmitir os jogos da Copa realizados no Brasil. Eu concordo que o futebol, eu concordo com as propostas das rodas. O futebol é realmente uma questão cultural, é um patrimônio cultural, e é por isso que está tendo tanto investimento do governo, pelo menos do que o governo mostra.

E o fato de a gente não poder transmitir na nossa mídia pública mostra como a apropriação desse patrimônio cultural, a privatização desses direitos de acesso à cultura estão fortes no Brasil. Então, eu concordo com todas as alternativas, mas acho que a EBC tem que denunciar o tom, não é de informação, é denunciar essa condição mesmo que os grandes negócios impõem para o processo da comunicação. E eu não sei quantas mídias públicas no mundo vão estar transmitindo a Copa, eu não sei nem quantas mídias parceiras vão estar transmitindo a Copa. Não importa a programação durante os programas, eu acho que tem que estar correndo lá embaixo a Copa, o jogo está sendo transmitido pelas nossas parceiras, tal. O jogo está sendo transmitido pelas rádios da EBC. A gente tem que apontar para outras alternativas aí.

Eu queria encaminhar essa pergunta, e encaminhar mesmo, acho que as rodas devem discutir também os direitos. Eu acho que a gente tem que trazer gente para discutir como são as coberturas de futebol, e por que os negócios determinam que você não tenha esse acesso. Enfim, eu proponho que a gente aproveite esse momento para discutir e quebrar pelo menos, se a gente não vai poder quebrar contratos, mas que a gente quebre com discurso de aceitação mesmo de uma condição imposta pelos negócios, pela FIFA. A FIFA também tem que ser tratada e mostrada como negócio que é, também foi proposto aqui. Então, o que a FIFA está trazendo para o Brasil em matéria de retornos, de negócios, e como é essa relação que torna tão importante.

Eu sempre vi que é muito bom para os países fazer esses eventos em termos de investimentos. Então, a gente vai mostrar que investimentos são esses, e qual a correlação do que entra no país e para quem entra também, porque muito investimento ele vai gerar lucros, mas não é necessariamente para o interesse público, o interesse da sociedade. Ele vai gerar lucros para determinados setores aí, que vai lucrar, seja no Brasil, seja onde for que a Copa se movimente. Então a minha fala é isso, e eu queria passar a palavra para os representantes da empresa, para Nereide e Eduardo Castro para a gente encaminhar.

A Sra. Nereide Beirão – Achei que foram boas as sugestões. A gente anotou aqui. O João Jorge, a gente já está fazendo vários quadros: Você Sabia; Poder da Competição; Curiosidade Sobre os Países. A gente vai fazer uma série em todas as sedes. Quem viu o jornal local hoje, que a gente viu aqui, por exemplo, e mesmo na rede, as cidades que estão recebendo os times, porque tem várias cidades do interior, principalmente aqui, de São Paulo, que estão

recebendo os times, mas tem o interior da Bahia, Sul da Bahia, a gente está fazendo as matérias, como que modifica a vida das cidades na presença de uma seleção.

E a gente está assim, por exemplo, eu não entrei em detalhes, mas evidente que o assunto é Copa, então o Observatório da Imprensa vai fazer cinco programas, então vai ter: correspondentes estrangeiros; Brasil nas Copas; Futebol e Política; locutores e apresentadores; a literatura e o futebol. A gente vai fazer os programas temáticos, e o jornal, evidente, como a gente vai fazer todo esse paralelo, a gente vai ter comentaristas, vai ter discussão nos próprios telejornais. Qual a nossa dificuldade, por que a gente não planejou como foi feito, a dificuldade de fazer programas, mudar a programação inteira, e fazer programas específicos da Copa.

A gente está com uma equipe de esporte muito pequena, a própria crítica da Ouvidoria com relação à Série C, a gente cobre a Série C narrando off-tube. Assim, na época da última Copa, a ACERP contratou uma equipe específica, além de todas as pessoas que foram para a África do Sul, a ACERP contratou uma equipe específica para fazer esses programas. Esse ano foi absolutamente impossível, a nossa equipe de esporte foi muito reduzida, as pessoas trabalhando muito, então, é humanamente impossível a gente criar dentro do espírito da qualidade que a gente tem, de criar alguma coisa que faça diferença.

Então, o nosso plano por isso está planejando em todo o espaço que a gente tem, porque na realidade a gente tem, se for pensar, você tem duas horas, tem a faixa de reflexão e tem uma hora de jornal. A gente tem um espaço, que aí tem a equipe que a gente tem de se voltar para o assunto, que é o assunto. E aí ser criativo mesmo, chamar pessoa, fugir não só o comentarista, mas fazer entrevista no estúdio, fazer debates, aproveitando a estrutura que a gente tem, e o espaço que a gente tem, porque senão a gente não vai conseguir. Por isso que a gente não pensou, mas em toda a programação tem coisas interessantes, coisas curiosas, essa questão de que ninguém sabe, e que ninguém tem informação, a gente está nessa linha. A gente achou ótimas as sugestões.

Eu queria entender um pouco a proposta da questão da gente, porque assim, eu acho que no jornalismo, eu estou falando de jornalismo... Porque eu acho que no jornalismo, não sei se dá para ironizarmos a questão do direito, acho que até foge do manual, mas fazemos alguma coisa que vá além da informação, da discussão, da informação na medida em que você está informando, como funciona a denúncia, pessoas falando mal, não tem problema nenhum, evidentemente.

Mas, assim, nós ironizarmos no jornalismo, só se fosse alguma coisa institucional da EBC e aí era uma decisão de como fazer e não uma coisa jornalística, porque eu acho que aí é complicado e foge um pouco do que temos feito. Eduardo, completa aí.

O Sr. Eduardo Castro – Bom, eu anotei algumas preocupações que vou tentar pontuar. A primeira delas em relação aos direitos, a EBC comprou os direitos de transmissão da Copa do Mundo, para o rádio, que era aquilo que tínhamos fôlego financeiro para fazer em 2012. Então, nós aceitamos a regra, de certa maneira, o que não nos impede de falar mal dela. Mas, nós aceitamos a regra em relação ao contrato de transmissão e estamos disponibilizando o sinal para 33 emissoras, além das nossas, que de outra forma não teriam esse acesso e será a segunda vez, porque a primeira foi em 2010.

Em 2010 fizemos algo semelhante, mas não com a mesma sistemática e a mesma sistematização que estamos fazendo neste ano. Eu estive há 15 dias numa audiência pública na Câmara dos Deputados discutindo, representando o Nelson, a pedido dele, numa discussão sobre um projeto de lei que tramita desde 2003, se não estou enganado agora, sobre – simplificando a ideia – a entrega dos eventos engavetados pelos diretores de direitos para as emissoras públicas, em especial a EBC.

Esse é um assunto que está sendo discutido no Congresso Nacional, talvez não com a... A entrega do sinal: a emissora privada comprou o direito e engavetou, não transmitirá, ele viria para a TV pública. Tem uma série de questões a serem tocadas em volta; ele chegou a falar até em obrigatoriedade de passarmos, aí acho que é uma questão que fica complexa, porque se é em cima de um horário de telejornal, ou em cima de um horário de desenho animado, porque nossos desenhos animados são como são, será que é de conveniência para a formação crítica das pessoas que fazamos essa substituição obrigatoriamente?

Acho que é um assunto que deveríamos debater e eu deixei essa preocupação no Congresso Nacional. Agora, que isso fosse facultado em emissoras públicas, evidentemente nós somos a favor. Óbvio que estamos defendendo esse ponto de vista, que é muito criticado pelos detentores de direitos, obviamente, porque eles veem nisso o valor. O comprar e engavetar tem valor econômico e eles veem nisso uma ameaça a seus direitos econômicos, coisa com a qual nós não necessariamente concordamos.

Então, essa discussão está acontecendo e nesse campo temos atuado, temos participado dessas discussões. Tem até um abaixo-assinado naquele Avast, tem um abaixo-assinado sobre esse assunto que defende a aprovação dessa lei em nome da... Que beneficia as emissoras públicas e, em primeiro lugar, as emissoras da EBC. Quanto a chamar atenção, nós não somente chamaremos atenção insistentemente para que as pessoas venham ver nossa cobertura que liga futebol e cidadania, aquele mote que usamos na transmissão de rádio, como usaremos tudo o que pudermos para chamar atenção para o rádio.

Pegar o som da gravação do gol, ou parte da transmissão e colocar sobre uma fotografia ou imagem, quando pudermos, nós faremos para dizer: “Olha, esse é o som da Rádio Nacional, ou da Rádio MEC, das rádios públicas. Ouça lá.” Nós conseguimos viabilizar a transmissão pela internet, por meio de... Como chama? Você não pode colocar na internet se o exterior tem direito, respondendo a uma pergunta da Eliane, o direito é territorial. Então, tem um

mecanismo que você coloca que consegue liberar o sinal para quem quiser ouvir pela internet, se estiver no Brasil; som ao vivo. É o som da rádio, a transmissão da rádio transmitida na internet. Geoblock, que não tínhamos na Copa das Confederações, no ano passado, quando fizemos nosso teste de campo de como seria a cobertura.

Então, aumentamos a possibilidade de ter acesso ao rádio, a não ser que não dê certo o mecanismo, aí acreditamos e vocês concordarão comigo que, entre transmitir com risco na internet e a rádio ainda hoje ter uma vastidão maior de acesso, temos que preservar. Porque eu, em 2002, ou seja, estamos falando de 12 anos atrás, na Coreia do Sul, eu trabalhava numa rádio detentora de direitos, chego para transmitir a semifinal da Copa do Mundo, Brasil e Inglaterra, e a informação que recebo é que estávamos sem sinal.

A FIFA não havia autorizado transmitirmos aquela partida por causa da violação de uma emissora, que não sabíamos qual era naquele momento. Uma emissora parceira da rede tinha pego aquele som e colocado no ar. E quase não transmitimos a semifinal da Copa do Mundo por causa de uma emissora que nem sabíamos qual era.

Então, foi uma correria terrível, esse é o grau de fiscalização que eles fazem e imaginem, 12 anos depois, que tipo de mecanismos eletrônicos até que eles tenham que não tinham naquela época para fazer com que as violações de direitos não aconteçam, ou, se acontecerem, sejam detectadas por eles.

Com relação aos equipamentos de proteção individual que a Conselheira Eliane citou. Nós já fizemos duas licitações que não deram certo. Então, a partir da licitação não dar certo, nós partimos para compra emergencial de equipamentos: capacetes e máscaras. Além disso, as polícias militares de São Paulo e do Distrito Federal já nos ofereceram equipamentos, e eu confesso: de ontem para hoje eu não consegui obter mais informações a respeito de como isso se procede.

Com relação aos coletes balísticos, as licitações estão marcadas para segunda-feira. Caso aconteça a vitória de alguém no certame, eles têm teoricamente 90 dias para fazer a entrega, e isso já não nos atenderia para a Copa do Mundo e entraremos com o contrato, com o fornecedor, no momento em que ele for declarado vencedor, para entregar mais rapidamente. Se não for possível, nós também vamos nos valer da colaboração das polícias, se for necessário, e em não saindo um vencedor, nós também partiremos para a compra emergencial. O que mais? Não estou achando aqui onde anotei.

Com relação aos programas, a Nereide já destacou e é importante ressaltarmos que todos os nossos programas têm toda a liberdade de tratar do assunto Copa do Mundo, e o levantamento que fizemos já sabemos que eles vão usar desse benefício em extremo. Toda a faixa da linha de reflexão estará tratando desse assunto. E eu lembro que em junho nós tiramos a programação das rádios do ar para tratar das manifestações. Nós demos uma semana que debates seguidos, principalmente no Rio, que, de onde temos rádio a coisa estava mais exacerbada e nós fizemos, se não me falha a memória, foi logo

após a Voz do Brasil, cinco dias de debates. Não me lembro se foi um só, mas tínhamos autorizado a fazer cinco. Agora não me recordo se acabaram acontecendo os cinco dias, ou se houve autorização e fizemos um só.

Mas, enfim, abrimos a programação e ela pode ser derrubada a serviço daquilo que é mais emergente. E se houver algo que seja tão relevante durante a Copa do Mundo que justifique, faremos também. Não há problema nenhum. O problema que há é prever o que ainda não aconteceu nesse sentido, porque aí nós corremos o risco de abrir uma grade e não ter o que dizer que não seja só o jogo de futebol sem imagem, ou se repetir a ponto de falar aquilo que já falamos num programa e num telejornal que veio antes.

Temos toda a tranquilidade. Justifica? Derruba a grade. Vai ser do interesse de todo mundo, das nossas afiliadas em participar desse momento, não tenho dúvida nenhuma, até porque todas estão envolvidas e engajadas na cobertura regional; foi objeto de uma reunião, inclusive promovida pelo jornalismo. E eu acho que, também respondendo à Conselheira Eliane, o que faremos onde não temos? Onde as emissoras não estão ou onde as informações não chegam por um motivo ou por outro, a tentativa é fazer o que fazemos todos os dias: buscar fontes alternativas na mídia livre, nos parceiros em outras emissoras públicas que não aquelas nossas parceiras preferenciais por questão de contrato.

Acho que temos que buscar alternativa para trazer informação e, na pior das hipóteses, simplesmente informar. O não ter a imagem não será impeditivo para que não se informe, como nunca é. O procedimento que temos que adotar, é claro que, de maneira geral, já mapeando aquilo que pode e não pode acontecer, mas é o que sempre fazemos para atender à necessidade de informar quando a nossa parceira, por esse ou por aquele motivo, não nos entrega o material que estejamos esperando, ou que tenha acontecido e não tenham tido interesse em cobrir.

A Sra. Nereide Beirão – Eliane, o credenciamento da Agência, eu vou responder: são dois repórteres e um fotógrafo. Nós não temos garantia até hoje da FIFA de que esse credenciamento permitirá a entrada em todos os jogos do Brasil, mas programamos viagem para estarmos, mesmo que não entremos, em todos esses lugares em que o Brasil estiver com a equipe da Agência Brasil.

O Sr. Eduardo Castro – E na rádio são 12 autorizados.

A Sra. Nereide Beirão – Então, assim, é o que foi possível. E mesmo assim não temos certeza de que eles conseguirão entrar. Então, já programamos a ida de qualquer forma para ter, e aí, acho que as manifestações acabarão sendo maiores nos lugares onde o Brasil estiver jogando, eu imagino. Então, teremos a equipe.

A Sra. Rita Freire – A dos protestos então está respondida aí? Mas, acho que ficaram duas questões sobre a cobertura dos protestos que foi colocado pela Eliane. E eu também perguntei que outras mídias públicas, fora do Brasil mesmo, estarão transmitindo imagem.

O Sr. Eduardo Castro – Nós sabemos, por exemplo, da BBC, da NHK, da RAI, mas todas elas compraram os direitos e a lógica dos direitos é a territorialidade, ele compra para passar no país dele. Ele não pode nos passar essas imagens. Nós só receberemos imagens nos três minutos que a detentora dos direitos do Brasil, que é a Rede Globo, libera. Não é sequer a Bandeirantes, não podemos nem pegar... A Bandeirantes é sublicenciada da Rede Globo. Não é a Bandeirantes que nos passa. Vamos dizer, na eventualidade, de ser mais fácil para nós. Antigamente era uma corrida de louco, ficavam seis motoqueiros parados na porta da Rede Globo esperando a liberação das fitas para voltar com o sinal. Hoje em dia não precisa fazer isso, por meio de fibra nós conseguimos. Eles apertam o play lá, e nós gravamos aqui.

A Sra. Nereide Beirão – A agência de notícias, a gente tem a Reuters, por exemplo, não pode usar.

O Sr. Eduardo Castro – A CNN não pode.

A Sra. Nereide Beirão - Não tem jeito de usar e com a Globo assina um documento, é um contrato assinado para a liberação daqueles três minutos. Se você não usar, você tem um processo em cima de você. Não pode passar daquilo que está contratado. Se você não tiver um contrato assinado, eles não liberam nada.

O Sr. Eduardo Castro – A TV Brasil Internacional, por exemplo, o que nós fazemos? No último bloco do jornal, nós juntamos todas essas imagens em um determinado bloco do jornal, que sempre é o último, por causa de horário. Esse último bloco não foi ao ar nas últimas Copas, Olimpíadas, e esse ano faremos da mesma forma. Não vai ao ar na TV Brasil Internacional, porque não podemos usar essas imagens.

Então, para não prejudicar a transmissão do jornal inteiro e para não deixar de transmitir no Brasil, nós fazemos isso. Preenchemos aquela lacuna com informações, muitas vezes, até a respeito da Copa, mas sem as imagens para que não haja essa violação do acordo.

A Sra. Rita Freire – É a mesma pergunta, mas essas mídias, por exemplo, a BBC, ela não pode transmitir aqui, mas as imagens dela, ela transmite pela internet também?

O Sr. Eduardo Castro – Não. Por causa do Geoblock não chega.

A Sra. Eliane Gonçalves – Eu fico preocupada em relação às APIs. A pergunta não era para a EBC, mas para os conselheiros. Tinha uma recomendação que fosse uma solução urgente, isso foi uma recomendação que veio de junho do ano passado, que foi reiterada, e eu queria saber o que o Conselho fará em relação a isso. Acho que temos que discutir. Nós, conselheiros, temos que discutir em relação ao que se faz a partir dessa situação, que me parece muito preocupante em meio a protestos que podem vir a acontecer e que já mostraram que vão contra inclusive às instituições que

estão estabelecidas; a polícia é uma delas, parece-me muito estranho que nossa equipe esteja protegida com equipamentos da polícia.

Quer dizer, qual é o tipo de isenção que se pode ter. Quer dizer, eu estar vestida com a roupa da polícia, cobrindo a polícia e cobrindo o protesto. É neutro? Eu acho que em relação a esse ponto, a questão não é mais para a EBC, acho que é o que o Conselho faz a partir disso.

A Sra. Rita Freire - Fica uma questão remetida para o Conselho. Nós não temos condições de deliberar hoje, porque não temos nem quórum. É um tema para debater.

A Sra. Eliane Gonçalves – É uma recomendação que vem desde junho. Vai completar um ano.

A Sra. Rosane Bertotti – Tudo bem que não temos quórum para deliberar e, de uma certa forma, o Eduardo Castro deu uma explicação de como poderia proceder, cumprir essas lacunas. A preocupação é que, mesmo evidenciando todos os esforços, pelo tempo que se atrasou pode correr o risco de não cumprir essas lacunas. E aí o problema é gravíssimo, de condições de trabalho, porque pode ocorrer de ser mil maravilhas e pode ocorrer de termos fatalidades. Então, eu acho que a empresa tem que se responsabilizar e acredito que é essa a grandeza que a empresa deverá ter de garantir as condições de trabalho para os trabalhadores que estarão em campo nesse determinado momento.

O Sr. Eduardo Castro – A responsabilidade, não há como fugir dela; ela é inerente.

A Sra. Rosane Bertotti – Não tem como fugir dela, só que essa responsabilidade não pode ser, digamos assim, fazer um esforço e não acontecer. Então, assim, fazer um esforço e procurar garantir antes e depois. Porque, nesse momento aqui, entendendo a preocupação da Eliane, que está representando os trabalhadores, e entendendo a sua explicação e como conselheira, é o que podemos fazer nesse determinado momento. Agora, com certeza o Conselho tomará uma posição talvez mais dura, mais firme se caso esse processo não seja cumprido. Porque agora o que nos cabe fazer? Porque não adianta fazer uma determinação, vai lá e compra amanhã.

O Sr. Eduardo Castro – Até porque nós já estamos tentando resolver desde que a situação aconteceu.

A Sra. Rosane Bertotti – Não sei se conseguimos fazer outra discussão além disso.

O Sr. Eduardo Castro – É que para ser emergencial tem que ter uma licitação que não deu certo. Aí eu tenho justificativa para ser emergencial. Duas já acabaram e uma é na segunda. Se der errado, faço emergencial... Faço não, a **Diafo** faz emergencial também.

A Sra. Ima Vieira – E a empresa que vencer a licitação em um mês vai entregar?

O Sr. Eduardo Castro – Esperamos que sim, senão teremos que buscar outra alternativa.

A Sra. Eliane Gonçalves – Tem protesto amanhã, gente.

O Sr. Eduardo Castro – Vale a regra, acho que a Nereide vai concordar comigo. Se alguém sentir risco, não cobrirá. Ninguém aqui obrigará ninguém a correr risco para fazer algo que não faria no seu lugar. O que temos que deixar claro aqui é o seguinte: a determinação é não correr risco, como sempre foi, aliás, e como sempre será, garanto, enquanto estivermos aqui. Isso dá para garantir porque eu já estive lá.

Agora, o que não dá para dizer é: “Não vamos fazer.” Eu acho que o jornalista, como diz o Nelson, tem a liberdade para determinar se ele se sente à vontade para fazer, ou não. Nós estamos trabalhando para dar as condições. Infelizmente, falamos isso ontem. As coisas aqui não acontecem no tempo que deveriam. As coisas aqui não acontecem no tempo que gostaríamos que acontecesse. O que não quer dizer que não continuemos fazendo.

Não vamos obrigar ninguém a fazer aquilo que não se sinta seguro a fazer. É evidente. E “Ah, e depois o que será?” O que eu posso fazer aqui, e que a Nereide pode fazer aqui, e acho que o Nelson faria também, é: “Não há nenhuma determinação...” e não é para a manifestação de amanhã, é para qualquer coisa. Avilta a sua confiança ou a sua consciência, é melhor não fazer. É melhor não fazer para o resultado do serviço, trazer a determinada informação, no caso do jornalismo, ou para sua própria segurança. Quem se coloca em posição contrária a isso? Eu não consigo imaginar, porque formalmente teremos que responder se fizesse isso.

O Sr. João Jorge Rodrigues – É claro! Então, você está nos dizendo que amanhã não terá cobertura das manifestações.

O Sr. Eduardo Castro – Não. Eu digo: “Se alguém não se sentir confiante...” (Pausa.) Veja bem: a relação de redação não se dá num ato extemporâneo, haverá discussão. Até porque há alguns, não sei se aqui em São Paulo tem, no Rio tem, mas já tem alguns que compramos de maneira até arriscada sob o ponto de vista administrativo. Segunda-feira é a licitação e no mesmo dia sai o resultado.

O Sr. João Jorge Rodrigues – Depois daí, dentro do direito administrativo, você pode comprar o mesmo material na terça-feira.

O Sr. Eduardo Castro – Emergencialmente. Isso. Nós podemos exigir, não é bem exigir. Licitações têm prazos, por causa do pitching, legislações têm prazos muito longos e muito acima das necessidades, por exemplo, do jornalismo e da programação.

O Sr. João Jorge Rodrigues - Vou tentar explicar para você. Até agora, para o Conselho, está também a responsabilidade do que pode acontecer com os funcionários da EBC nessa atividade de altíssimo risco. Digamos, o fato de o Conselho ter sugerido tais coisas e a empresa não ter conseguido fazer dentro do seu tempo, e tudo, nos traz duas condições: ou amanhã, dentro desse evento, os funcionários vão fazer e correrão o risco, e nós nos sentiremos, no mínimo, corresponsáveis; ou eles não irão por uma decisão individual, que não é uma coisa de empresa nem coletiva; ou a decisão é: enquanto os equipamentos não chegarem, não vai se cobrir.

Por exemplo, eu sou adepto de que a Copa do Mundo seja um espaço de liberdade: quem quiser se manifestar que o faça e tudo. Mas, evidentemente não podemos ser ingênuos em saber que haverá várias formas de violência. Os profissionais mais expostos para essa violência são os da segurança, Polícia Militar e a estrutura do aparato repressivo, e o jornalista e aqueles que cobrem justamente aquilo que é fundamental para a sociedade.

Não estou falando da EBC e do jornalismo, não. Estou falando o seguinte: aquele profissional que nos dar a imagem e o áudio do que está acontecendo, transmite o jornal no outro dia, ele é fundamental para a estrutura democrática de um país. Então, nós vimos o que aconteceu com o funcionário da Bandeirantes, lamentável em todos os aspectos, mas agora não é mais reativo. Agora tem que ser preventivo.

Então, se pelo que você está dizendo, isso pode acontecer, o Conselho poderia dar a indicação: “Olha, não haverá cobertura sem os equipamentos.” Para ficar na decisão do indivíduo, porque se um funcionário não for e o outro for, o funcionário que foi será agraciado: “Você cumpriu sua função mesmo com risco de morte. Você é bonzinho.” E o outro será visto como o vilão.

O Sr. Eduardo Castro – O ambiente de redação.... Eu sou repórter, fundamentalmente, foi o que eu fiz a vida inteira. Não é ato de bravura. Não é considerado ato de bravura, até porque não haverá uma guerra amanhã. É uma manifestação que pode ensejar em violência. Então está marcada uma batalha campal para amanhã, muito embora saibamos que isso sempre pode acontecer em qualquer circunstância e em qualquer cobertura. A atividade é de risco. A minha atividade, a vida inteira, foi de risco.

A Sra. Ima Vieira – A preocupação do Conselho tem que ser em função ao que ele já sugeriu, já recomendou à diretoria, e que, por vários motivos, não foi cumprido. A minha proposta é que, até quarta-feira que vem, na segunda é a licitação, a diretoria apresente ao Conselho um plano emergencial de cobertura de atividades de risco na Copa, e aí nós, por e-mail, discutiríamos esse plano emergencial para darmos, então, nossa recomendação final diante dessa situação. Porque acho que é uma responsabilidade muito grande do Conselho nisso, como disse o João.

O Sr. Eduardo Castro – A nossa responsabilidade é formal, inclusive. E eu não quero que tenha nada que eu fique formalmente como responsável. Quem assina é responsável...

A Sra. Ima Vieira – Sim, mas cabe ao Conselho coordenar todas as situações.

O Sr. Eduardo Castro – O que eu quero dizer com isso é: não é que não haja um Conselho, mas não há como fugir da responsabilidade. Tanto de fazer quanto de não fazer. De fazer e ter responsabilidades com relação à segurança das pessoas e de não fazer e ter responsabilidade quanto à informação que não vai ao ar. Também é grave você ser acusado de não cobrir uma manifestação porque quis escondê-la. Esse é um risco que corremos, caso decidamos não ir. E eu acho que esse risco...

A Sra. Ima Vieira – Essa decisão da diretoria tem que ser em função do que o Conselho recomendar fazer. Acho que é isso que temos que fazer agora: solicitar um plano emergencial.

A Sra. Nereide Beirão – É muito aflitivo porque, na realidade, eu e o Eduardo não temos nada... Claro que temos a ver com isso, mas assim, é um problema administrativo da empresa. Então, assim, alguns equipamentos foram comprados, temos um mínimo de equipamentos em cada um dos lugares. Nós prevemos, porque muitas vezes você faz a cobertura, como sempre orientamos as manifestações, nós procuramos subir num prédio, ficar longe, fazer imagem de longe. Em junho, nós tiramos as pessoas, equipamentos, a gente falou: “Vamos embora, vamos embora, vamos para longe, sai, faz de longe.”

Então, assim, o repórter pode falar: “eu não vou”. Tem equipamento de segurança? Vai ter o mínimo. Mas, realmente, é uma falha grave não termos um volume suficiente, nesse período todo, concordamos plenamente que é uma coisa que estamos na expectativa e se a licitação não acontece, não dá certo, e tem outra licitação. É muito mais frustrante para nós do que para qualquer outra pessoa essa questão para nós que independe de nós, é péssimo, porque se dependesse de nós...

Agora, fazemos já um plano em cima de hipótese, sabe? Nós podemos, acho que o Conselho tem todo o direito de reforçar a decisão, para não ficar uma coisa individual e falar assim: “O funcionário não tendo equipamento não vai.” A gente vai abrir mão de cobrir uma manifestação ou não vai? É uma decisão do Conselho. Agora, apresentarmos um plano em cima de uma situação...

A Sra. Rita Freire – É que neste momento não sabemos o que vai acontecer até a próxima semana. E até a próxima semana, se continuar não sabendo, como a empresa vai se conduzir? Isso precisa ser definido, isso precisa ser compartilhado.

A Sra. Nereide Beirão – A empresa tem essa questão administrativa que tem uma informação concreta: “vai ser assim”. Eu estava vendo o Nelson falando com o Eduardo, porque a gente teve mil problemas administrativos também, que não cabe, são mil mudanças, então o Sílvio está chegando e vai tentar dar uma informação mais concreta para nós. Essa informação mais concreta...

O Sr. Eduardo Castro – O Sílvio está vindo aqui em São Paulo e ao Rio também, coisa que ele ainda não teve oportunidade de fazer. Não sei a data, mas aqui é quarta-feira da semana que vem, justamente.

A Sra. Nereide Beirão – Nós teremos uma informação mais concreta; isso tem que ser informado. “Oh, segunda-feira, deu certo, não deu certo”.

A Sra. Rita Freire – Então, isso significará decisões da empresa.

A Sra. Nereide Beirão – Mas o plano é assim: vamos cobrir ou não vamos cobrir?

A Sra. Rita Freire – Sim, vai cobrir, se vai cobrir do alto, ou se vai cobrir com poucas pessoas, se não vai cobrir.

A Sra. Nereide Beirão – Não, mas não podemos obrigar também mesmo sendo... Se você não tiver equipamento de segurança e falar: não, você vai, mas você fica longe. Você vai falar que vai ficar longe, porque vai que vem um rojão, vem um negócio qualquer, entendeu?

A Sra. Ima Vieira – Mas isso pode acontecer em todos os protestos. Tem que reunir a inteligência da empresa e decidir.

A Sra. Nereide Beirão – Mas não podemos prever o que vai acontecer.

A Sra. Rita Freire – Eu sei, mas aí as pessoas vão para a rua? Como é que vai ser?

A Sra. Ima Vieira – A decisão é da empresa com o funcionário.

O Sr. Cláudio Lembo – Vocês estão indo para um campo que é o futuro. Ele é incerto.

A Sra. Rita Freire – Mas ela está propondo um plano para a quarta-feira, não agora.

O Sr. Cláudio Lembo – Não, mas ele já disse que a licitação está em curso, que termina no dia 19 o prazo, segunda-feira. Vamos admitir que ela seja deserta, que não haja nem interessados, nem vencedor, nada, não apareceu ninguém. Ele já disse que vai à Polícia Militar de São Paulo, e eu garanto que a Polícia Militar de São Paulo entrega, eles têm isso em estoque, os coletes a prova de bala. É essa a sua preocupação?

O resto, não tem mais nada. O resto é o risco da vida. Por que vocês não fazem um elogio ao repórter dela que ficou duro na TV Globo, durante semanas, com a imagem da TV Brasil mostrando a tragédia da TV Bandeirantes. Foram eles. A imagem fabulosa foi deles, que embarcou o momento e prendeu as pessoas. Isso para mandar um elogio àquele repórter. Foi notável. Teve todo o equilíbrio emocional. Não teve?

A Sra. Eliane Gonçalves – Isso é notável. Aquele repórter que gravou estava sem equipamento de segurança, como estava o da TV Bandeirantes. É um acaso. Ele estava no mesmo lugar em que o repórter da TV Bandeirantes foi machucado. Poderia ter sido outro, inclusive ele.

Então, assim, só essa questão: no momento em que se vai para uma cobertura dessas, na situação que está, hoje, no Brasil e tem mostrado os protestos, deixar a decisão no indivíduo e na relação que temos dentro do jornalista que é essa: você tem que ser... Minha função é de risco, meu trabalho é assim mesmo, eu tenho que ir lá e enfrentar, eu gostaria muito de estar lá, se fosse eu ainda o repórter. Uma decisão, por exemplo, pode ser que os chefes vão cobrir.

O Sr. Cláudio Lembo – Eliane, quem conhece a alma de jornalista sabe que ele vai cobrir, ele não tem temor. Eu acho que ele tem que ter colete, mas ele disse que vai roubar colete dos homens. Se ele não tiver colete, não pode ir. Ponto. É isso. O resto que estamos discutindo...

A Sra. Eliane Gonçalves – Eu acho importante não deixar essa solução numa relação de trabalho que envolve poder, envolve salário, envolve progressão na carreira. Essa questão de deixar na relação do indivíduo acho uma relação...

O Sr. Cláudio Lembo – Eu nunca vi os jornalistas dizerem “Não vou cobrir porque estou com medo”, é da profissão, é da índole ter coragem, ou então não é jornalista. Agora, tem que ter colete. Todo jornalista tem coragem, agora, precisa ter colete.

A Sra. Eliane Gonçalves – Todos os jornalistas estão usando colete.

O Sr. Cláudio Lembo – Estão, em toda a América Latina, em todo o mundo, porque jornalista tem coragem. Agora, precisa ter colete. É óbvio que precisa ter colete.

A Sra. Eliane Gonçalves – Tem uma questão que é responsabilidade do Conselho. O Conselho fez uma determinação, uma recomendação e essa recomendação não foi cumprida e como lembrou aqui o Conselheiro João Jorge, o Conselho tem uma responsabilidade em relação a esse momento que estamos vivendo, essa situação crítica seja por... É claro, não é por interesse, não é por um erro, porque todo mundo queria. Sei lá quais são as alternativas administrativas, tem lá o contrato de inexigibilidade que pode ser feito um contrato do dia para a noite com produção.

O Sr. Cláudio Lembo – Mas precisa ver se tem colete no mercado. Também não é assim.

A Sra. Eliane Gonçalves – Mas isso foi uma demanda de junho do ano passado, vai fazer um ano.

O Sr. Cláudio Lembo – Então vamos fazer uma auditoria na administração para ver o que aconteceu. Mas, isso é outro problema. No momento, ele promete, a PM já cedeu, não é isso?

O Sr. Eduardo Castro – Foi o que nos foi dito. Vamos ver se na hora em que chegarmos e falarmos “Eu quero” qual será a resposta.

O Sr. Cláudio Lembo – Aí é diferente; esse é o ponto.

A Sra. Rita Freire – Eu acho que é bem razoável a proposta de quarta-feira sabermos o que a empresa vai fazer, se tem equipamento, se vai ser usado, se não tem equipamento, se vai cobrir ou não. Acho que essa informação tem que ser passada para o Conselho, porque não estamos aqui em condições de deliberar, tem uma deliberação lá atrás, e eu acho que também podemos solicitar à empresa a informação do porquê isso não aconteceu até agora, porque tem um motivo interno da empresa que tem que ser... Acho que é bem importante levar isso a sério para que a empresa possa superar esse problema e resolver. Senão, ficaremos arrastando realmente.

A Sra. Nereide Beirão – A nossa questão é só a palavra. A empresa vai, na semana que vem, informar: vai ter colete ou não vai ter colete, vai ter máscara, tem tantos “x” para tantos “não sei o quê”. Tem que dar: o que aconteceu. E a questão da polícia, por exemplo, porque aí é uma questão que meus funcionários não estão querendo usar o colete da polícia. Aí, o Conselho analisa.

A questão do plano, é difícil fazer. É o imprevisível. As manifestações de junho eram absolutamente previsíveis, você ir num lugar ou noutro. Então, você dizer “Vou cobrir de longe, vou cobrir do alto”, nem sempre tem um prédio que você consegue. E só reforçando, o repórter cinematográfico que trabalhou nisso foi tão bacana que ele e o auxiliar se afastaram e ele quase chamou, ele viu onde o repórter cinematográfico da Bandeirantes estava, eles falaram “Gente, nós quase o chamamos para sair de lá, daquele lugar em que ele estava.”

Nós conseguimos essas imagens fantásticas mesmo, deram uma divulgação para a TV Brasil enorme, trabalho fenomenal do repórter cinematográfico e do auxiliar, mas eles estavam muito atentos ao que estava acontecendo, mas estavam um pouco mais distanciados, porque eles estavam lá perto e viram que a coisa estava pegando e se distanciaram um pouco e se lamentaram porque não chamaram o colega para se afastar.

A Sra. Rita Freire – Bom, eu acho que tem aqui uma recomendação que não é uma deliberação de que na quarta-feira tenhamos uma informação de como estão as coisas e o Conselho vai se comunicar em função da informação que foi recebida. E, o que tiver de informação do que vai ser, de como a cobertura será feita, aí nós avaliaremos e dar um retorno.

A Sra. Nereide Beirão – Nós perdemos um repórter cinematográfico que trabalhava na TV Brasil do Rio e trabalhava também na Bandeirantes, aquele que estava na favela e foi atingido, lembra? Ele estava até com o colete. Ele

jamais estaria naquela posição se estivesse no horário que estava trabalhando na TV Brasil, porque nós não vamos nessa. Então, assim, infelizmente morreu e estava trabalhando na Bandeirantes. Primeiro, não vamos em tiroteio da PM. O Rio, inclusive, tem colete. Como o Rio tinha mais a questão policial, no Rio a equipe tem o colete. Nós temos o problema em São Paulo e Brasília.

A Sra. Rita Freire – Bom, as conselheiras e conselheiros presentes...

(Pausa.) Sim, nós faremos a proposta, mas estão de acordo, então? Todo mundo está de acordo de que na quarta-feira teremos um quadro de como estão? Com relação à pauta é evidente que o Conselho está superdeliberativo, até quando não tem quórum, em todos os pontos nós tivemos posições e recomendações à empresa e nós não teremos o tempo suficiente para tratar do monitoramento do Plano de Trabalho.

Então, nós recebemos o Plano e vamos aí em junho completar um semestre, devemos receber logo em seguida o relatório do Plano de Trabalho. E eu queria lembrar que quando foi aprovado o Plano de Trabalho, foi informado também um grupo de trabalho do Conselho para acompanhar a execução do Plano. E o grupo de trabalho tem condições de começar a trabalhar a partir agora da chegada do primeiro relatório. Então, esse grupo também informará sua agenda.

A Sra. Eliane Gonçalves – Eu acho que poderíamos combinar no grupo de trabalho, assim, já pega o que tem de informação agora e xequê. Porque tem processos aqui, como elaboração do manual para o acesso ao banco de projetos e aos fundos da Ancine que precisam estar prontos agora, em junho.

A Sra. Rita Freire – Essas informações o grupo de trabalho tem que acompanhar a execução e atuar a tempo. Essa é uma responsabilidade do grupo de trabalho. Não adianta se reunir depois, no final do semestre, porque não foi a cartilha que queríamos. Então, acho que esse acompanhamento é uma responsabilidade das duas partes. Temos aqui um informe.

Mas, todo mundo concorda que não trataremos aqui do Plano e nós só temos que aprovar o calendário do próximo semestre? Vamos ouvir aqui o Eduardo e depois aprovamos o calendário.

O Sr. Eduardo Castro – Só vou colocar aqui dois pontos que não estão na pauta. Um é a cartilha de participação da sociedade na EBC. Nós fizemos um esboço que eu queria apresentar hoje aqui, mas como não deu tempo de apresentar, distribuimos eletronicamente. Entregamos à Secretaria do Conselho e pede para que a Secretaria do Conselho entregue aos conselheiros e recolhemos as considerações.

Aqui é só um *worksheet* em cima do que é. Estamos chamando de Cartilha de Participação da Sociedade na EBC. Então, essa é uma coisa que pedirei que seja enviada eletronicamente.

A segunda coisa que eu gostaria de explicar para que não houvesse dúvida sobre o que eu também vou pedir, se a Presidenta me autorizar, para enviar eletronicamente. Lá, nas diretrizes que aprovamos no final do ano passado,

“Seminário de conteúdo de programação: diretrizes e conteúdo de programação para o biênio 2014-2015.” Nós descobrimos agora, ao mexer no texto, que houve o envio de arquivo errado. Nós discutimos o arquivo certo, o Conselho aprovou conosco o arquivo certo, mas na hora de imprimir no Plano de Trabalho o arquivo que está lá, foi o errado.

Para que ninguém tenha dúvida em relação a isso, mudou alguma coisa de fato. Se eu fizesse sem avisar, eu estava mudando alguma coisa sem avisá-los. Vou pedir para enviar a errata, que são três pontos apenas que estão diferentes daquele texto definitivo, daquele que foi aprovado, nas diretrizes número 01, 14 e 16. Já está com vocês? Excelente.

Então, vou pedir, por favor, que os conselheiros deem uma olhada. Mas, eu afirmo e asseguro: o que foi aprovado é o que está aqui, e que estamos mandando como “Versão corrigida em 14/05/2014”, é o que o Conselho aprovou e só estamos fazendo alteração para que não haja nenhuma dúvida. Estou fazendo questão de esclarecer, porque agora, na hora de bater texto e trazer coisas, nós vimos que, de fato, o arquivo foi equivocado.

Então, são dois materiais: um que enviarei por meio eletrônico, por intermédio da Secretaria, se a senhora me autorizar e segundo, então, vou pedir que se envie um e-mail como confirmação. “Confirmando aqui as alterações propostas para o texto...”, que são só alterações de redação, uma vez que o texto que está na pasta de todos nós, lá do Plano de Trabalho, não está refletindo o Plano que o Conselho aprovou e que nós discutimos.

São três pontinhos, pequenos pontos mas, já que descobrimos, vamos corrigir de uma vez para que fique para sempre a versão correta. Era isso que eu queria dizer.

A Sra. Rita Freire – Ok. Eu queria pedir também que o Presidente Nelson fez uma proposta de que o Conselho interagisse com as diretrizes e essa proposta não foi discutida. Então, eu gostaria que essa proposta também viesse por escrito para um retorno do Conselho, que a Secretaria nos envie. E aí, temos que aprovar o calendário, só.

A Sra. Eliane Gonçalves – Um informe: incluímos aí nas pastas uma análise feita pelo Espaço Público, nosso núcleo de estudos da estreia do Programa Espaço Público. Então, está aí compartilhado, é uma tentativa de contribuição, tem lá basicamente uma contribuição e uma análise feita pelos trabalhadores do nosso Núcleo. Depois eu também posso dividir isso eletronicamente.

A Sra. Rita Freire – Ontem foi feita uma audiência pública sobre o tema das eleições e formou-se um grupo de trabalho para apresentar um relatório dessa audiência até o dia 10 de junho, não é isso? Até o dia 10 de junho será apresentado ao Conselho e vai se transformar numa recomendação do Conselho após avaliação.

A proposta é que, nos meses de junho e julho, tenha uma reunião online das Câmaras Temáticas com a Professora Márcia Stein. Ela está conduzindo uma

pesquisa sobre o conteúdo educativo da EBC e não foi possível trabalharmos com ela aqui, presencialmente. O trabalho está em curso. Então, a proposta é que isso seja feito a distância, porque são meses complicados para reuniões, passagens e tudo.

A Sra. Mariana Martins – Enviei um e-mail para aquele grupo onde estamos. Ela já colocou a sugestão da segunda quinzena de junho para a realização dessa reunião. Aliás, poderíamos já fechar uma sugestão de data para eu passar a ela.

A Sra. Rita Freire – A data acho que resolvemos no grupo, não nas câmaras.

A Sra. Mariana Martins – Tudo bem. Mas, só que fique claro de ser na segunda quinzena de junho, porque é quando ela já tem o resultado.

A Sra. Rita Freire – Então, aí há uma proposta de que a próxima reunião ordinária aconteça no dia 06 de agosto, associado a um roteiro de debates que é sobre a Dimensão Internacional da EBC. E já temos aqui uma informação da Conselheira Evelin, de que ela estará fora do país do dia 25 de julho ao dia 10 de agosto, e ela pergunta se podemos trocar essa data para depois do dia 10 de agosto. A proposta dela é que seja adiada para a partir de 10 de agosto. Dia 13 de agosto? (Pausa.) Gente, vamos definir uma data, então? Dia 13 é um bom dia. Pode ser?

O Sr. Eduardo Castro - Acabou de chegar aqui do administrativo que outra alternativa que eles estão vendo é a locação, porque estão achando que não dá para confiar na oferta de... não, mas não sabia se era possível, se havia. Agora a resposta aqui é que é possível fazer locação. Então, acho que dá para esperar mais pela locação do que pelo empréstimo, porque o empréstimo depende da vontade do alheio e a locação, em sendo possível fazer, podemos...

A Sra. Eliane Gonçalves – E só, enquanto voltamos ao assunto, eu recebi uma informação de que na Globo é assim: se não tem equipamento de segurança, não sai.

A Sra. Rita Freire – Seguindo o calendário, a reunião seguinte está proposta para o dia 15 de outubro. A próxima seria para o dia 13 de agosto.

Quinze de outubro cai que dia? Aí dia 15 seria a reunião seguinte, em setembro não teríamos. Dia 15 de outubro é feriado, Dia dos Professores, deve ter protestos pelo Brasil. No último estávamos numa reunião do Conselho no Rio de Janeiro. No dia vinte e dois? Sugestão? (Pausa.)

Então, dia 15 de outubro está bom como proposta? Algum problema? Deixe-me só ver aqui o calendário, porque temos um tempo para definir esses horários. Você quer sugerir um lugar? Pode sugerir. Bom, ficou dia 13 de agosto e 15 de outubro, é isso? Com uma sugestão de que seja feita em Belém do Pará e Salvador.

O Sr. Guilherme Strozi – Só um segundo, a sugestão de que seja feita em São Luís do Maranhão, gente, com licença, ela tem uma estratégia, não é escolhida a dedo. A ideia é que os conselheiros conheçam a quarta e última sede da EBC localizada na cidade de São Luís do Maranhão, então completando aqui hoje na cidade de São Paulo, os conselheiros poderiam conhecer também a estrutura da superintendência nordeste da EBC, que fica em São Luís do Maranhão. Por isso a sugestão da Secretaria de ser lá, não foi uma escolha aleatória.

A Sra. Rita Freire – Mas isso a de dezembro? Era a sugestão?

O Sr. Guilherme Strozi – Dezembro. É que a escolha das cidades não são aleatórias, a sede é Brasília e quando saímos precisamos de uma justificativa, não é de maneira aleatória. As audiências é que precisam ser semestralmente uma em cada reunião, as reuniões são em Brasília, e excepcionalmente, em outra cidade. E a ideia de São Luiz é para conhecer a sede da EBC.

A Sra. Rita Freire – Ok. A audiência pública será em novembro, então ainda não chegamos nela. Acontece que novembro temos uma agenda grande, que é o Fórum Brasil de Comunicação Pública, que o Conselho está participando da organização e a proposta é que seja feita uma audiência pública, ou um dia antes ou um dia após o fórum.

A Sra. Mariana Martins – A gente levou isso inclusive como sugestão a reunião do fórum. Foi na última reunião.

A Sra. Rita Freire – O que está em discussão aqui é a data... A EBC participa da organização do Fórum, foi a proposta de que se fizesse a audiência pública com parte dessa programação, na Frentcom, não necessariamente no Conselho, mas foi feita na Frentcom.

Bom, então, teríamos uma agenda meio carregada em novembro, não teria uma reunião ordinária, teria uma audiência pública. Só para acompanhar aqui o calendário, a proposta, e se tiver alguma observação já fazemos a observação das datas. A última seria uma reunião, em dezembro, a proposta é dia 10, na qual haveria a deliberação do Plano de Trabalho de 2015 e o lançamento da quarta revista do Conselho Curador. Aqui, parece-me que o que sobrou de discussão, as dúvidas são com relação a locais de audiência pública de novembro.

A Sra. Mariana Martins – Doze, 13 e 14 e a ideia é que culmine de fato com essa audiência pública.

A Sra. Rita Freire – Que a audiência seja dia quatorze.

A Sra. Rosane Bertotti – A única coisa que eu acho, é assim: tem a reunião, audiência e reunião.

A Sra. Mariana Martins – Não, não. Não tem a reunião. Novembro é a audiência e o Fórum. Vamos fazer a reunião de dois em dois meses: Agosto,

outubro e dezembro a proposta. Nesse meio tempo vai existir o Fórum Brasil de Comunicação.

A Sra. Rita Freire – Então, essas informações todas estão dadas. Ela está questionando se tem ou não reunião ordinária.

A Sra. Rosane Bertotti – Na verdade, está aqui, tem uma confusão mesmo: data do Fórum de Comunicação Pública mais a Audiência Pública, mais PBA no Rio de Janeiro.

A Sra. Rita Freire – O PBA é outra data no Rio de Janeiro.

O Sr. Eduardo Castro – Eu vou falhar por um dia. Ou é 24 ou 25 de novembro.

A Sra. Rita Freire – Bom, gente, essa é a proposta a ser encaminhada para o restante do Conselho. Nós estamos aqui nos estertores da reunião, se tiver alguma dúvida, alguma coisa, ainda dá tempo de conversar, mas aqui acho que tem um calendário aprovado pelos presentes. Terminou, tudo bem?

X.X.X

- A reunião é encerrada às 19h10min.

X.X.X